UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
José Augusto Fernandes Aly

ARQUITETURAS DA CIDADE: CONEXÕES E LUGAR

SÃO PAULO . 2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
José Augusto Fernandes Aly

ARQUITETURAS DA CIDADE: *CONEXÕES E LUGAR*

SÃO PAULO
2010

ARQUITETURAS DA CIDADE: *CONEXÕES E LUGAR*

**Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor
Em Arquitetura e Urbanismo**

Área de Concentração: Projeto de Arquitetura
Orientador: Professor Dr. Arnaldo Antonio Martino

São Paulo
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: jaaly@uol.com.br

Aly, José Augusto Fernandes

A447a Arquiteturas da cidade: conexões e lugar / José Augusto
Fernandes Aly. --São Paulo, 2010.
200 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Projeto de
Arquitetura) - FAUUSP.

Orientador: Arnaldo Antonio Martino

1. Morfologia urbana – São Paulo(SP) 2.Arquitetura 3.Cidades
4.Circulação de pedestres I.Título

CDU 711.41(816.11)

Aos meus alunos, colaboradores e, fundamentalmente, ao universo de ensino de projeto de arquitetura.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Arquiteto Professor Doutor Arnaldo Antonio Martino pela orientação. Também a Arquiteta e Professora Doutora Regina Prosperi Meyer pela atenção relevante no processo de definição da tese.

Agradeço também ao Arquiteto Professor Doutor Carlos Leite de Souza e ao Arquiteto Professor Doutor Paulo Júlio Valentino Bruna pelas contribuições como participantes da banca do exame de qualificação. Outras pessoas foram de extrema relevância através de contribuições pontuais dentre as quais destaco os arquitetos Júlio Vieira, Álvaro Puntoni, Júlio Cezar Bernardes, Lucas Fehr, Mário Biselli, Cristiana Rodrigues, Natália Leardini, Suraia Farah e Lilian Dal Pian. Também a alguns arquitetos, interlocutores indiretos que como colegas nas atividades docentes contribuíram com temas para reflexão, às vezes sem se dar conta disso. Neste caso, Augusto França, Cristiane Gallinaro, Eduardo Nardelli, Luis Ackel e José Paulo de Bem e Lauresto Escher. Agradeço também ao estudante Daniel Braz que contribuiu para alguns levantamentos de dados, Sandra Almeida e Edson Nakashima e Tiago dos Santos Freitas pela revisão do texto e formato e finalização da capa. Além, é claro, de todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com opiniões ou pareceres informais, sejam de naturezas acadêmicas ou como motivações pessoais.

RESUMO

Esta tese propõe ações possíveis na cidade atual como respostas a ambientes fragmentados e desconexos, revelados por meio de investigações específicas do espaço urbano: a cidade, seus aspectos morfológicos e sua arquitetura, as conexões de edifícios entre si e com os espaços públicos e a ideia de lugar como elemento estruturador. Propomos uma análise da cidade atual fundamentada numa revisão histórica de um período determinado, buscando algumas raízes para a configuração atual. Sendo assim, o conteúdo geral da tese desenvolve uma leitura focada nas relações entre arquitetura e cidade, tendo como ponto de partida o início do século XX e ponto de chegada a atualidade, reconhecendo algumas demandas significativas relacionadas aos percursos e à qualidade urbana em geral, apontando possibilidades específicas de intervenção. O entendimento dos processos relacionados às transformações da forma – paisagem, usos – funcionalidades / significados - e das novas modalidades de espaços obtidos – conectividade ou não conectividade da arquitetura – surge como dado importante para as proposições críticas e práticas na atualidade, como produtos reais ou investigativos.

Nosso ponto de partida e principal motivação foram observações e análises do fenômeno da fragmentação e dispersão da cidade atual, observada especialmente em metrópoles como São Paulo. A contraposição das formas recorrentes de implantação dos edifícios modernos – comumente percebidos como objetos desvinculados fisicamente de seus pares - frente às implantações tradicionais, cuja tônica são os quadras compactas, originou – aqui analisados nos aspectos restritos ao resultado morfológico e arquitetônico - não raro, tipos de cidades que colecionam objetos dispostos ao longo das vias ou praças e que, comumente, sofrem pela desconexão generalizada. Essa desconexão é origem de uma série de problemas e, dentre outros, entendemos que nela encontram-se as causas para um relevante problema urbano, ao mesmo tempo crônico e também atual, que é a falta de qualidade dos percursos para pedestres prejudicando a fruição das pessoas em partes ou no todo de algumas cidades.

Tal característica aliada à falta de programas adequados junto às áreas públicas, bem como o mau tratamento das mesmas, parece gerar outros problemas enfrentados pelo urbanismo atual como a ineficácia dos sistemas de transportes coletivos, insegurança urbana, alternativas de lazer etc.: sintomas que, grosso modo, sintetizam a cidade desconexa. A partir disso, proporemos algumas alternativas de ação para a cidade atual.

Palavras – chave: [arquitetura] [cidade] [lugar] [conexão]

ABSTRACT

The aim of this thesis is to propose possible actions in the present city as answers to fragmented and disconnected environments that emerge through specific investigations of the urban space: a city, its morphological aspects and architecture, the connections that exist among buildings and between buildings and public spaces, as well as the idea of place as a structuring element. We propose an analysis of the present city which is based on the historical revision of a certain period and that searches for some sources of its current configuration. Thus, this thesis focuses on the relationships between architecture and city from the beginning of the twentieth century to these days, and it identifies some relevant needs concerning the routes and the urban quality as a whole, aiming at specific possibilities of intervention. The understanding of the processes related to the transformation of the form – landscape, the uses – functionalities / meanings – and of the new kinds of obtained spaces – connectivity or non-connectivity of the architecture – is an important aspect for the critical and practical propositions nowadays, as they are real or investigative products.

Our starting point and major motivation were the observations and analyses of the fragmentation and spreading of the present city - aspects that take place especially in large cities like São Paulo. The opposition between the recurring ways of implementation of modern buildings – commonly perceived as objects which are physically detached from their peers – and the traditional implementations which focus on compact blocks, has originated – and here they are analyzed only as far as the morphological and architectural aspects are concerned – cities that collect objects placed along the streets or squares, and that usually suffer because of its disconnection. This disconnection originates a number of problems as well as the causes of a major urban problem – chronic and current – which is the lack of quality of pedestrian routes; this hinders people's use of parts of the city and, sometimes, of the whole city.

This characteristic together with the lack of adequate programs for public areas, as well as the bad treatment given to them, seems to create other problems to the urban system such as inefficiency of the public transportation system, urban insecurity, new forms of entertainment, etc.: these problems, roughly speaking, describe the disconnected city. Based on this, we will propose some possible actions for the current city.

Key words: [architecture] [city] [place] [connection]

SUMÁRIO	
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
INTRODUÇÃO	24
1. TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS NA CIDADE NO SÉCULO XX	32
• A quadra urbana e a evolução de seus aspectos morfológicos – Amsterdam	41
• As quadras urbanas e as HOFF's vienenses	45
• O processo de decomposição da quadra tradicional: os conjuntos habitacionais	47
• O urbanismo dos CIAM'S de 1930 e 1933	52
• Edifícios como cidades	63
• Experiências pós carta de Atenas dentro da tradição moderna	71
• Experiências a partir de 1960 com um sentido de resgate da cidade tradicional	73
• Projetos Urbanos: alternativa ao planejamento normativo	74
• Berlim, IBA	76
• Barcelona: pequenos projetos e Vila Olímpica	79
• Potsdammer Platz, Berlim	83
2. INVESTIGANDO CAMINHOS PARA A CIDADE ATUAL A PARTIR DA ARQUITETURA	93
• Um balanço das transformações apresentadas ou argumentos que esboçam uma tendência	93
• As formulações de Cristian de Portzamparc: A terceira Era da Cidade.	99
• A cidade atual, sua complexidade e suas demandas: pontos de contato com a arquitetura	101
3. INVESTIGANDO ARQUITETURAS DA CIDADE ATUAL: CONEXÕES	108
• Considerações Sobre o Tema	108
• Hyperedifício	115
• Cidade Bipolar Super Conectada	117
• Híbrido Lynked	120
• Canary Wharf	123
4. INVESTIGANDO ARQUITETURAS DA CIDADE ATUAL: LUGAR	129
• Considerações Sobre o Lugar	129
• Centro Digital Do Ensino Fundamental	134
• Câmara Municipal de São Caetano do Sul	152
• Concluindo sobre o tema	173
5. UMA APLICAÇÃO POSSÍVEL: VISÕES SOBRE O EIXO LUIZ CARLOS BERRINI	179
CONCLUSÕES	194
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

“... certamente na arquitetura, essas duas coisas estão presentes: o que é significado e o que significa. O que é significado é algo proposto do qual se fala; o que significa é a demonstração explicada pelas regras das doutrinas. Por essa razão, quem vier a professar o ofício de arquiteto deverá estar exercitado nessas duas coisas...”

Marco Vitrúvio Polião.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

REFLETINDO SOBRE O TRABALHO DOUTORAL EM PROJETOS DE ARQUITETURA.

“A investigação da verdade é, num sentido, difícil e, em outro, fácil. Isso é indicado pelo fato de que se nenhuma pessoa isolada é capaz de ter uma adequada apreensão dela, não é possível que todos falhemos na tentativa. Cada pensador faz alguma observação a respeito da natureza e, individualmente, pouco contribui ou em nada contribui para a investigação; mas uma combinação de todas as conjeturas tem como resultado algo considerável.”
Aristóteles. *Metafísica*, Livro II

O trabalho de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo é uma oportunidade para coroar uma experiência que para nós iniciou-se na graduação e continuou na produção da dissertação de Mestrado, tendo como pano de fundo as atividades práticas de escritório e as atividades como docente, relevantes para dar sentido à pesquisa que ora consolida algumas posições teóricas.

Inicialmente, somos motivados a apresentar posição frente à questão sobre como poderíamos atender às demandas de um trabalho de DOUTORAMENTO no campo da arquitetura e urbanismo, especialmente quando diz respeito à área à qual este se vincula: PROJETO DA EDIFICAÇÃO.

Propomos algumas considerações.

A primeira questão que reflete boa parte das discussões acadêmicas é como tratar o tema TESE EM PROJETOS e PROJETOS COMO TESE. Muitos arquitetos, professores e pesquisadores propõem assertivamente que o ato de projetar em si, aborda o tema do conhecimento e da construção de hipóteses e teses em sua própria dinâmica. Ao realizar-se um projeto, podem-se transformar as hipóteses iniciais em teses através de um caminho dialético¹. Isto é da natureza do projeto e o

¹ V. Dialética. Segundo Osvaldo Giacoia Júnior - Pequeno Dicionário de Filosofia Contemporânea, São Paulo, Publifolha, 2006 (p.63) - o termo designava entre os gregos a arte da argumentação. Numa proposta mais recente de Hegel, a compreensão da realidade implica sempre a reconstituição de sua gênese segundo o seguinte esquema: numa totalidade, o vir – a – ser tem início a partir de uma posição (tese), que é negada por aquilo que a ela se antepõe (antítese), de modo que da tensão entre ambos surge uma unidade mais elevada, uma terceira

caminho para construir um corpo para transformação daquelas hipóteses lançadas nas primeiras impressões sobre algum problema - em geral representadas através de croquis - até seu desenvolvimento final, é demonstrado pela construção de raciocínios através de desenhos e modelos, refletindo uma série de posicionamentos diante de inúmeras questões que compõem o universo para realizá-lo. Para aqueles, ao configurar-se esta possibilidade, tal projeto poderia ser aceito como tese.

Se, como dizem alguns autores sobre o método científico, *o produto de uma pesquisa só pode ser de dois tipos: uma descoberta ou uma invenção*² o projeto poderia ser visto como uma descoberta – mediante um universo de possibilidades e através de diagnósticos precisos que apontem para aquela solução – ou, mais comumente, como uma invenção – caso ficasse clara a exposição de um método ainda não conhecido ou inédito, segundo nossa compreensão. No entanto, para uma tese, tendemos a valorizar mais a descoberta, visto que as coisas que se descobrem são relativas a fenômenos³ imanentes de um universo estudado, sejam estes independentes da ação humana ou não. Assim, a validade e durabilidade do conhecimento produzido parecem-nos aceitáveis até que tais fenômenos estudados sofram alguma modificação, o que em nossa área ocorre constantemente. Daí a importância da localização daqueles fenômenos no tempo e no espaço.

Já a invenção, ao tratar de agenciamentos propostos pelo homem, e que no campo da cultura assume um alto grau de arbitrariedade, não poderia estar na categoria do conhecimento generalizável, mas sim passível de substituição a qualquer tempo e espaço, na medida em que um olhar distinto por motivos diversos - culturais, políticos, emocionais, filosóficos, sociológicos ou religiosos, dentre outros - pode, às vezes, assumir uma nova proposição que desmontaria afirmações de crenças supostamente definitivas ou pretendentes à condição de “verdadeiras” naquela invenção. Neste caso, poderia ser especulativa ou investigativa apenas, mas não definitiva nem pretendente a construção de uma verdade necessariamente. Sendo assim, a invenção ficaria melhor se vista enquanto fenômeno – um tipo de solução, uma atitude ou uma resposta - mas não como tese, pelo apelo de definitivo e verdadeiro que encerra a palavra.

Conforme propõe Serra (2006), *aceitam-se por vezes teses que concluem com uma inovação, no sentido de uma modificação formal de uma teoria ou de produtos já existentes. De certa forma, este também é o caso das teses ditas propositivas, no sentido de teses que propõem soluções para problemas sociais, econômicos, urbanos e etc.*

posição (síntese), a qual por seu turno dá origem a uma nova negação e assim por diante. Há ainda outros sentidos para o termo, mas parece-nos suficiente aos nossos objetivos estas duas definições.

² Serra, Geraldo Gomes. *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo. EDUSP: Mandarim, 2006. P.21

³ Entendendo fenômenos como quaisquer eventos observáveis com ou sem instrumentos artificiais e que despertem interesse científico na busca de revelações acerca dos mesmos. Segundo Osvaldo Giacoia Júnior - *Pequeno Dicionário de Filosofia Contemporânea*, São Paulo, Publifolha, 2006 (p.81), *do grego Phainômenon, significa algo como “aquilo que aparece que se mostra”; diz-se do objeto percebido pelos sentidos ou pela consciência. Em Kant (1724-1804), o termo compreende todo o conjunto dos objetos que podem ser dados na experiência espaço-temporal possível, cuja estrutura é determinada pelas formas e princípios subjetivos de nosso aparelho cognitivo. Assim, conhecemos das coisas apenas seus fenômenos – aquilo que nos aparece a partir delas -, dadas as condições subjetivas de nossa percepção e nunca as coisas tais como seriam em si mesmas.*

Sendo assim, as teses de doutoramento, como comumente são aceitas, só poderiam, em nossa percepção, estar dentro destas possibilidades, ou seja, construir alguma teoria que revele descoberta, ou uma invenção, possível segundo critérios controlados e propondo novos métodos, cuja aceitação e condição generalizável – em algum tipo de universo - possam ser reconhecidas.

Lúcio Costa, ao apresentar o Memorial do Plano Piloto para Brasília, esboçou um croqui, por ele intitulado *“Brasília, cidade que inventei”*. Independentemente se o significado da palavra “inventei” é precisamente cabível neste caso, pode-se pensar que esta “invenção” é uma tese? A priori, nossa percepção diz que não. Mas certo é que ao projetar (inventar) Brasília ele esboça através dos desenhos várias teses subjacentes –e ocultas- que são reveladas e se afirmam (ou não) enquanto conhecimento. Se no processo de projeto não o foram, no processo de leitura crítica de seu projeto têm sido amplamente reveladas. Inclusive, tem sido e serão lançadas novas teses sobre o grande artefato projetado. O que parece importar não é a invenção, mas os conteúdos da mesma que podem ser estudados e revelados em ciclos que se repetem e se inovam como um processo de aproximações sucessivas⁴, sem necessariamente pretender-se a condição de verdades absolutas e imutáveis, em todo o tempo ou em quaisquer condições de análises. O grande objeto de estudo – a cidade projetada – serve mais como universo de fenômenos do que como tese em si. Postas estas coisas, reveladas as teses e defendidas como aproximações a verdades, seria de grande valia tê-las consumadas no desenho, objetivo, talvez mais elevado, de nossa condição de arquitetos. Portanto, parece-nos que a realização de um projeto, deveria ser o fim de um processo de revelação: invenção como resultado de revelações. Se nos parece claro que não se faz projeto sem conhecimento, não é claro que ao expô-lo o conhecimento se revela, saindo da condição implícita para expor-se à luz que ilumina seus processos, significados e juízos.

⁴ Entendendo este processo não como o método matemático para equações diferenciais, mas como processo que parte do princípio que um conhecimento científico não se faz necessariamente de forma integral, mas vai aperfeiçoando-se ao longo de sucessivas investigações e revisões no tempo. Por exemplo, lembrado por Isaac Asimov em seu ensaio A RELATIVIDADE DO ERRADO, o processo de revelação da forma esférica oblata (já em processo de discussão) da terra passou por processo de revelações sucessivas que levaram a crenças iniciais da sua condição plana a esférica até perceber-se (aplicando as descobertas de Newton) sua forma até então aceita, mas que já se encontra em processo de novas descobertas. (publicada na revista Skeptical Inquire, volume 14 n. 1, 1989. P 35-44).

Fig. 1 Croqui de Lúcio Costa / Espaço Lúcio Costa em Brasília. Foto: José Augusto Aly (2009)

Sobre descobertas e revelações

O projeto em si não está na categoria das ciências que independem do homem, mas nas ciências produtivas assim como as outras artes, cuja finalidade é produzir propostas e, portanto, dotado de lógicas próprias, conforme classificação aristotélica que veremos adiante. Estas lógicas têm a ver com os métodos para realizá-lo, suas especificidades técnicas como a representação, seu instrumental, o cálculo, os materiais, as cores, os espaços, a forma, a capacidade objetiva de resolução de problemas reunindo necessidades programáticas, conferência de qualidade ambiental, aspectos sustentáveis, estéticos, financeiros legais e etc. Parece-nos, no entanto, que ao se arriscar na solução destas variáveis através de propostas, adotam-se raciocínios que lançam hipóteses e as consolidam – ou não - pela investigação através do desenho. Ação propositiva, portanto, ainda assim não produz ciência generalizável em si, mas desenvolve-se como fenômeno – estratégia (método) - para resolução de problemas através do desenho. Estas respostas, no entanto, podem sugerir outras hipóteses de análises e se vistas como fenômenos podem ser estudadas e delas depreender-se conhecimento e ciência comunicável. Deste processo, estaria se produzindo teoria – *aproximação da verdade* – e nos satisfaríamos com determinadas conclusões que, pela demonstração através de associações com outros fenômenos, ou por análises posteriores, contribuiriam de forma inequívoca ao campo do conhecimento.

Daí, arriscamos que o projeto em si não deve ser concebido como uma tese -ainda que requisite alto grau de conhecimento de seus autores- e, portanto, não dando conta da condição doutoral. Mas contem teses que podem ser construídas através da observação e investigação e, portanto acumuladas no campo do conhecimento como um todo, especialmente no conhecimento específico do projeto e de sua prática efetiva. Mesmo que possamos atribuir ao projeto o caráter inventivo, teríamos que depreender dele as características novas, especialmente quanto ao método de sua concepção. Teríamos que analisá-los, entendê-los, expô-los a filtros críticos e daí produzir conclusões que o atestem como inventivo e com isto produzir conhecimento ao reconhecê-lo enquanto tal. Neste caso, parece-nos imperativo que o conhecimento esteja associado à consciência que se tem de um determinado problema, que se constrói como hipótese (insuficiente-tese), desenvolvimento e conseqüentemente tese.

Satisfaríamos-nos, neste caso, com a concepção de que um Doutorado na área de projeto é produção de conhecimento nestas bases, ou seja, de consciência teórica sobre fenômenos internos ou externos ao processo de projeto. A defesa do produto como tese, desvinculada das revelações teóricas precedentes, no entanto, para nós é descartada, ou ainda sugere novos aprofundamentos.

Portanto, a percepção aponta para que o projeto apóie teses, ou seja, escolhe-se um fenômeno para estudo e, a partir da construção de um corpo de conhecimento acerca do mesmo, seja através de percepções no local de implantação ou análises de projetos através de textos críticos e históricos ou entrevistas, demonstra-se a veracidade de alguma hipótese que objetive construção teórica transformando-se em tese. Estas, se consolidadas poderiam ser absorvidas por projetos que as

apóiem. Por exemplo, digamos que percebamos e sejamos intrigados mediante um número expressivo (grande incidência) de projetos feitos por arquitetos, num determinado tempo (recorte temporal), que exploram o deslocamento dos espaços públicos como circulações e praças - em geral comuns em nível térreo - para níveis elevados fortemente distanciados daquele chão em locais específicos (recorte espacial). Constroem-se hipóteses sobre este fenômeno (que reconhecemos enquanto tal) – por exemplo, *a associação desta ação às necessidades de natureza ambiental e a uma tecnologia disponível que explora espacialidades alternativas com um sentido de revisão total das práticas sociais tradicionais, vinculando tal atitude (projeto) à liberação do chão para áreas permeáveis*. Estabelecidas as hipóteses e tendo-as demonstradas e aceitas enquanto teses poderíamos propor um projeto que as ilustrem ou apóiem através de um desenho passível de generalização – não ele, mas os fenômenos dele depreendidos.

FIG.2-3 Rem Koolhaas. Hiper edifício, Bangkok. Fonte El Croquis 131-132 (2006). Aqui é claro o caráter propositivo no sentido de elevar áreas públicas e liberar o solo para áreas verdes.

Claro que o recorte temporal, especialmente, faz-se necessário, pois a partir das imagens que geraram aquelas motivações iniciais e resultaram num desenho, outros pesquisadores poderiam assimilá-las – desvinculadas total ou parcialmente de seus significados e motivações de origem - e com outras relações de significados ou intenções, adotá-las. Assim fariam com que aquela associação se desloque para outro campo de percepção, sugerindo outras hipóteses e conseqüentemente outras teses sobre fenômenos com características similares, baseados em sua “aparência”. Se tudo estiver aceito seria suficiente para definir o resultado como uma tese. Porém o projeto – ação produtiva - poderia ser um exercício de demonstração, apoiando, na medida em que o conhecimento demonstrado de tais experiências possa sugerir, teses generalizáveis e aplicáveis em outros contextos nos quais se pode propô-lo com relativa segurança. No caso, por exemplo, um projeto que apoiasse as teses de associação entre a *busca de resultados ambientais desejáveis* com o deslocamento do plano público do projeto para níveis distantes do chão.

Fig. 4 Steven Holl. Hibrid Lynked. Pequim. Fonte El Croquis. Neste caso o deslocamento das áreas públicas para níveis elevados realizou-se e indica a reafirmação do fenômeno de exemplo.

Sobre invenção e método

Estas considerações e exemplos parecem-nos necessários porque o objetivo destas reflexões é dar consistência ao caminho a seguir, objetivando produzir conhecimento no campo do PROJETO DE ARQUITETURA. É claro que, se fazer projeto possui lógicas próprias e que, como dito anteriormente, podem ser lidas a partir da construção de um corpo reflexivo através de disciplinas específicas – teoria, desenho, modelos e outras técnicas –, para transformar hipóteses em teses possíveis, seria mais aceitável que ao concebê-lo como tese, haja uma clara proposição de alguma inovação ou invenção. Invenção do método, visto que em si, um projeto qualquer, pelo seu caráter único, não garantiria a produção de conhecimento inédito e generalizável. As soluções já conhecidas e adequadas ao problema não seriam inéditas pelo simples fato de um projeto não ser exatamente igual ao outro, na maioria das vezes. Mas um novo método, certamente, seria passível de generalização a algum tipo de universo, e contribuiria ao conhecimento específico do projeto.

Os diagramas propostos pelo arquiteto Peter Eisenman relativos ao projeto da Casa Frank Miller (CASA III) esboçam um método de tratamento da forma que parece encaixar-se neste raciocínio.

A partir de uma forma cúbica, cria-se uma espécie de aramado dado pela geometria estrutural e concebe-se um descolamento programático tornando este – o programa - independente da estrutura através de um giro de quarenta e cinco graus dos volumes frente a estrutura. A partir disto, cria adaptações ao programa que evoluem ao tratamento sistemático das aberturas até que se obtenha a noção de total independência entre estas partes – estrutura e programa – resultando numa forma bastante inusitada à época onde a independência da planta, a estrutura livre e a presença dos espaços intersticiais tornam o projeto surpreendente e inédito. Em se tratando de formas singulares esta seria mais uma não fosse o percurso tão claro através do qual o arquiteto constrói seu pensamento. Por traz destas operações – escolha de um prisma regular de partida e conseqüente descolamento programático - há um discurso histórico acerca da estética moderna, seu rigor e suas razões e conseqüente conquista de liberdade através da ruptura entre as partes, do ângulo reto e obtenção de outra forma de planta livre tão preconizada pelos antecessores. Neste sentido, por se tratar de ações claras, poderíamos pensá-las em situações outras que não este projeto, configurando assim um método adotado num ensaio, mas passível de generalização para outros programas e situações. Aponta para novas possibilidades da forma e das relações entre programa e estrutura. Sua demonstração poderia ser aceita no próprio resultado construído. É claro que o objeto em si não diz nada se não por uma análise e uma leitura que esmiúce seus conceitos e desígnios. Ora, fica claro que a resposta estética obtida só o é enquanto parte de um processo de consciência histórica do artista / arquiteto e isto fica claro nas exposições diagramáticas.

Fig 5-6 Respectivamente: Peter Eisenman. Casa III para Robert Miller. Fonte: What's Deconstruction e Ching, Francis D.K., Arquitetura: Forma Espaço e Ordem.

Num certo sentido a obra deixa de ser apenas admirada e produz pensamento na medida em que se expõe enquanto diagramas e possivelmente por que o reconhecemos enquanto método, ou seja, há certo alívio ao entendê-lo, dado pela percepção que a estratégia poderia repetir-se como nova possibilidade de tratamento com a forma.

Assim, nosso entendimento é que os projetos não seriam necessariamente teses, mas compreendemos e aceitamos que a exposição de um MÉTODO, configurando um potencial de generalização, adquire um juízo inventivo aceitável como tese, passível de ser teorizado e comunicado. Contribuiria para o campo do conhecimento da prática do projeto: teoria que contribui para a prática que por sua vez gera novas teorias. Não seria um projeto qualquer, portanto.

Outro caminho para um PROJETO COMO TESE poderia ser entendido também como combinações de observações de fenômenos com as respostas que parecessem mais adequadas a um problema levantado. Mas isto seria uma questão de convenção, pois há de se construir uma teoria acerca daquelas propostas e demonstrá-las como “melhor solução” ou mesmo “solução possível” para atender àquelas demandas indicadas pelas observações. Isto seria árduo, pois a demonstração dependeria de um resultado efetivo, o que, pensando-se em ensaios de projetos, restringe-se a avaliação apenas aos domínios projetados e não realizados efetivamente, não garantindo sua validade. Seria convencionar que as TESES PROPOSITIVAS poderiam sustentar-se apenas em HIPÓTESES para a sua (auto) afirmação: afinal, o que diria que uma proposta seria melhor do que outra visto tratar-se de um campo de várias possibilidades? Se tratado apenas como mais uma possível ação para um determinado problema, seria de fato uma aproximação da verdade naquele problema? Ou a aproximação da verdade contradiz a noção de projeto? Talvez sim, pois a verdade – aceitado-a como possível em investigações científicas – estaria no campo das revelações teóricas, enquanto o projeto estaria no campo das possibilidades, é o que nos parece.

Mas mesmo com estas dificuldades, considera-se neste trabalho que a tese propositiva é também um argumento importante ao vincular-se ao departamento de PROJETOS, visto que, em última análise, as soluções propostas pelo desenho concentram em si certo tipo de fundamentação teórica – estudo dos fenômenos associados - que serviria para a pesquisa de outros pesquisadores e contribuiria, sem dúvidas, para o ENSINO DE PROJETO, talvez uma das principais finalidades de um trabalho acadêmico.

Referências em bases do pensamento ocidental

Caberia ainda reportarmo-nos a algumas bases do pensamento ocidental. Aristóteles em sua obra abordou o problema das distinções entre diversos saberes, conforme descreve Chauí (2002) ⁵. Ela expõe definindo o que, segundo ele, seriam os conhecimentos teóricos, práticos e produtivos conforme a seguir:

⁵ Chauí, Marilena. CONVITE À FILOSOFIA. São Paulo, Editora Ática, 2002. P.41-43.

Ciências teóricas, contemplativas ou teóricas, que são aquelas que estudam coisas que existem independentemente dos homens e de suas ações e que não tendo sido feitas pelos homens, só podem ser contempladas por eles. A autora prossegue e lembra o significado da palavra teoria, que em grego (Theoria) quer dizer contemplação da verdade. O que são as coisas que existem por si mesmas e em si mesmas, independentemente de nossa ação fabricadora (técnica) e de nossa ação moral e política? São as coisas da Natureza e as coisas Divinas. A matemática e a física fazem parte deste grupo.

Ciências práticas, que as ciências que estudam as práticas humanas enquanto ações que tem nelas mesmas seu próprio fim, isto é, a finalidade da ação se realiza nela mesma, é o próprio ato realizado. Neste caso a autora destaca a ética na qual “a ação é realizada pela vontade guiada pela razão para alcançar o bem do indivíduo”, claramente objetivando as virtudes morais das quais destaca a coragem, generosidade, fidelidade, lealdade, clemência, prudência, amizade, justiça, modéstia, honradez, temperança e etc. Ainda no campo das ciências práticas destaca a política cuja ação é realizada pela vontade guiada pela razão para ter como fim o bem da comunidade ou o bem comum. Tem a ver com a ação deliberada do sujeito, ou a práxis, ou seja, aquilo que pode acontecer ou deixar de acontecer, uma possibilidade que depende da vontade racional do agente. Apesar de não terem a universalidade das ciências teóricas, podem ser estudadas, pois há algo de universal nelas que são as finalidades, o que para Aristóteles é o Bem.

Ciências produtivas: ciências que estudam as práticas produtivas ou as técnicas, isto é, as ações humanas cuja finalidade está para além da própria ação, pois a finalidade é a produção de um objeto, de uma obra. Dentre elas, menciona a arquitetura cuja finalidade é produzir abrigo para o homem, além de ser um dos agentes na produção da cidade e também menciona outros fazeres como a medicina (a cura) a economia (organizar a produção para a sobrevivência e acúmulo de riquezas), pintura, escultura, artes em geral. Em suma, todas as atividades humanas técnicas e artísticas que resultam num produto ou numa obra, referem-se a ação fabricadora do ser humano, que em grego é conhecida como *poíesis* no sentido que seu objeto é um produto ou a forma de fazê-los. Neste caso a finalidade da ação está fora dela, num objeto, obra ou produto, ou no sentido de atingir a outro, como é o caso da medicina.

A partir disto definiu-se o campo de investigação filosófica que durou até o século XIX, quando algumas ciências específicas foram se distanciando daquilo conhecido como *tronco geral da Filosofia*, como aponta a autora⁶ e hoje, pode-se dizer que aqueles campos de investigação dizem respeito ao conhecimento da realidade última de todos os seres, ou da essência de toda realidade, campo este conhecido como Ontologia, ao conhecimento da capacidade humana de conhecer, isto é, o conhecimento do próprio pensamento em exercício como a lógica, que oferece as leis gerais do pensamento, a teoria do conhecimento que oferece os procedimentos pelos quais conhecemos as ciências propriamente ditas e o conhecimento do conhecimento científico (a epistemologia) e, finalmente, ao conhecimento das ações

⁶ Ibidem (p.42)

humanas seus valores e finalidades, ou seja, das ações que tem em si mesmas sua finalidade (a ética e a política, ou a vida moral e a vida política) e das ações que tem sua finalidade num produto ou numa obra: as técnicas e as artes e seus valores (utilidade, beleza e etc.), incluindo a arquitetura.

Aceitando a classificação aristotélica, ficam marcadas as diferenças de gênese entre as ciências produtivas – nas quais o PROJETO DE ARQUITETURA se insere – e as ciências teóricas ou contemplativas, que estudam coisas que existem independentemente dos homens, como fenômenos físicos, biológicos, naturais e mesmo os sobrenaturais que, na visão do pensador grego apontam para a Teologia e para a Metafísica; e, também, as ciências práticas, que tem a finalidade e o homem como princípio da ação.

Mas, ao que nos parece, há uma supressão do fato de que ao classificarmos tendemos a considerar que a arquitetura enquanto atividade confunde-se por seus produtos – projeto – com as disciplinas que a cercam. Mesmo estando no campo específico da produção, estaria sujeita ao campo dos fenômenos, passando a ser analisada pela teoria que pode ser feita segundo os métodos científicos usuais. Se o projeto de arquitetura é uma produção e, portanto difere-se da investigação teórica, é também ao mesmo tempo *objeto* de investigação e é isso que entendemos ao falarmos de uma tese.

Já que *todos os seres humanos desejam o conhecimento*⁷, não parece fazer sentido entender que um projeto poderia ser tratado como tese, visto que em si não produz nada além de admiração – fase componente, porém não suficiente para a construção epistemológica. Assim, quando Aristóteles indica que *supomos que artistas sejam mais sábios do que homens de mera experiência (o que significa que, em todos os casos, a sabedoria depende mais propriamente do conhecimento), e isto porque os primeiros conhecem a causa, ao passo que os segundos não a conhecem uma vez que os homens de experiência conhecem os fatos, mas não o porquê; os artistas, contudo, conhecem o porquê e a causa. Pela mesma razão, consideramos que os mestres, em todo o ofício, merecem maiores apreços, conhecem mais e são mais sábios do que os artesãos, porque conhecem as razões das coisas que são feitas; pensamos que os artesãos – como certos objetos inanimados – realizam coisas, mas sem saber o que realizam (como, por exemplo, o fogo queima); somente que enquanto os objetos inanimados executam todas suas ações devido a certa qualidade natural, os artesãos executam as suas através do hábito. Assim, os mestres dispõem de maior sabedoria, não devido à sua capacidade de fazer coisas, mas porque possuem uma teoria e conhecem as causas*⁸.

Apesar disso, reconhece um pouco antes que, *se alguém dispõe de teoria sem experiência, e conhece o universal, mas não conhece o particular nele contido, com frequência falhará em seu tratamento, uma vez que é o particular que tem que ser tratado.*

⁷ Aristóteles. Metafísica, 980 a22 (livro 1). Trad. Edson Bini. São Paulo. EDIPRO. 2006. P. 43.

⁸ Ibidem. P.44.

Quando Vitruvius⁹ nos diz que *a ciência do arquiteto é ornada por muitos conhecimentos e saberes variados, pelos critérios da qual são julgadas todas as obras das demais artes*, e prossegue dizendo que *esta ciência nasce da prática e da teoria, onde prática é o exercício constante e freqüente da experimentação, realizada com as mãos a partir de materiais de qualquer gênero, necessária à consecução de um plano, e teoria, e por outro lado, é o que permite explicar e demonstrar por meio da relação entre as partes, realizadas pelo engenho*, parece-nos que cria um ponto de aproximação com esta reflexão, visto podermos sugerir que aponta para o fato de defender a busca das disciplinas que perfazem a atividade de projeto afim de que delas possa tirar hipóteses e construir conhecimento. Mas nossa posição persiste no sentido de que a junção, como dito nas linhas precedentes, do sentido produtivo ao conhecimento teórico, torna satisfeitas as expectativas do conhecimento integral no campo da arquitetura. Recorrendo novamente ao texto de Vitruvius, que parece apoiar este postulado, *desse modo, os arquitetos formados sem instrução, exercitados apenas com as mãos, não o puderam fazer completamente, de forma que assumissem a responsabilidade pelas obras; por sua vez, aqueles que confiaram unicamente na teoria e nas letras, pareciam perseguir uma sombra, não a coisa. Contudo, os que se aprofundaram numa coisa e noutra, como que munidos de todas as armas, atingiram com autoridade mais rapidamente o que era seu propósito*. E ao continuar, o arquiteto entra claramente na idéia central à qual temos tentado nos aproximar nesta apresentação: *em tudo na verdade máxime certamente na arquitetura, essas duas coisas estão presentes: o que é significado e o que significa. O que é significado é algo proposto do qual se fala; o que significa é a demonstração explicada pelas regras das doutrinas. Por essa razão, quem vier a professar o ofício de arquiteto deverá estar exercitado nessas duas coisas*. Sem dúvida também se refere aos campos de conhecimentos auxiliares a ação do arquiteto, como a escrita, a geometria, o cálculo, o conhecimento histórico e etc., porém, é de se esperar que aquilo que é proposto possa ser visto no campo dos fenômenos e, portanto como objeto a ser contemplado e investigado resultando em conhecimento teórico, incluindo especialmente o projeto de arquitetura. Há uma clara identificação deste tema com visão aristotélica, que defende também o conhecimento teórico como instancia superior das artes e, por conseguinte, da arquitetura.

Portanto, pensamos que ao propormos distinções entre o estudo dos fenômenos da natureza e fenômenos na arquitetura, ou mesmo nas artes ou outros saberes, o conhecimento poderia originar-se a partir dos objetos de investigação científica enquanto natureza teórica ou contemplativa que daria conta dos fenômenos que independem do homem. Mas também originar-se-ia dos fenômenos criados pela cultura, ou seja, pelo homem, sujeitos também a nossa contemplação, passíveis de construção teórica pelos mesmos métodos dialéticos descritos por Hegel no início desta reflexão. No caso do projeto de arquitetura, talvez, a grande matéria prima para a construção epistemológica seriam os próprios projetos, postos enquanto fenômenos culturais observáveis. Não é sem sentido que grande parte das teses sejam feitas a partir de avaliações pós-ocupação de obras realizadas sejam edifícios ou cidades. Parece-nos ainda que a idéia da proposição do projeto e sua conseqüente transformação em tese de doutorado dentro do campo das ciências produtivas demandam, por exemplo, um determinado olhar a ser lançado sobre algum fator

⁹ Vitruvius. Da Arquitetura. Introdução de Júlio Roberto Katinsky. HUCITEC e FUNDAÇÃO PARA A PESQUISA AMBIENTAL. São Paulo. Tradução Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo, 1999. Primeiro Livro. P-49-50.

preponderante, por exemplo, a construção da linguagem dentre outros. O caminho tradicional de investigação – percepção de fenômenos, construção de hipóteses e transformação em teses – seria muito adequado aos objetivos de produção de conhecimento que deveriam ser passíveis de verbalização e de análise sobre como seria possível *distinguir* alguns elementos expressivos e produzir teoria.

Neste caso, verdades acerca das ações humanas e não a própria ação. O conhecimento avança no campo da arquitetura em várias frentes que são sintetizadas pelo ato de projetar.

Ao final, retomando o problema da invenção ou da descoberta, que traduzido nestas indagações passariam para o campo do conhecimento produtivo e para o campo do conhecimento teórico, procuramos em nossa TESE, abordar o projeto como fenômeno e buscar dentro das inúmeras possibilidades a serem pesquisadas algumas sobre as quais poderemos desenvolver algum tipo de conhecimento mais ou menos preciso num tempo e espaço. Mas, ao mesmo tempo, adotamos aqui que a tese de doutoramento em projeto não é necessariamente a produção de uma teoria inédita ou de um conhecimento absolutamente novo, mas a necessária tomada de posição teórica sobre os aspectos analisados, no caso, as ações para contribuir positivamente na construção do espaço. Preferencialmente apoiada pelo projeto, nosso maior objetivo: a investigação e proposição de métodos também fazem parte daquilo que entendemos como possibilidades de tese de doutoramento em Projeto de Arquitetura.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva investigar possibilidades de ações na cidade atual, tendo como foco a problemática da arquitetura resultante a partir das transformações das cidades observadas desde o século XX até a atualidade. De modo mais preciso, a tese desenvolve a indagação sobre papéis da arquitetura na cidade tendo como principal objetivo a análise das transformações urbanas desde as cidades tradicionais até as cidades da atualidade, investigação dos horizontes possíveis e, a partir disto, construir suporte teórico para fundamentar campos de ação para a arquitetura.

A origem do estudo, além de aprofundar alguns conteúdos iniciados em nossa dissertação de mestrado¹⁰, deu-se a partir da observação de alguns fenômenos.

1. Em primeiro lugar observamos que a criação de algumas centralidades em cidades como São Paulo tem como origem ações especulativas restritas a proposições de programas, não raro, desvinculados do planejamento urbano e isto faz com que não se atinja um potencial de equilíbrio positivo para tais áreas. Parece-nos consensual que seria desejável uma cidade justa com fluxos de automóveis equilibrados, transportes coletivos eficazes, edifícios belos e expressivos, programas diversificados e, especialmente, vitalidade ao longo dos espaços públicos com possibilidades de deslocamentos prazerosos pelos pedestres. Estes quesitos, antes de tudo, apontam também para noções de justiça social que se pode perceber numa sociedade¹¹. Mas alguns empreendimentos que compõem a cidade originam-se comumente pela iniciativa de investidores interessados em gerar negócios imobiliários através da construção de edifícios de diversas naturezas programáticas, como escritórios para vendas ou locação, habitação para classes econômicas emergentes, centros comerciais e tantos outros. Muitas vezes tais empreendimentos associam-se a programas definidos por ações de marketing sem fundamentos urbanos suficientes que deveriam ser estabelecidos pelo poder público, visando qualificar a cidade como um todo. Isto faz com que áreas sejam configuradas, povoadas e até consolidadas com resultados insatisfatórios em relação aos fluxos de pedestres, sem unidade ou desenho nas áreas públicas, sem lugares com significados e identidades relevantes projetadas e construídas para aquelas populações de usuários que ali se estabelecem. Áreas que além de pecarem pela falta de qualidade urbana em geral, não raro, adquirem desequilíbrios na organização dos usos – às vezes com predominâncias mono funcionais – gerando esvaziamento em determinados horários incluindo dias de descanso como fins de

¹⁰ Aly, José Augusto Fernandes. Discussão Acerca do Papel Urbano dos Edifícios: Estudos e Propostas para áreas em Renovação. São Paulo, FAUUSP, 2000.

¹¹ Apesar de uma das raízes da falta de qualidade urbana ser relacionada à questão do desequilíbrio social, problemas como educação, diferenças superlativas de renda e outros desta natureza, nossa abordagem tende a deixar estas questões como secundárias face aos aspectos de qualificação do espaço através da arquitetura, seu desenho e seus significados. Pensando assim, estaríamos considerando que diferenças destas naturezas – sócio econômicas e culturais – podem aceitar valores universais que tendem a ser desejáveis por todos. Isto é um ideal a ser perseguido: equalizar através da educação e cultura e de forma democrática, a fim de buscarem-se referências que estejam acima das particularidades no trato com a cidade.

semana e feriados. São áreas, portanto, utilizadas inadequadamente mediante o sistema viário e infra-estrutura que acabam originando para si. Não contribuem para uma diversidade saudável daqueles que a utilizam em suas atividades econômicas de trabalho ou mesmo de moradia. Sugerem, portanto, propostas que as elevem a áreas qualificadas do ponto de vista urbano, satisfatórias para seus usuários e também àqueles que a visitam, sejam pessoas de outras localidades da urbe ou turistas. Algumas áreas em São Paulo se enquadrariam neste relato, por exemplo, a região da Avenida Luis Carlos Berrini com sua arquitetura mais ou menos dispersa¹². Deste ponto de vista – arquitetura –, observamos que, se compararmos a arquitetura tradicional¹³ - com seus edifícios com as alturas controladas, alinhados, coesos pela justaposição e assim conectados, - com a arquitetura originada nas implantações recorrentes neste tipo de caso - com seus blocos autônomos, independentes, muitas vezes totalmente isolados e, mais recentemente, “altamente” singulares – podemos perceber que há um elo perdido entre aqueles edifícios que faz com que se obtenham áreas com um caráter desconexo tanto do ponto de vista da paisagem, quanto do ponto de vista das funcionalidades. Geram-se assim prejuízos para a qualidade dos fluxos de pedestres, talvez os principais usuários e responsáveis pela vitalidade e manutenção das áreas urbanas. Isto sem dizer - naquele exemplo da Berrini - acerca do traçado viário com glebas remanescentes de implantações industriais que faz com que se tenham dimensões de quadra absolutamente inadequadas para quem caminha, prejudicando o caráter urbano daquelas áreas¹⁴. Aliando-se tudo isto à falta de lugares com significados culturais representativos – **centros de permanência e vitalidade** –, estas áreas desconexas se traduzem por grandes massas construídas sem sentido urbano integral e qualidades que as identifiquem ou que as configurem como um conjunto de serviços que se complementam, talvez pelos precários percursos resultantes entre os edifícios e, portanto, entre os diversos programas.

2. Outra percepção tem origem em consultas bibliográficas incluindo revistas e confirmada por viagens de pesquisa. Diz respeito à **observação dos tipos (independentes de programas) da arquitetura urbana, relacionados a diversas análises teóricas que apontam para claras transformações em seus desenhos ao longo da história, com mudanças substantivas na forma como criam interface com a cidade**. Os projetos atuais caracterizam-se cada vez mais pela grande

¹² Sobre arquitetura dispersa ver o trabalho de, Nestor Goulart Reis Filho, Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano, Lá o autor aborda o problema da dispersão pelo crescimento e formação de novos tecidos urbanos fora dos centros definidos das grandes cidades, pelo surgimento de novas centralidades e conseqüente fragmentação do tecido urbano (de origem). Neste caso adotamos o termo arquitetura dispersa referindo-nos as arquiteturas desvinculadas de seus pares, percebidas do ponto de vista da paisagem como sucessão de objetos – edifícios – autônomos, em detrimento de uma coesão coletiva das expressões privadas.

¹³ Chamamos de arquitetura tradicional neste caso, dentro de um vasto campo histórico que não poderia ser colocado numa mesma definição, aquela arquitetura que se configura conforme parâmetros urbanísticos de alinhamentos e alturas controladas, em geral justapostas umas às outras conforme estas medidas e que juntas compõe o quarteirão tradicional com testadas claramente voltadas para os passeios públicos e etc. Em geral adaptadas a dois ou mais tipos de usos, estabelecem uma ordem programática adequada às distinções entre espaços públicos, semipúblicos e privados.

¹⁴ Sobre este tema, ver Morte e vida de grandes cidades capítulo 9 de Jane Jacobs. Neste capítulo a autora discorre sobre o caráter urbano e a necessidade de quadras reduzidas demonstrando as vantagens das mesmas e os prejuízos obtidos pelo não cumprimento desta prerrogativa. Apesar de seu objeto de estudo ser Nova York, sentimo-nos à vontade com a generalização deste tema.

singularidade que os arquitetos vêm imprimindo em seus trabalhos. Estas singularidades podem ser vistas também como decorrência das mudanças tecnológicas dos sistemas de projeto, das novas possibilidades construtivas e do protagonismo do capital e suas demandas simbólicas – claramente expressas em verdadeiros “templos” como os centros financeiros, edifícios culturais e as caixas isoladas na cidade (tudo isto reforçados pela incrível demanda dada pela mídia contemporânea) sobre as noções homogeneizadas características das sociedades anteriores sem o arsenal tecnológico atual e que se baseavam num poder primordial do estado ou instituições religiosas. Esta arquitetura da singularidade aponta para dois tipos de solução: a arquitetura do espetáculo que temos visto atualmente nos projetos globais de arquitetos que investigam formalismos pela própria adesão de novas tecnologias de projeto e de construção, materialidades, escalas (especialmente verticais) e não raro com pouco significado ou conteúdo arquitetônico e aquelas soluções racionais dos fins do século XX na qual se inserem, dentre outros, os projetos de Potsdamer Platz ou de Canary Wharf nas Docklands em Londres. Aliás, este último é para nós muito importante para o que queremos demonstrar e enaltece o capital privado com rebatimentos espaciais coerentes e cujas arquiteturas são caracterizadas por desenhos que poderiam ser classificados como conservadores. Porém, aquelas arquiteturas reafirmam-se como singulares – sob forte ordenação – pela qualidade técnica, sofisticação material e ostentação na escala. Mas, talvez, o principal é que estão conectadas - colocando alternativas aos problemas causados pela falta de coesão característica da cidade de edifícios isolados - através de alguns espaços entre edifícios e espaços públicos e aos sistemas de transporte coletivo – ali representado pela Jubilee Line do metrô e a estação Canary Wharf.

Superadas – pelo menos aparentemente - as discussões sobre a compacidade da paisagem versus a dispersão generalizada, alguns projetos - e este londrino é um deles - avançaram na direção de sistemas de conexões e novas espacialidades na urbe atual. Deste ponto de vista, são exemplos importantes de como lidar com a cidade dos edifícios isolados que ao fim das contas acabam se conectando, tendo como objetivo a conferência de qualidade da vida urbana, especialmente na configuração de percursos para pedestres e, portanto originando a fruição direta dos espaços públicos. Ainda que dentro de uma lógica de promoção originada pela iniciativa privada que, não raro, é responsável – de forma recorrente em nosso tempo – pela qualidade dos espaços públicos, como já sugerido nas linhas precedentes. Acredita-se, portanto, que o tratamento dos percursos esboça uma das principais necessidades para as cidades contemporâneas, visto que o controle da paisagem, da linguagem e outros elementos que a tradição arquitetônica acumulou tem se mostrado inexoravelmente desconstruídos e relativizados - quando não desprezados - em infinitudes de intervenções observáveis. A principal atitude arquitetônica nos tecidos urbanos na atualidade, em muitas partes do planeta, parece ser novamente, talvez, um reforço dos edifícios isolados, com expressões contundentes que disputam o cenário dos jogos de espetáculo protagonizados pelas cidades globais. É claro que as cidades são híbridas, heterogêneas e dotadas de inúmeros espaços, inclusive residuais, que impediriam tal generalização. Porém estamos falando de centralidades, novas ou não, que condensam fluxos significativos de pessoas e que estão inseridas no sistema econômico da cidade. Projetos de elementos

conectores também são comuns em países como a China, especialmente Hong Kong, onde os sistemas de conexão protagonizam uma nova versão dos fluxos urbanos de pedestre em vários edifícios na cidade, além dos subterrâneos canadenses e outros.

3. Finalmente, outra percepção importante é que em áreas que crescem de forma especulativa **há certa ausência de edifícios ou conjuntos arquitetônicos com programas culturais que configurem atividades sócio-culturais ou identidades capazes de congregar pessoas de um modo em geral.** Isto pode ser observado especialmente novamente em algumas áreas em São Paulo. Mesmo os próprios edifícios, comumente, não contemplam em si espaços adequados para abrigar tais programas. Estes programas, referências em áreas urbanas, muitas vezes associados a espaços públicos, e que configuram lugares com significado cultural, reconhecemos necessários para a configuração dos nós que sustentam as redes urbanas, caracterizadas pelos sistemas de circulação, ocupação e transformação do território. Para analisar estas questões, apoiamo-nos em autores como Christian Norberg Schulz, Aldo Rossi, Josep Maria Montaner, dentre outros.

Cruzando estas observações de naturezas distintas, reunimos dados para lançarmos aproximações teóricas e propositivas.

Portanto assim podem-se sintetizar os caminhos a serem investigados:

Aceitando que algumas das origens do processo de fragmentação da cidade atual podem ser encontradas no processo de transformação da arquitetura tradicional para a arquitetura moderna - que em essência refletiu mudanças sociais e políticas reais, mas que ao difundir-se pelo mundo deflagrou processos de dispersão das funcionalidades e da paisagem até nossos dias – e também aceitando que ainda há um embate sobre como deveriam ser tratados os projetos urbanos - especialmente em nossas escolas e centros de pesquisa - conforme sintetiza Morales (2002)¹⁵ ao destacar que *as vicissitudes da forma urbana nos últimos cinquenta anos são a história de uma paixão*, temos por hipótese que é possível pensar em sistemas de conexões tanto entre os edifícios com outros edifícios quanto destes com espaços públicos e também a construção de lugares com significado cultural como respostas alternativas aos processos de fragmentação, muitas vezes inexoráveis, criando novas modalidades de percursos, espaços públicos qualificados e convenientes para diversos tipos de usuários, sejam estes espaços de propriedade do estado ou não, conferindo sentido e vitalidade em áreas residuais e com baixa qualidade na cidade atual.

¹⁵ Solà-Morales, Ignasi de. Territórios. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002..

Demonstrando tais possibilidades, propomos que estas seriam passíveis de generalização acreditando que lidar com a cidade contemporânea, do ponto de vista da arquitetura, é, dentre outras ações, mas com certa ênfase, conectar e construir identidades, objetivando o que ora chamamos de “*cidade integral*”, ou seja, uma cidade viva, eficaz, confortável e bela e que atende aos seus princípios básicos de trocas e cooperação, mesmo sendo adaptadas às mais complexas demandas atuais.

Algumas referências, sejam teses teóricas ou hipóteses descritas em diversos artigos, nos chamaram a atenção para a construção do trabalho. As discussões após o 8º. CIAM de 1958, que resultaram em trabalhos de teóricos como Aldo Rossi, Jane Jacobs, Bernard Huet e outros, e que apontavam para uma crítica do período moderno dos grandes projetos urbanos de reconstrução são importantes na construção de posicionamento crítico neste trabalho, especialmente após contato com os projetos paradigmáticos do fim do século XX que elegemos para dar um panorama do período de revisão de valores postos de lado no modernismo: IBA em Berlim, Barcelona entre 1988 e 1992 e finalmente o projeto de Potsdamer Platz novamente em Berlim. As considerações feitas por Christian de Portzamparc no texto “A Terceira Era da Cidade”, também foram importantes, pois o mesmo coloca em questão o mesmo processo de transformação da cidade tradicional para a cidade moderna, no sentido de investigar ações para a cidade atual, pensando na década de 1990. Também vale destacar algumas expressões dadas por Rem Koolhaas, aliadas às análises hiper-realistas de Ignasi de Solà-Morales sobre as demandas da cidade atual e olhares críticos sobre o papel da arquitetura na cidade ao longo do século XX, e que traduzem a discussão mais atual com rebatimentos substantivos na arquitetura, especialmente quando as questões resgatadas pelos arquitetos pós modernos, como identidade, lugar, coesão e ordem, são novamente colocadas em cheque e, portanto, passíveis de outras análises críticas.

A investigação, portanto, aponta para um estudo de natureza teórica – investigativa do processo evolutivo da cidade e de sua arquitetura, afim de estabelecer posicionamento sobre algum horizonte da cidade e, a partir disto investigar a construção de sistemas de conectividade entre os edifícios. Também irá propor e reconhecer a construção de lugares com significados, opções estas atreladas a fenômenos urbanos contemporâneos como novas centralidades. No caso de São Paulo, terá o eixo da Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini como principal exemplo local para tais análises e, eventuais proposições.

Os principais objetivos da tese, como sugerido no início da introdução, dizem respeito a investigação dos principais processo de transformação da cidade vistos no século XX como base para posicionar-nos acerca dos horizontes possíveis; investigar o desenho da interface entre arquitetura e a cidade visando revelar lacunas e construir fundamentos para propostas atendendo ao universo do projeto de arquitetura, campo específico do conhecimento ao qual esta tese se vincula. Estes objetivos são mais relativos ao desenho concreto e aborda com menos ênfase a discussão sobre a análise dos domínios públicos ou privados dos espaços resultantes, ainda que reconheçamos que vivemos um crescimento cada vez maior dos domínios privados no espaço urbano. Não se trata de impor um juízo moral – o que para

nós seria - precipitadamente talvez - julgado como negativo – mas sim de reconhecer o papel que a arquitetura, ainda que de natureza privada, tem na conferência de qualidades nos espaços públicos. Só esta afirmação – a relevância da arquitetura privada para a construção dos espaços públicos - poderia constituir outra hipótese ou hipótese secundária em nosso trabalho, o que, ao final, poderemos averiguar. Sobre este tema Manuel de Solà-Morales (2008) defende que *uma boa cidade é aquela capaz de melhorar os projetos privados*¹⁶, reconhecendo suas importâncias na configuração da qualidade pública da cidade. Isto vai ao encontro absoluto com nossa posição neste trabalho, em que, uma das principais prerrogativas é que a arquitetura privada é uma das maiores responsáveis pela construção dos espaços públicos da cidade. Claro que poderíamos discorrer sobre distinções – assim como aquele autor também o faz – sobre o que sejam as diferenciações sobre espaço público e coletivo, sobre propriedade privada e propriedade do estado, mas entendemos que num viés de certa flexibilização dos conceitos, há espaços privados com dimensões públicas inquestionáveis e isto nos parece mais conveniente do que a discussão ideológica sobre propriedade privada ou estatal neste momento.

Finalmente, outro objetivo e talvez o mais importante, coerente com nossas “*CONSIDERAÇÕES INICIAIS*” que precede esta introdução, é a *necessária tomada de posição teórica sobre os aspectos analisados* (p.23), ou seja, marcar uma posição teórica sobre o problema da arquitetura na cidade atual, construindo elementos fundamentais para formulações de projetos, sejam reais, ou enquanto investigações acadêmicas.

O trabalho se estrutura da seguinte forma:

No primeiro capítulo foram examinadas questões relativas ao relacionamento entre arquitetura e cidade desde fins do século XIX, chegando à contemporaneidade, tendo como base o dualismo entre a arquitetura da cidade tradicional e a arquitetura da cidade moderna, seguindo para as experiências pós-modernas e atuais. O campo de estudo abordado foram as transformações européias a partir das reconstruções do primeiro e segundo pós guerra e os CIAM's. Deixamos fora da análise a discussão fora do continente europeu, pois entendemos que as discussões daquele continente constituem-se a base fundamental para estruturar a dualidade entre as transformações urbanas e as diferenciações entre a cidade tradicional e a cidade moderna e atual, além de terem tido ressonância no mundo inteiro, inclusive fortemente no Brasil.

No segundo capítulo, procuramos apontar, através da argumentação a partir da década de 1990, especialmente Rem Koolhaas, Christian de Portzamparc e Ingasi de Solà Morales, quais caminhos entendemos que as cidades vão estar sujeitas do ponto de vista da arquitetura e, após isto, propomos, a partir de nossa percepção, pontos de ação para a cidade atual, baseando-nos e acrescentando sobre as categorias definidas por Solà - Morales, acerca das ações da arquitetura na atualidade.

¹⁶ Solà-Morales, Manuel. *Espaços Públicos Espaços Coletivos* (1992). In *De cosas urbanas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2008.

No terceiro capítulo investigamos e tomamos posição acerca do problema das CONEXÕES, a partir de algumas tentativas de definições e a leitura de alguns projetos que entendemos paradigmáticos e que abordam o tema, depreendendo portanto uma significância enquanto caminho possível de ação na atualidade. Destaque para o Hyper Edifício de Rem Koolhaas, Cidade Bipolar HiperConectada, o Hybrid Lynked de Steven Holl e o projeto para Canary Wharf em Londres. Estes projetos puderam nos dar algumas revelações importantes acerca da questão das conexões entre arquitetura e a cidade, como importante tema da atualidade.

Na sequência, no Quarto capítulo, apresentamos o problema do ambiente urbano, ou da *construção do lugar*, através de um balanço teórico sobre o tema e da apresentação de alguns projetos de edifícios extraídos de nossa experiência profissional.

No quinto capítulo como apoio aos temas desenvolvidos, propomos uma análise acerca de uma área da cidade de São Paulo – Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini - explorando, especialmente, a ausência das conexões, de lugares significativos do ponto de vista social e cultural e propostas programáticas para a mesma, além, é claro, da análise acerca dos outros usos. A partir de uma análise baseada em pesquisas recentes, investigamos a proposição do tema CONEXÕES E CONSTRUÇÃO DO LUGAR, afim de ajustar espacialidades e funcionalidades observadas em nossa leitura. É um capítulo de confirmação (ação confirmatória) das hipóteses lançadas, através de um esboço conceitual.

Resumindo, portanto, as pesquisas foram de três naturezas distintas:

A primeira é foi bibliográfica, através da leitura de vários dos principais pensadores da arquitetura da atualidade.

A segunda de campo, através de entrevistas e quatro viagens ao exterior – duas para o território Europeu e duas para as cidades de Buenos Aires (que temos ido com frequência) e Santiago do Chile, tendo, no território Europeu, focado especial atenção às modificações em Londres, especialmente em Canary Wharf, em Berlim na área de Potsdamer Platz, em Barcelona na frente marítima e outros centros de produção arquitetônica relevantes naquele continente. Além destas pesquisas, fizemos pesquisas in loco sobre o estado atual (2008/2009) da Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, produzindo levantamentos dos usos do solo, estado de conservação das edificações, alturas e sistema viário, além de uma pesquisa sobre os sistemas de drenagem através do acesso aos projetos arquivados na EMURB.

Finalmente a natureza propositiva se faz presente através da apresentação de três projetos por nós propostos, retirados de nossa experiência profissional e, ao final, através de um esboço conceitual acerca da área analisada na cidade de São Paulo.

Portanto, além de nos posicionar acerca das raízes do fenômeno da fragmentação urbana na atualidade e assumir posicionamento acerca dos caminhos possíveis, a tese aponta para a investigação de propostas tendo como base as conexões e a construção do lugar, como alternativas possíveis aos problemas da falta de identidade e qualidade urbana em áreas em desenvolvimento, além de outras conclusões sobre o papel da arquitetura na cidade atual.

1 ■ TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS NA CIDADE NO SÉCULO XX

Muitos autores apontam o estudo da história como necessário ao entendimento de um determinado processo e sobre o estado das coisas atuais. Lewis Mumford (APUD Pinto, 2004) ¹⁷ destaca que *se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas*. Há tempos reforçamos esta mesma posição. Por isso sentimo-nos à vontade para reproduzir parcialmente um estudo que iniciamos em nossa dissertação de mestrado¹⁸, enriquecido pelo distanciamento no tempo expressas nas pesquisas que fizemos em campo – visitas a projetos paradigmáticos em várias cidades – e releituras bibliográficas a fim de construir e demonstrar um processo de transformação de paradigmas da cidade tradicional para a cidade atual, constituindo um assunto básico nesta tese.

Fig. 7 Croqui de Le Corbusier para o projeto do MEC realizado entre 1937 e 1943. Fonte: Benévolo, Leonardo. História da Cidade. São Paulo, Editora Perspectiva, 2009. P-630.

¹⁷ Pinto, Júlio César Bernardes. *Arquitetura e "Lugar"*. Tese de Doutorado, São Paulo, FAUUSP, 2004. Epígrafe da APRESENTAÇÃO. P. 11.

¹⁸ Aly, José Augusto Fernandes. *Discussão Acerca do Papel Urbano dos Edifícios: Estudos e Propostas para áreas em Renovação*. São Paulo, FAUUSP, 2000.

Para uma abordagem acerca da arquitetura da cidade parece-nos importante falar em concepções urbanísticas. Tomamos como aceito que no século XX, as principais teorias e ações sobre a cidade se deram especialmente a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna e dos projetos urbanos paradigmáticos realizados até o fim do século, especialmente no continente Europeu, ainda que tenham dado origens a diversos projetos em outros países, como é o caso de Brasília. Portanto elegemos alguns paradigmas tomando-os em essência como universalizáveis crendo que esta é uma das principais características do pensamento moderno. Também é fato que os principais projetos urbanos aqui relatados dizem respeito aos projetos habitacionais, principalmente porque constituem a grande massa construída das cidades com implicações substantivas para a análise da paisagem, imagem e, especialmente as articulações funcionais da cidade.

No croqui de Le Corbusier para o edifício do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro fica clara a exposição de dois modelos distintos de ocupação do sítio que sugere dois modelos também distintos de cidades, aqui denominadas uma tradicional e outra moderna.

O termo tradicional como aqui está proposto é usado por diversos teóricos enquanto que há outros que usam o termo *cidade histórica*. Optamos por não usar a expressão *Cidade Histórica*, pois qualquer cidade moderna, por exemplo, Brasília que é uma cidade projetada, a partir da sua fundação passa a ser histórica, ou seja, pertence a um processo evolutivo no tempo a partir de um momento de origem. Referir-se às cidades *tradicionais* como *históricas*, seria de certo modo, colocar no conceito de cidade moderna a idéia subjacente de negação da mesma, o que não parece adequado. Utilizamos a palavra tradicional referindo-se a um período histórico anterior ao modernismo na arquitetura. Relativa à tradição, passa a idéia de transmissão de conhecimento¹⁹, de doutrinas ao longo do tempo sem que se perca o fio condutor ou certa gênese, apenas evoluindo certos princípios, ordem e disciplina. Em arquitetura – assim como em outras áreas do conhecimento - poderia soar reduzido, pois engloba toda manifestação cultural que se construiu ao longo de milênios pelas pesquisas disponíveis, incluindo cidades pré-históricas, cidades do oriente e tantas outras. Portanto há muitas tradições e não apenas uma. Cada cultura constrói suas tradições de formas distintas. Assim, a arquitetura dita tradicional estaria sujeita ao caráter genérico do termo pelas devidas especificidades de cada sociedade e de cada cidade. A tradição que para nós parece importar nesta análise é uma das principais formas de fazer cidade a partir da arquitetura com origem no mundo europeu, que certamente influenciou e ainda influencia muitos de nossos projetos e referenciais para pensar a cidade.

¹⁹ O verbete Tradição, conforme do dicionário Português Michaelis, dentre os diversos significados: • *sf (lat traditione)* 1. Ato de transmitir ou entregar.

No caso da arquitetura comum, ou seja, aquela que constitui a grande massa construída das cidades e, portanto, não monumental, aponta para certa horizontalidade, respeito aos alinhamentos determinados pelo urbanismo, especialmente junto ao sistema viário, alturas controladas, riqueza de ornamentos e, especialmente construída a partir de técnicas simples e facilmente disponíveis como blocos e alvenarias estruturais, arcos, contrafortes e outras. É um termo que simplifica o problema, pois não é possível generalizar nenhum dos itens apontados, nem tão pouco deixar de reconhecer as diferenças entre a arquitetura barroca da neoclássica, ou da arquitetura românica e da arquitetura gótica e assim por diante. O arquiteto Christian de Portzamparc em seu texto *A TERCEIRA ERA DA CIDADE* (1997), apontou este problema de generalização da cidade tradicional – que chama de cidade da primeira era – confrontada com aquilo que chama de cidade moderna – cidade da 2ª era:

“Da 1ª para a 2ª Era, ocorre um salto extraordinário. É precisamente isso que nos autoriza a falar de duas eras e não de cinco ou seis. Efetivamente, a 2ª Era está fundada sobre uma inversão ou, para ser mais preciso uma reversão da visão de espaço, da topologia segundo a qual foram considerados os cheios e os vazios que formam a cidade da 1ª. Era. Esta primeira cidade, sob suas formas infinitamente diversas, constituídas e espalhadas ao longo dos séculos, apresenta uma extraordinária constância. Um mesmo esquema, único e simples, organizou-a: a rua. E seria necessário incluir também um período anterior, das cidades da mesopotâmia, visto que depois da cidade grega com sua trama, depois de todos os tecidos da urbanização vernacular, até os grandes traçados de Haussmann em Paris, a cidade é vista, compreendida, percorrida, planificada segundo os vazios dos espaços públicos, vazios estes definidos por suas bordas cheias, construídas: as insulae as quadras (ilots).”²⁰

Ao propor isto, o sistema em questão é definido pelas ilhas ocupadas, ou ilhas de permanência sejam de naturezas públicas ou privadas com suas separações que definem os percursos. A ocupação perimetral parece um dado essencial e é esta a tradição que aqui cabe destacar: a tradição dada pelo paradigma das ilhas de permanências cercadas pelas circulações.

Voltando ao croqui de Le Corbusier, este modelo de ocupação tradicional (à esquerda) apresenta clara definição, no nível do chão, dos espaços que são públicos e dos espaços privados, ou sujeitos a controle privativo. Já o edifício moderno se expressa claramente pela verticalidade e menor ocupação do solo – poderíamos pensar em uma quadra vertical - desvinculação com o traçado através do não compromisso do edifício em desenhar as testadas junto às ruas (ainda que a ordem ortogonal neste caso seja presente) propondo como circulações alternativas aos pedestres a penetrabilidade pelo interior da quadra e colocando em discussão a questão sobre a quem pertence o chão. Aliás, esta é uma das principais questões colocadas por este tipo de implantação e passaria a permear muitas discussões

²⁰ PORTZAMPARC, Christian. A terceira era da cidade. *Revista Óculum*. Campinas, n. 9, 1997. P-38.

subseqüentes. Além disso, a paisagem passa a transformar-se radicalmente: nota-se, se pensarmos em generalizar o modelo, um “descortinamento” a partir do descolamento dos edifícios justapostos, além da quebra da altura constante que outrora – nas ditas cidades tradicionais – definia com rigor e uniformidade o gabarito construído.

Assim, entendemos que para falar em uma arquitetura da cidade e em edifícios urbanos, deve-se pensar primordialmente em concepções urbanísticas. Destacam-se aqui dois modelos dominantes na discussão acerca das cidades no século XX: a cidade, genericamente denominada “tradicional”, e a cidade moderna.

A cidade tradicional a qual nos referimos, tem suas características morfológicas basicamente consolidadas no período Barroco, tendo nos princípios de ordem e rigor geométrico seus principais fundamentos, especialmente naquilo que se quer destacar neste estudo, que são os bairros.

Segundo aponta Lamas (1992) *a partir do Barroco, o bairro vai atingir maior refinamento. Torna-se uma figura planimétrica delimitada por vias e que se subdivide em lotes e edificações - cumprindo a divisão fundiária do solo – e organização geométrica do espaço urbano*²¹. Seguem em épocas seguintes mantendo seus princípios, atingindo seu ápice no período neoclássico, meados do século XIX²².

A principal característica que a cidade tradicional transmitiu é o traçado – os sistemas de circulação como as ruas - e a geração com base na concepção fundiária dos bairros e seu parcelamento em pequenas propriedades – os lotes. Outros elementos que compõem a cidade, também ganham bastante significado e passam a desempenhar papel central neste período: as praças. Assim estes componentes podem ser caracterizados:

A rua, como elemento de circulação, assume um caráter visual e um valor "decorativo" no sentido das fachadas que a definem, despontando como componente importante nas cidades, suporte aos passeios e outras funções relacionadas à sociabilidade. A arquitetura, em princípio, assentada de forma a conformar esses percursos, adquire também à função de cenário junto aos mesmos, muitas vezes refletindo relações sociais de poder e ostentação. A praça, espaço de atividades públicas, surge como figura associada a edifícios e monumentos que agregam atividades de valor cultural nas cidades. São os edifícios públicos, as igrejas ou mesmo

²¹ Lamas, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1992. P.188

²² Aproximadamente entre os anos de 1600 e 1750. Desenvolvem-se e atingem o ápice de representatividade nas cidades neoclássicas do século XIX, como por exemplo, na Paris de Haussmann. Benévolo atribui o termo cidade tradicional, associado, conforme suas palavras, a um *tipo de cidade e uma prática urbanística e construtiva que se formam na segunda metade do século XIX, e que decidimos chamar “cidade neoconservadora”*. Conclui que assim nasce o padrão mais característico daquela cidade: a rua corredor. Benevolo, Leonardo. LONGO, Tommaso Giura. MELOGRANI, Carlo. Projectar a Cidade Moderna. Lisboa, Editorial Presença, 1987. P.11.

os palácios, comércio e outros serviços. As praças assumem, também muitas vezes, o rigor da composição formal, recebendo monumentos e cumprindo um papel cívico como lugar de suporte para a vida social.

O quarteirão resulta do traçado, às vezes, caracterizando-se por formas irregulares (encontro ocasional do traçado das circulações), mas na maioria das vezes assumindo a geometria para repetir-se na formação do tecido urbano. Seus parcelamentos definem os lotes.

Esses dois elementos urbanos – os quarteirões e as praças - são origens principais da formação da paisagem mais ou menos homogênea característica das cidades tradicionais: a arquitetura tem nas fachadas um dos principais atributos de sua dimensão urbana.

A cidade tradicional se faz sobre uma concepção fundiária baseada na propriedade da terra. O limite entre os domínios públicos e privados acontece na fronteira entre a propriedade e o espaço público. Define-se em planta.

Outro aspecto importante destas cidades comuns na Europa e em boa parte do ocidente é a distribuição programática, não raro multifuncional em grande parte de seus edifícios, estabelecendo hierarquias e distinções dos programas relacionados diretamente às circulações públicas, daqueles que possuem caráter mais privado, ou privativo. Assim, como consequência importante, pode-se pensar que o pedestre é central na configuração da malha urbana, pois as arquiteturas – programas – se valem destes e estes, por sua vez, se valem destas para consumir um relacionamento edifício – usuário de forma integral e viva em muitos casos. Os passeios na cidade são enriquecidos pelos programas que os ladeia, assim como as praças, que por sua vez, são cercadas de usos que a configuram com qualidade consensual na maioria das vezes. Claro que isto está relacionado às áreas de maior fluxo de pessoas.

Fig.-8-9 Três exemplos de tecido urbano comandado pela "rua- corredor": Paris, Nova Iorque e Buenos Aires (Le Corbusier) e foto via satélite de Barcelona mostrando duas tramas urbanas distintas: a cidade medieval e a.o plano de Ildefonso Cerdà.(Fonte: Google Earth)

Já a cidade moderna, cujas primeiras experiências surgiram no início do século XX e prosseguiram soberanas até os anos 60, também nos reporta a várias concepções. Há várias modalidades de "cidade moderna". Essas concepções contemplam uma evolução que inicialmente adotou aspectos da cidade tradicional evoluindo até assumir radicalmente novos contornos controversos àquela tradição, buscando o rompimento da estrutura fundiária na qual se baseava a construção das cidades precedentes. A figura do quarteirão sofre transformações até desaparecer em várias propostas, as ruas assumem outros significados - muito mais ligados a circulação de veículos - e os edifícios novas figurações. Num certo sentido, há uma desvinculação entre edifícios e o traçado e também dos edifícios entre si, o que faz com que os mesmos se valham de certo isolamento para serem apreendidos em suas expressões estéticas e funcionais, como por exemplo, a absorção de luz natural e ventilação.

Muito se discutiu sobre os efeitos de tal evolução que, na busca de alternativas aos problemas da cidade tradicional, provocou a criação de modelos avaliados negativamente na maioria das vezes, especialmente após os anos de 1960. Porém foram usados em larga escala pelo estado e pela especulação imobiliária em boa parte do planeta.

Kopp (1990)²³ rejeita as definições que tendem a enquadrá-la (a arquitetura moderna) numa análise somente no ambiente do segundo pós-guerra, época onde esteve pressionada por grandes grupos especuladores que surgiram no panorama da urgente necessidade de reconstrução. O momento no qual realmente a Arquitetura se expressa pelas grandes experiências, livres de condições externas que conduzissem a desastrosos resultados foi no entre guerras, ou seja, a partir dos anos 20 e 30, segundo o mesmo autor.

Quando Kopp posiciona-se em favor daquelas formas modernas de construção de um novo ambiente urbano, o faz não somente no sentido de defender as ideologias subjacentes, mas também, criticando os detratores que segundo ele, ao se colocarem contrários, acabavam por simular uma volta aos períodos que antecederam o Movimento Moderno, onde eram claros vários problemas das cidades tradicionais como epidemias, arquiteturas sem qualidade especialmente do ponto de vista da salubridade e, com certeza, da insuficiência no sentido de atender às demandas e transformações no século XX. E esboça uma visão crítica em defesa desta arquitetura, também, contrariamente ao que chama de *arquitetura como expressão exclusiva do poder dos monopólios*, referindo-se aos anos sessenta que, como dito anteriormente, carregaram consigo várias críticas ao movimento.

Benevolo (1987) reforça os aspectos subjacentes na arquitetura moderna, relativos à definições políticas e ideológicas. Assim destaca que o *debate político em que se encontra implicada a arquitetura moderna não é outro senão o confronto das discussões em favor ou contra os novos modelos espaciais de convívio, a substituir os vigentes, com as implicações econômicas e sociais relativas e também, que a crescente tensão deste debate deriva da natureza dos interesses econômicos e sociais encobertos pelos modelos tradicionais, que têm imposto uma defasagem cada vez mais visível entre o aspecto do território e as possibilidades oferecidas pelo progresso das técnicas de produção e organização (...)*

Lembra também que a *transformação tornada necessária por esta defasagem, sai campo da arquitetura; mas os arquitetos devem dar-se um objetivo específico, o de elaborar os novos modelos em torno aos quais seja possível reunir as forças necessárias interessadas na transformação* ²⁴.

²³ Kopp, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo, Nobel / Edusp, 1990. (texto original de 1985-1986). P. 15-16.

²⁴BENEVOLO, Leonardo. LONGO, Tommaso Giura. MELOGRANI, Carlo. Projectar a Cidade Moderna. Lisboa, Editorial Presença, 1987. Textos de 1966-1967. P.9-10.

Segundo ele a arquitetura moderna é solicitada pelas transformações econômicas, sociais e psicológicas desencadeadas pela revolução científica dos séculos XIX e XX, mas torna-se um movimento, isto é, uma linha precisa de pensamento e de ação, apenas quando – no primeiro pós-guerra – a própria arquitetura adquire as características da investigação científica... Ela retira da ciência moderna não só o seu conteúdo, mas também o seu método de trabalho, e, portanto a organização das experiências, a componibilidade das sucessivas contribuições e o controle dos resultados.

A discussão da qual participou esta nova proposta de ocupação dos espaços ao longo do século XX pode ser vista a partir das raízes ideológicas e seu entendimento passa pela compreensão dos interesses representados pela sociedade calcada nos tradicionais sistemas fundiários que sempre reagiram aos fundamentos propostos pela arquitetura moderna, ou seja, às novas formas de gestão do solo urbano. *A nova investigação, ao recusar esses modelos, entra imediatamente em conflito com as exigências da rentabilidade fundiária urbana: os arquitetos modernos percebem desde o início que as suas propostas são incompatíveis com o controle particular do solo urbano e pedem um controle público.*²⁵

Ora, o que se diz, portanto, é que a arquitetura moderna colocou a questão de propriedade do chão em cheque e para que pudesse viabilizar-se seria necessário recorrer ao estado como um grande mediador capaz de implantar as novas propostas. Para muito, além disso, é claro que a adoção de técnicas construtivas racionalizadas, a participação forte da indústria, a cooperação científica no sentido de sistematizar soluções, estabelecer críticas, avaliações e incorporar novos conhecimentos ao desenho fizeram com que esta batalha inicialmente fosse completamente dominada – pelo menos aparentemente - pelas novas formas de fazer cidade traduzidas pelo movimento moderno.

Mas a parcela da sociedade detentora de direito à propriedade da terra, não poucas vezes, protagonizou confrontos que fizeram valer os interesses individuais sobre os coletivos. Onde o estado não participa da construção da cidade a não ser pela imposição de normas e leis, falar em arquitetura moderna causa um pouco a sensação de contradição, na medida em que, a aplicação dos pressupostos modernos esbarra na propriedade da terra e algumas soluções que em suas origens tinham claras proposições socializantes acabam por se esvaziar, ainda que mantivessem outras conquistas relativas à arquitetura, seja no campo da técnica, seja no campo da estética. Isto pode ser bem exemplificado em São Paulo, na medida em que, muitos projetos aparentemente modernos de grande qualidade são encontrados em lotes privados excluindo-se assim o caráter ideológico original, fazendo a arquitetura reduzir-se à aparência, ou estilo.

²⁵ Ibidem. P.15.

A quadra urbana e a evolução de seus aspectos morfológicos - Amsterdam

Algo que nos interessa fortemente diz respeito ao quarteirão urbano, pois é daí que iremos destacar nossas principais linhas de percepção crítica nesta tese. Panerai e outros (1980) em um trabalho de grande qualidade e utilidade no período de revisão da arquitetura moderna anos de 1980, apresentam um estudo sobre cinco projetos urbanos desde o século XIX até o século XX que servem para enunciar um processo de dissolução do quarteirão urbano, principalmente. São eles a Paris de Haussmann entre 1853 e 1882, Londres e As cidades – jardim entre 1905 e 1925, as expansões de Amsterdam na Holanda, entre 1913 e 1934, com especial destaque à expansão sul da cidade, A nova Frankfurt e Ernst May, destacando os Siedlungen entre 1925-1933, e, finalmente, a Cidade Radiosa proposta por Le Corbusier²⁶.

Interessa-nos principalmente a partir de Amsterdam, pois se trata de, conforme Panerai (1980), *um dos últimos momentos do urbanismo tradicional*. Segundo o mesmo autor, *o desenvolvimento de Amsterdam é moderno e progressista em virtude de sua finalidade, a construção de habitações em quantidades expressivas (somente o Plano Sul representa cerca de 12.000 habitações) e pelos meios empregados: municipalização do solo, planejamento em longo prazo e etc.*²⁷

Neste caso dois projetos são estudados: primeiramente o projeto de Spaarndammerbuurt com a forte presença de Michel De Klerk, e a expansão sul. Neste caso, arquiteto Hendrik Petrus Berlage foi contratado para fazer o plano de expansão da cidade em 1907 e mesmo tendo desapropriado grandes áreas, o plano só foi concretizado após uma segunda contratação do mesmo arquiteto em 1917. A ampliação da cidade e produção de habitações em escala elevada resulta em avenidas largas, habitações dispostas em quarteirões de no perímetro, vazios no meio das quadras ocupadas com jardins privados ou coletivos ou, às vezes, até públicos quando uma das arestas do quarteirão desaparece resultando na integração do interior do mesmo à cidade - ocupação em "u". Também simetrias, equilíbrio de massas, perspectivas, cheios e vazios, hierarquia das vias, arborização e etc., são característicos da experiência.

A questão da arquitetura dos edifícios em geral, referencia-se na cidade tradicional, especialmente, por estar associada à figura do quarteirão que por repetição e agrupamento forma o todo da expansão.

²⁶ Panerai, Philippe R. - Castex Jean - Depaule, Jean - Charles. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1980. Há outras experiências importantes além destas como os Höf vienenses que representam também um referencial de cidade tradicional. Porém as experiências a partir da Holanda até a cidade Radiosa, parece-nos suficientes, ao que se presta este trabalho, pois esboçam o encaminhamento da cidade tradicional até a cidade funcional dentro do próprio movimento moderno.

²⁷ Idem p.75

Pressupõe-se o nivelamento social dos usuários resultando numa arquitetura caracterizada por grande homogeneidade, na maioria das vezes com quatro pavimentos e à época pensadas em grande parte, com habitações junto ao térreo.

Muito embora alguns considerem estes planos já dentro do movimento moderno, pelas características mencionadas, em termos de pesquisa de linguagem e no que diz respeito às inovações relacionadas à técnica, deve-se concordar que seja vista como uma experiência muito singular, distanciando-a de muitas outras que ganharam a memória coletiva na história. Isto por estar muito mais associada à cidade tradicional na conformação urbana e na linguagem geral da arquitetura.

Fig 10 – Spaarndammerbuurt, próximo a estação central de Amsterdam.

Por outro lado, a racionalização do quarteirão é um traço bastante evidente: *Durante os vinte anos que separam 1913 e 1934, a Holanda oferece o mais consumado exemplo da racionalização do quarteirão. Com sua rigorosa hierarquização viária, que não interfere nos aspectos monumentais e pitorescos, a composição geral das fachadas, o tratamento das esquinas e a ordenação do espaço interior, a quadra de Amsterdam é a constância de um entendimento peculiar da relação da arquitetura com a cidade*²⁸.

Os limites entre o público e privado nos edifícios, em geral, dão-se de maneira clara e precisa, definido em planta como dito anteriormente. Esboçam mais um traço de uma arquitetura muito ligada às tradições. Os blocos são enraizados, abrindo mão de operações no plano do corte para discutir espacializações urbanas, em especial às fronteiras entre os domínios públicos e privados, ou seja, há clara definição dada nas soleiras dos edifícios.

Fig. - 11 e 12 - Amsterdam Sul: O plano de Berlage em 1940. Bairro do Estádio Olímpico (oeste) – foto por satélite e modelo 3D – fonte: Google Earth

²⁸ Panerai, Philippe R.- Castex Jean - Depaule, Jean - Charles. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona, Editorial Gustave Gili, 1980. P. 171

Fig. - 13 e 14 - Amsterdam Sul: O plano de Berlage em 1940. Bairro de Bairro de Amstellaan (Leste) – foto por satélite e modelo 3D – fonte: Google Earth

Inicialmente áreas internas eram trabalhadas prevendo-se áreas ajardinadas privadas para as habitações instaladas nos térreos. Havia um objetivo de definir a ocupação perimetral com os edifícios a partir do traçado às vezes já existentes, às vezes projetados (como no caso das áreas SUL). As fachadas eram claramente tratadas para as áreas públicas e de certa forma livres para o lado interior das quadras, seguindo a lógica dos moradores. Num processo evolutivo, para o mesmo lado interior da quadra, para além dos jardins privados, foram criadas áreas coletivas semi públicas ou mesmo públicas cujo acesso era definido na planta. Havia algumas variações, porém o mais importante é que se percebe um processo de transformação de tratamento dos jardins interiores, de forma que depois de 1930 configura-se o que autor chama de *desintegração do quarteirão* na medida em que o espaço central cresce até configurar os jardins internos privados a simples balcões. Neste sentido há uma redução substantiva dos espaços privados na lógica de composição da quadra e um processo de remoção de partes que configuravam a mesma. Esboça-se uma tendência de reduzir os espaços de articulação entre os edifícios a áreas cada vez mais públicas, portanto tornando as áreas privadas restritas aos blocos.

Um exemplo disso pode ser notado em no bairro de Watergraafsmeer conforme mostra figura, na qual se percebe algum sentido de decomposição da quadra fechada e a presença de espaços públicos entre os blocos, presumindo-os como únicos detentores das áreas privadas.

Fig. 15 – Amsterdam Watergraafsmeer – foto por satélite – fonte: Google Earth

As quadras urbanas e as HOFF's vienenses

Antes de prosseguirmos aos conjuntos na Alemanha convém mencionar estas experiências na Áustria que conservam peculiaridades quanto à quadra. Conforme descreve Lamas (1992) ²⁹, as Hoff foram conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado Social Democrata nos anos de 1920. Em Viena, localizavam-se em zonas de expansão e em áreas intersticiais. São unidades residenciais que prevêem equipamentos e permitem vida comunitária. Ocupam grandes áreas e as formas como o fazem permite-nos reportar a arquitetura tradicional, na medida em que as habitações desenvolvem-se no perímetro das glebas, com clara menção ao traçado. Apesar disto, foram promovidos por políticas habitacionais socialistas (diferentemente de Amsterdam) e os espaços internos – áreas verdes com equipamentos ou espaços livres – são semi-públicos constituindo um bem comum àquelas habitações operárias. Talvez o mais conhecido seja o Karl Marx Hoff, projetado por Karl Elm em 1927. Para que se tenha uma idéia das suas dimensões, desenvolve-se em uma área de quinze hectares (150000m²) e ocupa

²⁹ Lamas, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1992.P.334.

aproximadamente 18% da área, ou seja, 27000 m². Sendo assim, acaba por romper a malha geral da cidade cujas dimensões são menores. Perfaz um total de 1382 habitações pensadas para 5000 habitantes. Possuem dois blocos de ocupação como quadras, com as dimensões maiores de aproximadamente quinhentos e vinte metros em um deles e trezentos e cinquenta metros noutro. Estes dois quarteirões de enormes dimensões são ligados por outro bloco em frente à estação ferroviária de aproximadamente cento e cinquenta metros, fazendo com que a testada paralela a ferrovia seja de mais de um quilometro de extensão. Assim, esta testada é perfurada em vários pontos, sendo que no edifício de ligação possui arcos de penetração para as áreas ajardinadas opostas a estação. As dimensões transversais variam nas quadras, que possuem formas trapezoidais, entre aproximadamente cinquenta a cem metros naquela menor e setenta a cem metros na maior. As fachadas daquele edifício são trabalhadas com elementos volumétricos em alto relevo e verticais, quebrando a horizontalidade extensa, porém conferindo, pelo rigor, simetria e repetição, um caráter extremamente austero e agigantado, traduzindo noções fortes de ordem e controle exacerbado, além de um resultado plástico aquém daquilo que a arquitetura moderna ainda produziria. Sem dúvida uma experiência aqui mencionada pela importância, dimensões e funcionalidades que conferem o caráter urbano da mesma e, principalmente pela vinculação ao tema que morfológicos acerca da quadra urbana – ainda que em dimensões extremas - aqui abordado.

Fig.16 – Karl-Marx Hoff em Viena. Foto por satélite (fonte Google Earth) e Fig. 17 – Idem - desenhos e foto – (fonte: Lamas, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1992. P.335)

O processo de decomposição da quadra tradicional: os conjuntos habitacionais

No caso dos Siedlungen, cujo significado da palavra é traduzido por bairro, colônia, ou conjunto habitacional³⁰, estes se representaram por grandes projetos de habitação social, em especial, no período de 1925 e 1933. Os arquitetos modernistas do Neues Bauen (nova arquitetura alemã) trataram dos mesmos como unidades residenciais sem mescla de usos, mas contando com infra-estrutura concentrada em centros de serviços de apoio à habitação como padarias, pequeno comércio local, lavanderia coletiva e centro comunitário.

A reversão da crise econômica na qual se encontrava a Alemanha após a Primeira Guerra deu-se nos anos vinte, quando os governos social-democratas criaram um ambiente favorável à experimentação urbanística e arquitetônica pela própria necessidade de construção em massa de habitações para as novas demandas que se faziam presentes, com aumentos expressivos nas taxas demográficas. Com isso, ideais modernos de controle urbanístico, produção de habitações em massa e industrialização da construção, associados às gestões municipais deram o tom às novas construções e às novas imagens de cidade que se produziram na Alemanha. Berlim e especialmente Frankfurt, talvez, foram as cidades onde essas novas experiências ocorreram de forma mais expressiva. Nesta última, o controle dos projetos ficou a cargo do Arquiteto Ernest May.

*A formação dos arquitetos chamados (para projetarem os conjuntos), ligada ao Movimento Moderno, bem como as orientações definidas por May tornam Frankfurt campo de experimentação de novas formas de agregação dos alojamentos e de novas formas de organização dos tecidos residenciais.*³¹

Nesta época, Ernest May publica no jornal Das Neue Frankfurt, uma demonstração por meio de uma exposição gráfica de quatro momentos diferentes da evolução do quarteirão até 1930.

³⁰ Dicionário Langescheidt, Berlim, 1999.

³¹ Lamas, José M. Resson Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1992. P.331

Fig. 18 - A evolução do quarteirão urbano - publicado por Ernest May

O primeiro desenho refere-se às implantações tradicionais como nos quarteirões parisienses de Haussmann, onde se percebe alta densidade aliada a pouca qualidade: as habitações desenvolvem-se das margens ao interior da quadra e criam-se fossos de iluminação que são insuficientes em suas dimensões para uma adequada iluminação e ventilação (fig.23).

Poderíamos criar uma analogia com as Mietskasernen que Kopp (1990) ³² define como *casas para alugar das grandes cidades alemãs*. Essas casas (conforme considerações do próprio Kopp), dispostas em blocos que definiam com certo rigor as molduras das fachadas, os alinhamentos e alturas das *ruas-corredor*, portanto bastante valorizadas por muitos defensores da cidade tradicional, eram sub dimensionadas: quatro a cinco habitantes por cômodos, quartos enterrados nos subsolos extremamente adensados, obrigando o uso de fossos de iluminação internos às quadras de cinco por cinco metros com altura de seis pavimentos (aproximadamente 20m), caracterizando a insalubridade gerada pela precária relação dos ambientes com a luz e a ventilação.

³² Kopp, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo, Nobel / Edusp, 1990. 253p. (texto original de 1985-1986). P.18-19.

Fig. 19 – Paris: sistema de ocupação com “blocos haussmanianos” (fonte Google Earth).

Fig. 20 – Frankfurt: Siedlung Niederrad (fonte: Google Earth).

O segundo desenho indica o racionalismo empregado nas quadras, e, no caso a disposição perimetral com algumas variações, havendo clara organização dos espaços internos às mesmas. Este esquema pode reportar-se ao tipo de ocupação edificada em Amsterdam Sul, ainda que o diagrama sugira demarcações privadas como parcelas da quadra e, portanto uma fase inicial dos mesmos bairros. Vemos alguma semelhança com o Siedlungen Niederrad em Frankfurt, a cargo de Ernest May (fig24).

No terceiro desenho, pode-se perceber a remoção dos lados menores dos retângulos edificados, abrindo-se, portanto, o interior da quadra para o público. A densidade baixa também caracteriza este momento. Há uma compartimentação dos jardins associados às respectivas unidades em função do parcelamento do solo. Um exemplo deste esquema é uma das etapas do Siedlungen Praunheim em Frankfurt. (Fig.25)

Fig. 21 – Frankfurt: Siedlung Prauheim (fonte Google Earth).

Fig. 22 – Frankfurt: Parte do Siedlung Westhausen (fonte Google Earth).

Já no quarto desenho, prossegue-se a mesma tendência de abertura do quarteirão, porém está associando a um conjunto de ações na qual os edifícios adquirem maior autonomia e caminham em direção às primeiras experiências com o uso dos pilotis (suspensão dos edifícios liberando o chão). Neste esquema / modelo os edifícios lineares são dispostos como barras paralelas com duas fachadas, dando um passo importante em direção da ruptura com o traçado que se deu no urbanismo da carta de Atenas posteriormente. Também reflete as ações que os arquitetos alemães adotam frente à orientação solar como referência importante na concepção das quadras. Opta-se comumente pela orientação Leste/Oeste (na medida do possível), a fim de que se tenha uma equiparação igualitária entre todas as unidades. Assim evita-se a implantação pelas faces orientadas a norte e sul, que determinaria diferenças entre as habitações. (fig.26)

Este momento precede a libertação total do edifício de relações de paralelismo entre si dentro das quadras, e, decididamente, de sua associação ao sistema viário. Portanto, pelo que se pode observar, a arquitetura moderna dada pelas experiências habitacionais evolui fortemente neste processo de decomposição da quadra

conforme demonstrado o que fez com que a partir destas experiências da década de 1930 tenha sido desenhada uma forte tendência para a liberação dos edifícios de seus pares, mostrando uma nova relação da arquitetura com a natureza e forte discussão acerca da propriedade do solo. A quadra tradicional vista ainda hoje em muitas cidades européias, com suas expressões exemplificadas nas cidades de Paris, Barcelona e muitas outras, influenciou as primeiras experiências modernas conforme pudemos observar nas cidades de Amsterdam, Viena e Frankfurt, conforme pudemos observar.

Fig. 23-24 - E. May: Siedlung Praunheim. Observar as 3 etapas de execução partindo de referências tradicionais em direção ao racionalismo.³³ (Fonte Panerai, Philippe R.- Castex Jean - Depaule, Jean - Charles. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1980. P. 127 e Google Earth).

³³ Conforme observação de Panerai, Philippe R.- Castex Jean - Depaule, Jean - Charles. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1980. P. 127

O urbanismo dos CIAM'S de 1930 e 1933

O terceiro conjunto de experiências refere-se à libertação total dos edifícios de questões de traçado e das práticas fundiárias empregadas até então pelos modelos precedentes. A origem da pesquisa destes novos modelos pode ser encontrada nos CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna³⁴. Estes congressos podem resumidamente ser classificados em três fases: a primeira, que engloba os três primeiros congressos e trabalha principalmente a questão da habitação e seus desdobramentos na formação das cidades. A primeira fase diz respeito ao primeiro pós guerra destacando-se as experiências já relatadas nas linhas precedentes, a Segunda fase, de 1933 a 1947, trabalha questões operativas da cidade funcional, tendo como maior protagonista e personalidade influente Le Corbusier e, finalmente a terceira fase que se caracteriza por forte de revisão das propostas funcionalistas, em especial descritas na Carta de Atenas (1933).

Os Congressos mais representativos para esta descrição são os de 1930 e 1933. No de 1930 o tema era "A estrutura e dimensão do bairro", onde as bases da nova arquitetura foram lançadas pela exposição de Gropius, que se intitulou "Casas uni familiares, edifícios médios ou blocos altos?" no qual procurava o autor relacionar densidade, altura dos edifícios e distância entre eles. Tentou demonstrar vantagens dos edifícios altos em relação aos edifícios baixos. Os esquemas que mostram terrenos retangulares com dimensões que variam de 100 a 120 metros por 211 a 250 metros aproximadamente mantendo área média de 25000m². Comparou edifícios com alturas de 7, 10, 13, 16, 19 e 31 metros e concluiu que os mais elevados (31 metros) são melhores por resultar em mais áreas livres no terreno e maior insolação pela maior distância ao bloco vizinho (portanto raios com linhas de incidência mais extensas), resolvendo todos eles as mesmas áreas programáticas. Com isto há uma clara adoção de estratégias que elevassem os edifícios e os distanciassem mais uns dos outros: os edifícios mais baixos estariam distanciados aproximadamente 12 metros uns dos outros enquanto que na solução extrema, estariam afastados 96,58 metros, a fim de aproveitar um maior ângulo de insolação. Na altura intermediária (seis pavimentos) estariam afastados 53,72 metros uns dos outros. Interessa-nos este esquema, pois este binômio altura/afastamento é a base daquilo que iria originar as paisagem e funcionalidades dispersas e que apontariam para unidades de concentração com múltiplas funções isoladas umas das outras.

³⁴ Abaixo indicamos os anos, locais e temas abordados pelos congressos, conforme Lamas (p. 537):

1º congresso - 1928 no castelo de La Sarraz,

2º congresso - 1929 em Frankfurt - A habitação mínima

3º congresso - 1930 em Bruxelas - A estrutura e dimensão do bairro

4º congresso - 1933 no navio *Patris* numa viagem Marselha - Atenas - Marselha - A cidade funcional (resultou a Carta de Atenas deste congresso);

5º congresso - 1937 em Paris - A habitação e o lazer

6º congresso - 1947 em Bridgewater - O ambiente físico que satisfaça as necessidades emocionais e materiais do homem.

7º congresso - 1949 em Bérgamo

8º congresso - 1951 em Hoddesdon - O coração da cidade.

9º congresso - 1953 em Aix – en - Provence - Crítica às quatro categorias fundamentais da Carta de Atenas.

10º congresso - 1956 em Dubrovnik - Relação entre forma física e necessidade Sociológica.

Fig. 25- Walter Gropius, 1930: Casas uni familiares, edificios médios ou blocos elevados? (FONTE: Lamas (1992))

Outro fato importante neste Congresso foi apresentação da Ville Radieuse por Le Corbusier, sistema urbano com aproximadamente 12% de habitações, 8% para o sistema viário e o restante para parques e edifícios isolados apresentada no CIAM de 1930.

Nesta proposta apresentada, os conjuntos edificados mais expressivos são os blocos contínuos "à rédents" ou com reentrâncias. Estes ocupam áreas de 600 x 400 m contornados por vias de circulação de automóveis, têm 50 metros de altura e densidade baixa. Ao expor tal plano, Le Corbusier escreve num dos painéis (de exposição) as características fundamentais desta nova forma de fazer cidade³⁵:

1. Abandono do binômio: casa-rua
2. Criação da função pura: alojamento
3. Estabelecimento de uma série pelos "rédents"
4. Forma do rédent susceptível de variedade arquitetural.

Fig. 26 - Le Corbusier, 1930: A Vila Radiosa. 1. Combinações do elemento típico

Fig. 27 - Comparação com o tecido tradicional

³⁵ Idem p. 17

Fig. 28 – Loteamento “au Redents” – implantação típica (fonte: Le Corbusier. Urbanismo. São Paulo. Martins Fontes, 1992. Texto original da década de 1920-30. P.220-221)

Fig. 29 – Loteamento fechado com alvéolo – axionométrica. (fonte: Le Corbusier. Urbanismo. São Paulo. Martins Fontes, 1992. Texto original da década de 1920-30. P.224-225)

Conforme explica Le Corbusier³⁶, são loteamentos com reentrâncias para bairros residenciais. Esta planta mostra as ruas de grande trânsito (50 metros de largura) formando quadriláteros de 400 x 600 metros. A cada 200 metros, ruas de tráfego médio. Os grandes quarteirões assim formados podem ser fechados por grades. Penetrando até os vestibulos dos prédios, ruas privadas de acesso com áreas de estacionamento. Para cada apartamento, uma garagem. Parques em toda parte, tão vastos como os do Palais – Royal, do Luxemburgo, das Tulherias, e etc. Superfície construída: 15%. Superfície arborizada: 85%. Densidade: 300 habitantes por hectare (Paris, média: 364).

³⁶ Le Corbusier. Urbanismo. São Paulo. Martins Fontes, 1992. Texto original da década de 1920-30. P.220-221

Fig. 30 - Serviços próximos

Fig. 31 - Rede viária tradicional e a rede da Vila Radiosa.

O que se percebe neste caso, é que as idéias expostas anteriormente enquanto processo de ocupação de áreas nas cidades, sofre um salto de grandes proporções, na medida em que já não existe mais a idéia de traçado histórico e a cidade passa a ser pensada como um grande ideal definido pelo desenho em seus detalhes. A escala das novas quadras com o tecido histórico é notável devido às grandes proporções frente àquelas. Se, neste caso, a quadra passa a ser super-quadra dotada de habitações e equipamentos junto a elas como escolas, creches e outros, o encontro com a malha histórica deixa claro a crítica ao quarteirão tradicional, as ruas corredores e outros elementos das cidades precedentes. Em lugar de uma cidade com densidade humana, a natureza passa a ser protagonista com presença forte através de áreas verdes entre os edifícios sintetizando peculiaridades impensáveis até então, a não ser pelo próprio arquiteto quando, em 1922, apresentou no salão de outono uma Cidade para Três Milhões de Habitantes com alguns destes princípios delineados.

Fig. 32 – Uma cidade para três milhões de habitantes, apresentada no Salão de Outono em 1922 (Fonte: Le Corbusier. URBANISMO. São Paulo. Martins Fontes, 2000 – encarte)

Fig. 33 – Le Corbusier: VILLE RADIEUSE (CIDADE RADIOSA) A=Zona Residencial B=Hotéis e embaixadas C=Armazéns, D=Indústrias, E=Indústria Pesada, F/G = Cidades Satélites: Sede do Governo ou Centro de Estudos Sociais, H= Estação e aeroporto. (Fonte:Zeidler, H. Eberhard. Arquitectura Plurifuncional en El contexto urbano (título original: Multi-use architecture), Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1985. P-15)

Conforme aponta Morales (2003)³⁷ na cidade moderna de Le Corbusier não somente há uma crítica explícita a rua tradicional ou a forma regular dos espaços públicos como também a geometria que estes tem não se referem ao traçado geral nem estabelecem tampouco um sistema de analogias que inter relacionem a grande escala urbana com a escala menor dos edifícios, ou da ordenação dos espaços abertos. Cada sistema formal tem sua própria lógica e uma clara independência a respeito dos demais, ao analisar o jardim inglês a oeste proposto na cidade de 1922 e conseqüente falta de relações entre os espaços públicos e a cidade proposta (fig.34)

Esta cidade para três milhões de habitantes, que seria base para a “Ville Radieuse” apresentada em 1930, mostra também uma mudança importante, no sentido em que na primeira há uma idéia de centralidade, como se pode ver pela concentração das torres cruciformes de serviços e a geometria viária, enquanto a segunda cidade é concebida por faixas paralelas, como um possível sistema de crescimento contínuo; apresenta zonas funcionais – que vão dos serviços até as indústrias, passando pelas habitações (fig.35). Conforme Frampton (1997) ³⁸ estas faixas destinavam-se educação, zona comercial, zona de transportes incluindo trens e transporte aéreo, zona de hotéis e embaixadas, zona residencial, zona verde, zona da indústria leve, armazéns e trens de carga e, finalmente indústria pesada. As faixas deixam clara a segregação de usos, apontando para um zoneamento de mono funcionalidades sucessivas, ou quando muito associados às misturas necessárias às unidades de habitação, tornando o sistema extremamente esquemático, mediante a complexa rede de atividades humanas como fluxos, necessidade de proximidade e etc., ainda que possa ser lido somente quase como um diagrama. Os blocos em lâminas e as habitações “à rédents” - e outras como os arranha-céus, os “loteamentos fechados com alvéolos” ³⁹ são expressões edificadas que se distanciam das principais referências ao traçado tradicional, revelando outra ordem geométrica que apontaria em casos derivados e posteriores para a autonomia do edifício.

Outra diferença importante entre estes dois projetos é que no projeto de 1922 há esta figura dos loteamentos fechados com alvéolos (descrito em nota) que não aparece do desenho de 1930. Estes, também chamados pelo arquiteto de “prédios-sobrados” são na verdade quadras fechadas à maneira da quadra tradicional, porém com dimensões bem maiores, 400 x 200 metros resultando num espaço central de 300 x 120 metros e com alturas próximas dos 30 metros. Conforme o próprio Le Corbusier expõe⁴⁰ cada apartamento é na verdade uma casa de dois andares, um sobrado tendo seu jardim ornamental, a qualquer altura que seja. Esse jardim forma um alvéolo de 6 metros de altura por 9 metros de largura e 7 metros de profundidade ventilado pro uma abertura de 15 metros quadrados de seção; o alvéolo é um coletor de ar; o prédio é como que uma imensa esponja que tomasse ar: o prédio respira.

³⁷ Solà-Morales, Ignasi de. Le Corbusier. La dispersión del espacio público. in Inscripciones. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002. P. 191-197.

³⁸ Frampton, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo, Martins Fontes, 1997. P. 217.

³⁹ Expressão de Le Corbusier usada em “Uma Cidade Contemporânea”. É um caso no qual os edifícios se dispõem em torno de um grande parque com geometria retangular, o que também poderia sugerir um relacionamento com as vias, contrariando as características de rompimento presentes naquele momento. Prevê também jardins suspensos nos Este tipo não aparece nos desenhos da Vila Radiosa, que se pôde ter acesso.

⁴⁰Le Corbusier. Urbanismo. São Paulo. Martins Fontes, 1992. Texto original da década de 1920-30. P.203.

Fig.34 - Loteamento fechado com alvéolo - implantação típica (fonte: Le Corbusier. Urbanismo. São Paulo. Martins Fontes, 1992. Texto original da década de 1920-30. P.208-209)
 Fig.35 - Loteamento fechado com alvéolo - axionométrica. (fonte: Le Corbusier. Urbanismo. São Paulo. Martins Fontes, 1992. Texto original da década de 1920-30. P.211)

Sem dúvida uma das investigações mais notáveis do arquiteto suíço, tiveram sua origem nos loteamentos alveolares como alternativas para cidades jardins aos cidadãos “suburbanos” que moravam nos sobradinhos em pequenos terrenos nas periferias das cidades. Deste tipo de habitação foi criado um protótipo exposto em 1925 no chamado pavilhão do espírito novo na França. Quando Le Corbusier expõe a cidade para três milhões e habitantes, fica claro que, apesar do uso de algumas geometrias próximas às experiências anteriores, a idéia de elevar e liberar solo, ao mesmo tempo diminuir a densidade de ocupação, apontam para talvez para a maior questão já mencionada e aqui enfatizada: uma busca incessante pela presença da natureza na cidade, quase como um cidade parque. Le Corbusier de fato rejeita as ilhas tradicionais vistas em Paris e parte para uma visão global de cidade com novos paradigmas. Aliás, se as experiências anteriores ficaram restritas aos conjuntos habitacionais, o arquiteto suíço amplia claramente a idéia da proposta que acabariam gerando inúmeros edifícios seus posteriormente, implantados em lotes na cidade real. Voltando ao congresso de 1930 e a cidade radiosa, as novas noções de Arquitetura vinculadas às novas concepções urbanísticas que foram geradas e discutidas serviram de base para o Congresso seguinte (1933), cujo tema central "A cidade funcional" se fez representada pela elaboração de um documento (A Carta

de Atenas) que sintetizava bem as funções básicas a serem tratadas pelo planejamento das cidades: habitação, trabalho, recreação e circulação, também responsável por um ideário presente nas implantações das cidades e bairros no segundo pós guerra.

Aponta para o chamado planejamento burocrático⁴¹ que por sua vez aponta para a idéia do bloco solto na paisagem, tão característico das cidades modernas, e outros modelos autônomos como as mega-estruturas e as unidades de habitação do próprio Le Corbusier, que veremos adiante como edifícios-cidades.

Em Brasília, exemplo paradigmático mais importante de cidade criada a partir do nada no século XX, com claras noções da funcionalidade proposta na Carta de Atenas, a paisagem revela o controle contido na concepção do projeto que impõe clara ordenação geométrica, mas sofre pela grandeza de escala nos espaços entre as edificações, especialmente nos edifícios administrativos e monumentais. As distâncias naqueles casos são para além da conveniente escala de apreensão e da confortável operacionalidade de locomoção, pensando em pedestres.

Fig.36 – Brasília: Museu Nacional Honestino Guimarães, Brasília (fonte: Google Earth) Neste caso a distancia do museu a Biblioteca aproxima-se a 200 metros, o que dificulta a permanência na praça seca.

Fig. 37 – Brasília – praça seca entre o Museu e a Biblioteca. (foto: José Augusto Aly). Neste caso trata-se do eixo monumental e não das áreas mais densas da cidade, mas a questão da escala se mostra claramente.

⁴¹ Conforme Lamas (1992)

No entanto acaba por trazer uma ordem para as super quadras bastante atraente, visto que se equilibram habitações umas as outras com distancias confortáveis e com a presença forte da natureza, além dos equipamentos que compõem as unidades de vizinhança⁴² empregadas por Lúcio Costa para criar autonomia nas áreas habitacionais através da complementação de programas de apoio junto às mesmas. Neste caso, é claro, percebe-se diferença que diz respeito à liberdade que os edifícios são pensados na quadra, ainda que dentro de uma ordem extremamente rigorosa, se compararmos ao desenho apresentado por Le Corbusier em 1930. Naquele caso parecia ficar claro o desenho nas mãos de um único autor.

Fig.38 – Brasília: SQS 107-108 (unidade de vizinhança). Percebe-se abaixo na SQS207 notável independência geométrica das implantações dos edifícios, dispostos em diagonal frente ao traçado. (fonte:Google Earth)

Fig.39 – Brasília SQS 108 – Interior da super quadra. Foto: José Augusto Aly.

Dando seqüência ao raciocínio, a aplicação indiscriminada dos princípios da cidade funcional em contextos já desenvolvidos deu margens a críticas (como já citado) de diversas naturezas, em especial, pela repetição dos conjuntos habitacionais sem identidade urbana, pelas conseqüências negativas refletidas na paisagem, pelos

⁴² Segundo Lamas (1992)P.17 é um conceito desenvolvido no início do século XX por sociólogos que constatando que as relações sociais entre vizinhos, que existiam nos antigos bairros, tendem a desaparecer nas novas urbanizações e grandes metrópoles e pretendiam recriá-las através da planificação urbana.

métodos de trabalho dos *planos de massa* muito distanciados de uma concepção cuidadosa da paisagem e demandas funcionais, às vezes sem desenhos claramente definidos nas implantações. Estes procedimentos tratados pelo planejamento e conseqüentes planos, muitas vezes, ao perderem as claras noções de espaço, fizeram com que fossem produzidos conjuntos sem relação alguma com o traçado, como ilhas que se isolam estanques e dentro de uma lógica das locomoções por automóveis e do isolamento e segregação sócio econômico que se pode perceber ainda hoje nas cidades. Estas experiências foram usadas no mundo todo, e anunciavam as mudanças vistas nos processos descritos, das formas de fazer e das formas de ver e perceber a cidade. Um salto extraordinário que refletiu mudanças substantivas, porém finitas e que tem conquistas positivas e erros conforme se pode ver. No entanto, apesar de haver uma inexorável nostalgia que nos faz desejar as cidades históricas como paraísos turísticos e reflexos de um desejo de vida talvez também idealizada, o que é certo e nos parece, é que os caminhos desenhados ao longo destes processos são inexoráveis, tanto em sistemas socialistas que protagonizaram boa parte das experiências mostradas, quanto no sistema capitalista de fazer cidade pela especulação. Ora, neste caso, com muito mais ênfase, as habitações coletivas tenderam a verticalizar-se e encaixar-se dentro das parcelas fundiárias – lotes – conforme as leis definidas no planejamento, o que tornou a cidade com sua paisagem e usos mais difusos, certamente prejudicando a vida urbana pensado-a coletivamente. Mas haveria alguma alternativa a estes processos? Se houver, quais seriam e como poderiam ser pensadas e aplicadas? Não nos parece que há alternativa de reversão, porém é certo que há como tratar alguns resíduos desta lógica de dispersão da paisagem e das funcionalidades, dada pela arquitetura e suas transformações conforme demonstrado nas linhas precedentes.

Fig. 40 - Bairro de Roehampton, Londres, 1950 (FONTE: Lamas, 1992)

Fig. 41 Idem. Fonte: Google Earth.

Dos aspectos que originam o espírito moderno e suas formulações iniciais, especialmente as criadas em experiências como Brasília, pode-se dizer que as tipologias propostas no âmbito dos edifícios fizeram revisão dos estatutos fundiários vigentes. Na arquitetura moderna a operação proposta por Le Corbusier, o edifício em pilotis⁴³, surge como recurso fundamental na discussão do uso do chão. Ao mesmo tempo em que os blocos se desenvolvem livremente sobre o mesmo, desvinculando-se dos traçados tradicionais, também o liberam, de forma que também o chão fique livre para o olhar e para a fruição das pessoas.

Fig.42 - Le Corbusier: Comparação de um edifício com ocupação no nível do chão com o pilotis com o chão livre. (Fonte: Benevolo, Leonardo. LONGO, Tommaso Giura. MELOGRANI, Carlo. Projectar a Cidade Moderna. Lisboa, Editorial Presença, 1987. P.34)

Os três momentos apresentados pertencentes ao quadro das experiências modernas, entre 1914 e 1933 aproximadamente, sintetizam aspectos notáveis de como fazer cidade, que vão da manutenção dos aspectos tradicionais de implantação de edifícios (Amsterdam Sul), à cidade funcional (Vila Radiosa / Carta de Atenas que propõe uma nova ordem espacial e de gestão) passando pelo racionalismo dos edifícios com certa preservação de traçados (Siedlungen), ponte entre o primeiro e o último momento neste período: dos edifícios que desenham cidade se relacionado ao traçado aos edifícios que abrigam cidades, propondo novas espacializações frente às comuns nas cidades precedentes. Este é o cenário de uma das discussões importantes acerca da Arquitetura Urbana ainda hoje: seu posicionamento face aos modelos urbanísticos precedentes, a relação destes com a história e com valores que se construíram ao longo do tempo.

⁴³ Os cinco pontos propostos por Le Corbusier, 1926: 1) os pilotis; 2) o teto-jardim; 3) a planta livre; 4) a janelas corridas; 5) a fachada livre.

Edifícios como cidades

Os edifícios, por sua vez, tiveram em seus desenhos rebatimentos durante o processo de transformação da cidade tradicional para a cidade moderna. Num certo momento, mais associado às cidades tradicionais, o edifício comumente se posicionava de maneira que sua dimensão pública mais relevante encontrava-se nas fachadas, cumprindo alinhamentos, gabaritos e não raro dotados com ornamentos. Na maioria das vezes co-operam na definição espacial do exterior lindeiro, sejam as ruas ou as praças, retilíneas ou curvas. Desenham a cidade.

Na arquitetura moderna, em especial, a partir das propostas de Le Corbusier e da cidade funcional (CIAM's 1930 -1933) os edifícios apesar de também desenharem cidade, diferentemente dos padrões precedentes, assumem uma característica mais notável, mudando (muitas vezes) seus posicionamentos, enquanto função urbana, além de muitas vezes romperem o vínculo dos traçados precedentes, adotando usos freqüentemente associados às cidades, como regra exteriores ao edifício. Muitas implantações desses edifícios geram desenhos de cidades com resultados positivos pela sua posição e escala frente a outros edifícios ou outros elementos de referência como a própria geografia. Alguns, no entanto, na medida em que se desvinculam das referências do urbanismo tradicional, tornam-se simplesmente objetos implantados no solo urbano, às vezes, desconexos frente a outros edifícios pelo isolamento.

No entanto, as ligações entre esses edifícios, tão necessárias, foram trabalhadas por alguns arquitetos, em especial através dos pisos ou coberturas ou outros elementos arquitetônicos. Temos vários exemplos disso, como os edifícios do parque do Ibirapuera projetados por Oscar Niemeyer e que são interligados por uma grande marquise. Esta cumpre a função de criar espaços sombreados e qualificados para usos diversos, de relacionar os edifícios criando maior unidade e uma escala apreensível ao usuário, de certa forma cumprindo “em termos” o papel da rua, agora com outro desenho e espacialidade.

Mas a partir da cidade moderna de Le Corbusier passa a ser comum outros tipos de edifícios, cujas ênfases estão no fato de abrigarem programas urbanos simulando a condição de edifícios cidades. Abrigam cidade.

Dando seqüência ao processo histórico, as habitações projetadas por Le Corbusier, parecem ser muito paradigmáticas. Conforme observação feita por Kopp (1990)⁴⁴, *O conceito de habitação de Le Corbusier tem três fontes principais: o monastério da cartuxa de Ema em Firenze⁴⁵; a Residência Comunitária (Dom-Kommuna)*

⁴⁴ Kopp, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo, Nobel / Edusp, 1990. 253p. (texto original de 1985-1986). P.128.

soviética e os navios transatlânticos, e ressalta que seria uma constante no pensamento de Le Corbusier. E lembra-se do próprio Le Corbusier relatando acerca do seu contato com o monastério: *Eu vi, na paisagem musical da Toscana, uma vila moderna coroando a colina. A mais notável silhueta da paisagem, a coroa ininterrupta das células dos monges; cada célula tinha vista para a planície e dava para um jardimzinho em nível inferior e totalmente fechado... A parte de trás de cada célula abre-se por uma porta e um postigo para uma rua circular... Por ali ocorrem os serviços comuns - as preces, as visitas, as refeições, os enterros. Essa vila moderna é do século XV. Sua visão radiosa ficou-me para sempre*⁴⁵.

Neste momento, pode-se evidenciar uma das características urbanas mais notáveis presentes em muitos dos edifícios modernos e que se estendem até hoje, com notável destaque para este projeto de Unidade de Habitação de Le Corbusier. A absorção de atividades programáticas aparece espacialmente relacionada às funções urbanas num único edifício. A cidade no edifício ou o edifício como cidade.

Kopp (1990) destaca outro relato (aliás, eufórico) de Le Corbusier a seu primo Pierre Janneret a respeito deste feito que inovaria a possibilidade de organização programática: *A idéia, mas qual idéia? A de combinar no interior de um único imóvel as residências e seus prolongamentos, ou seja, todos os equipamentos necessários à vida cotidiana: comércio, creche, escola maternal, instalações esportivas, bem como os destinados a substituírem, sob a forma de serviços as diversas tarefas - os trabalhos pesados... ...até então realizados dentro da célula familiar, por seus membros ou empregados domésticos.*

Essas idéias de espaços comunitários foram mais concretamente vistas por Le Corbusier no modelo soviético denominado Residência Comunitária, as *Dom - Kommuna*. Segundo Kopp (1990), *um conjunto de células individualizadas diretamente ligadas aos equipamentos coletivos, como cozinha, sala de jantar, e lavanderia coletiva.*

Atendem assim, não somente aos objetivos econômicos através da redução de área, materiais e uso de técnicas convenientes, mas também aos objetivos que proporcionam condições para uma vida *mais adequada aos objetivos políticos e sociais do regime*⁴⁷.

⁴⁵ Cartuxa é uma ordem religiosa muito austera, em regime misto de solidão e vida em comum, fundada por S. Bruno no século XVI. (Novo dicionário Aurélio, 2ª edição. São Paulo, Nova Fronteira, 1986). KOPP, resume as impressões do arquiteto: fica impressionado com a organização do espaço, que combina a independência da vida individual nas células *monásticas* e a *vida coletiva organizada nos espaços comunitários*.

⁴⁶ Le Corbusier citado em Kopp p. 128.

⁴⁷ Kopp. P. 131 Está se referindo ao regime Bolchevista na União Soviética, pós revolução de 1917.

Finalmente, o transatlântico desempenhou um importante referencial, cuja significação é perceptível nas palavras do próprio arquiteto: *um homem pode ser feliz e realizar todas as funções da vida doméstica: dormir, banhar-se, escrever, ler, receber seus amigos, em 15 metros quadrados*⁴⁸.

A idéia da divisão do trabalho presente nos transatlânticos aliada à economia necessária, solucionada com máxima otimização dos espaços individuais dotados com a devida tecnologia (refrigeradores, centrais telefônicas, aquecimento, refrigeração) faz deste modelo um referencial importante que somados a Cartuxa em Firenze e ao contato com a Residência Comunitária Soviética levam Corbusier em direção àquela que seria talvez uma de suas mais importantes experiências construídas, a Unidade Habitacional de Marselha. Nela destaca o autor *a rua interior, a mesma da Cartuxa de Ema, desempenha um papel importante na composição arquitetônica, pois é o elemento de ligação entre o privado e o público*⁴⁹. Liga dois tipos de equipamentos às habitações: *comerciais, que se agrupam através desta rua interior a meia altura do imóvel, e sociais: creche, escola maternal, ginásio esportivo, etc., sem esquecer os quartos de hóspedes destinados aos visitantes de passagem*⁵⁰.

Aqui acrescentamos mais uma comparação dos conceitos presentes nos edifícios cidade de Le Corbusier com os propostos no Falanstério⁵¹ de Charles Fourier.

Sobre o Falanstério, podem-se ver partes explicativas segundo as próprias palavras de Fourier (1841)⁵²: “... em lugar deste caos de casitas dos nossos povoados, que rivalizam entre si em sujidade e diversidade, numa Falange⁵³ instala-se um edifício regular, tanto quanto o terreno o permita (...). O centro do palácio ou Falanstério deve destinar-se às funções públicas, às salas de jantar, da bolsa, do conselho, da biblioteca, de estudo. Neste centro estão situados o templo, a tour d’ordre, o telégrafo, os pombos-correio, o carrillon das cerimônias, o observatório, o jardim de Inverno ornamentado com plantas sempre verdes e situado por trás do pátio principal. Uma das alas deve reunir todas as oficinas ruidosas, como o carpinteiro e o serralheiro, e todas as assembléias de jovens, que são geralmente bastante barulhentas (.....). A outra ala deve conter as buliçosas salas de baile e de relações com os forasteiros, para que não estorvem o centro do palácio e não perturbem as relações domésticas da Falange. O Falanstério deve conter, para além dos apartamentos individuais muitas salas de relações públicas que se chamarão “Seristérios”,

⁴⁸ Ibidem p. 132.

⁴⁹ Ibidem p. 131.

⁵⁰ Ibidem p. 132/133

⁵¹ Comunidade de produção composta por aproximadamente 1800 trabalhadores. Lugar onde se deveria estabelecer esta comunidade.

⁵² C. FOURIER, *Traité de l'Association Domestique-Agricole*, in *Oeuvres Complètes*, Paris 1841, II ed., t. IV, pp. 500-502. Transcrito em Benevolo, Leonardo. *As Origens da Urbanística Moderna*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, 1981. P. 66.

⁵³ Falange - Conjunto de membros de um Falanstério.

ou locais de reunião e realização de séries passionais (...). O Palácio deve ser atravessado a distâncias regulares, como a galeria do Louvre, por passagens para viaturas, conservando ou interrompendo o nivelamento. (...) convirá que o Palácio ganhe em altura, ficando pelo menos com três pisos e o sótão, para além do andar térreo e da sobreloja, onde estarão situados os alojamentos e as salas de reuniões das crianças e dos velhos, isolados da rua-galeria, que é o espaço principal do Palácio (...). Uma Falange é verdadeiramente uma pequena cidade, mas não possui ruas exteriores e descobertas, expostas às intempéries; todas as partes do edifício têm acesso por uma ampla galeria situada no primeiro piso (não poderia ficar no andar térreo, que é atravessado em diversos pontos pela passagem das viaturas); nas extremidades desta via, corredores, colunas e subterrâneos com bons acabamentos estabelecem por toda a parte do edifício e das suas dependências uma comunicação protegida, elegante e temperada em qualquer estação do ano, pelas caldeiras ou pelos ventiladores. A rua-galeria não recebe luz dos dois lados, pois segue encostada a cada um dos corpos do edifício; todos os corpos têm duas filas de visões, uma das quais recebe luz do exterior e a outra da rua – galeria; esta deve ter a altura dos três pisos que para ela estão voltados. As portas de entrada de todos os aposentos do primeiro, do segundo e do terceiro piso abrem para a rua – galeria, com escadas colocadas a intervalos para dar acesso ao segundo e ao terceiro pisos. (...)”.

Fig. 43 - Fourier: Planta esquemática do Falanstério, deduzida da descrição do seu tratado e de uma gravura incluída na edição de 1841. Os traços escuros representam as ruas interiores. (fonte: Benévolo, Leonardo. As Origens da Urbanística Moderna. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, 1981. P. 69).

Fig.44 - Corte esquemático: 1. Sótão com quartos para hóspedes; 2. Reservatórios de água; 3. Instalações privadas; 4. Rua interior; 5. Salas de reunião; 6. Sobreloja com alojamentos para jovens; 7. Andar térreo com passagens para viaturas; 8. Passagem coberta⁵⁴. Benévolo, Leonardo. As Origens da Urbanística Moderna. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, 1981. P. 69.

Pode-se ver também a descrição das unidades de habitação por Le Corbusier:

*O edifício agrupa 337 apartamentos de 23 tipos diferentes, desde o apartamentinho para o celibatário, ou para o casal sem filhos, até o grande apartamento para famílias de três a oito filhos. (...) A unidade é servida por cinco ruas interiores superpostas. À metade da altura do edifício (7º. e 8º. andares) fica a rua de comércio alimentício (serviços comuns), com: peixaria, mercearia, açougue, salsicharia, casa de vinhos, leitaria, padaria, casas de frutas, de legumes e de pratos prontos. Há um serviço de entrega em domicílio. Pode-se comer num restaurante, salão de chá ou snack-bar. Há estabelecimentos vários: lavanderias, tinturaria, drogaria, salão de beleza, mais um posto de correio auxiliar, tabacaria, banca de jornal, livraria e farmácia. Na mesma rua interior ficam os hotéis. No último andar (17º.) ficam uma creche e uma escola maternal em comunicação direta, por meio de um plano inclinado, com o jardim do teto-terraço reservado às crianças. Este jardim tem uma pequena piscina para crianças. O teto-terraço forma jardim suspenso e mirante, e abrange: uma sala ara cultura física, uma praça de treinos e de exercícios ao ar livre, um solário, uma pista de corrida de 300 metros, um bar restaurante, etc.*⁵⁵

⁵⁴ Descrição das figuras conforme Benevolo, Leonardo. As Origens da Urbanística Moderna. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, 1981. P. 69.

⁵⁵ Texto original de L. Corbusier (OC, t. III, 1946-1952, p.194) extraído de Choay, Françoise. O URBANISMO. São Paulo, Editora Perspectiva S. A., 1979. P. 194 -195.

Fig. 45 - Le Corbusier: Corte esquemático da Habitações com reentrâncias ("Au redent")

O Falanstério guarda várias semelhanças com a Unidade de Habitação de Le Corbusier. Tanto Fourier quanto Le Corbusier, falam em edifícios representativos da forma unitária que abriga várias funções: o primeiro fala em "verdadeira cidade" com ruas galerias, enquanto o segundo propõe "ruas de comércio", e por aí seguem. Fourier trabalha *contrapondo à comunidade indeterminada um grupo funcional racionalmente composto, a Falange*⁵⁶, enquanto Le Corbusier trabalha também para uma sociedade nascente no mundo moderno, por *uma nova forma de alojamento que seria ao mesmo tempo uma imagem das novas relações humanas e o molde que contribuiria para criar essas novas relações*⁵⁷.

Estes casos possuam inserções distintas - no caso do Falanstério, este se emprega numa sociedade isolada - independente de ser urbana ou rural - simplesmente reproduzindo as funções urbanas para dentro de si, enquanto Le Corbusier pensa várias unidades que se reproduzem para dar suporte a toda a nova cidade, cuja tônica é sua relação com a natureza. No entanto, as espacializações internas ao objeto edificado são o que realmente importam nesta discussão, assemelhando-se e

⁵⁶ Benévolo, Leonardo. As Origens Da Urbanística Moderna. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa. Editorial Presença, 1981. P.67.

⁵⁷ Kopp (1990). P.20

dando origem a um modelo inúmeras vezes reproduzido ou adotado como base para propostas nas cidades neste século como as Megaestruturas⁵⁸, dentre outros, por exemplo.

A partir deste recorte até os anos de 1960, houve grande disseminação de experiências significativas ligadas à produção de habitação que fariam sentido neste estudo, porém o conteúdo apresentado parece-nos suficiente para sintetizar o que queremos demonstrar através da exposição histórica: a transformação da cidade com suas ilhas compactas – os bairros – aos blocos isolados que assumiriam características conforme visto até agora: Edifícios que desenham e abrigam cidades.

FIG. 46. Le Corbusier: Unidade de Habitação. Cortes mostrando as múltiplas funções dentro do edifício distribuídas pelas ruas interiores

⁵⁸ Apesar desta expressão, ser usada por alguns historiadores, sugerindo uma classificação específica para este tipo de projeto, entende-se que não justificaria o aprofundamento no assunto: as Megaestruturas podem ser vistas dentro do tema que se desenvolve neste capítulo. No entanto, apenas para situar-las menciona-se uma definição de 1964, por Fumihiko Maki de Megaestrutura: *uma grande estrutura na qual estão encerradas todas as funções de uma cidade, ou parte dela. A tecnologia atual tornou isto possível. Em certo modo, é um rasgo artificial da paisagem. É como a grande colina sobre a que se construíram as cidades italianas. ... uma forma à escala da massa humana, que inclui uma Mega-forma e unidades discretas rapidamente substituíveis, que se encaixam dentro de uma estrutura maior.* Sobre este tema ver: Banham, Reyner. Megaestructuras- Futuro urbano del pasado reciente. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1978, obra da qual foi transcrita a definição acima.

Experiências pós carta de Atenas dentro da tradição moderna

Os arquitetos, após algumas experiências importantes no segundo pós guerra como Brasília e tantas implantações de conjuntos no mundo, contribuíram para a formação de uma crítica dentro do próprio movimento moderno, na medida em que se notava que as complexas dinâmicas sociais presentes na formação das cidades ultrapassavam os limites do simples desenho a partir das idéias de um arquiteto. *As cidades novas que seguiam em funcionamento são, em parte, um exemplo de como as necessidades e as solicitações dos distintos grupos sociais acabam levando a forma da cidade até situações imprevisíveis.*⁵⁹

Mas diante daquelas experiências, o que se pode saber, é que a construção das cidades não tinha por unanimidade dever estar condicionada apenas aos referenciais históricos, e que relação entre edifícios e espaços livres e espaços públicos, poderiam ser pensados para além daqueles antigos paradigmas. O último CIAM de 1958 – O CORAÇÃO DA CIDADE – inaugurou o “TEAM X” grupo de jovens arquitetos formado por Ernest Nathan Rogers, Aldo Van EYCK, Alison y Peter Smithson, Louis, I. Kahn, José Antonio Coderch, J.B. Bakema, Gorges Candilis dentre outros conforme Morales (2002)⁶⁰. Este grupo compartilha sua crença na arquitetura moderna, porém propunham a fragmentação da grande escala, decompondo a grande cidade em estruturas menores onde *as capacidades criativas e participativas dos indivíduos poderiam incorporar-se a arquitetura*⁶¹. Além disso, investigavam geometrias complexas e tipologias mais sofisticadas, atentos às mínimas variações e movimentos dos usuários. Eram claros os interesses no comportamento dos diversos grupos sociais presentes na cidade, também pela cultura popular e pelas riquezas das cidades históricas. Este grupo, a partir das críticas dentro do próprio movimento moderno, alargou fortemente os horizontes de pesquisa, resultando experiências notáveis e avanços para a construção de uma arquitetura sintonizada com as demandas sociais específicas onde houve oportunidade de intervenção, além de uma vinculação com a atividade crítica, como é o caso da dupla Alisen & Peter Smithson, cuja produção sempre aliou projetos com escritos críticos associados às pesquisas no campo da arquitetura.

Outras experiências também ligadas à pesquisa tipológica merecem destaque em torno dos anos de 1960. Nesta época, mediante uma nova cultura de massas, com a presença forte do progresso das indústrias e advento maciço de eletrodomésticos, equipamentos de comunicação, televisivos e outros, uma mudança anunciada dos

⁵⁹ Solà-Morales, Ignasi de. Territorios. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002. P.40

⁶⁰ Ibidem. P.41.

⁶¹ Ibidem P.41.

costumes sugere ampla transformação social. Movimento pop, revisões na moda e críticas aos novos hábitos, rock na Inglaterra e Estados Unidos e uma série de mudanças de paradigmas e transformações nas relações sociais, apontavam para experiências radicais na arquitetura.

Os metabolistas japoneses liderados por Kenzo Tange buscavam respostas ao crescimento desenfreado das grandes cidades lançando mão de grandes implantações com plantas inspiradas no mundo orgânico, comumente como formas abertas e passíveis de crescimento e transformação, pelo menos enquanto expressão e linguagem. As megas estruturas são suporte para o desenvolvimento das pequenas células ou cápsulas lançando mão também da indústria dos pré-fabricados objetivando a necessidade de atendimento as demandas de milhares de habitações. Também se mostram sensíveis ao grande tráfego e mobilidade, recorrendo a grandes vias para automóveis, linhas elevadas de trens, e toda a sorte de soluções tecnológicas para investigar estes aspectos que na cidade já se tornava um dos principais problemas anunciados nesta época: os congestionamentos, as distancias a serem percorridas e as disputas entre veículos e pessoas, configurando uma simultaneidade espacial inspiradora para a busca de respostas. As cidades, segundo os metabolistas, *não são filhas de puros processos industriais, mas as formas e desenho procedem de uma analogia como mundo orgânico* e formaliza suas propostas a partir de *modelos naturais de crescimento tais como as colônias de corais, os cachos de flor de lótus ou os habitáculos dos insetos*⁶².

Caberia ainda lembrar o grupo Archigram que surgiu como crítica radical e ironia aos sistemas sociais – e arquitetônicos – que vinha se estabelecendo em seu tempo. Surgiu a partir de uma revista homônima em 1962⁶³, e teve Peter Cook como um dos principais difusores das idéias deste grupo.

Basicamente, viam a arquitetura tradicional como um grande artefato obsoleto e compartilhavam a crença de que era possível e necessária uma transformação total da disciplina arquitetônica, não temendo romper todos os vínculos com a tradição e com os padrões estabelecidos. Daí surgiram propostas inovadoras nas quais se esboçava claramente um caráter ficcional de forma que propunham artefatos exemplificados pelas megas estruturas móveis como as cidades que caminham (walk-in-city) ou as cidades das ligações físicas assim como previa o projeto do Plug-in-city uma cidade “tentacular”, interconexa e que plugava equipamentos como edifícios de hospitais, escolas e outros: um espaço urbano planejado como um só edifício, constituído por elementos arquitetônicos móveis e inter-cambiáveis que se conectavam em elementos estruturais fixos do tipo espacial.

Morales (2002) nos explica novamente acerca da relação deste grupo com os novos hábitos sociais de consumo e mobilidade:

⁶² Ibidem p.45

⁶³ Ver Silva, Marcos Solon Kretli Da. Redescobrimo a arquitetura do Archigram.

Mobilidade, consumo intercambiáveis, autonomia técnica e poder de decisão do usuário são características de um modo de fazer que aceita as condições da moderna produção de objetos de consumo e intenciona extrapolar sua lógica pra obter um modo de fazer cidade que se considera mais livre, mais personalizado e, também, mais econômico⁶⁴.

As propostas, que se caracterizam por certo humor ficcional e utópico constitui, a nosso ver, mais um manifesto dotado de expressão crítica do que propriamente algo para ser levado às últimas consequências. Mas no fundo fomentam idéias que buscavam à sua época, revelar os problemas da cidade e metrópoles em franca expansão, bem como as novas práticas impostas por uma anunciada sociedade industrial e altamente consumista. As linguagens psicodélicas vão de encontro às expressões artísticas do final dos anos de 1960 e 1970 e caem bem às intenções ficcionais.

No entanto, estes modelos acabariam por influenciar mais tarde algumas experiências quando haveria certo retorno a questão das megas estruturas já no novo milênio.

Estes temas aqui mencionados de forma ligeira – TEAM X, Metabolistas, Mega Estruturas e Archigraam de certa forma, ainda que não façam parte do eixo principal da discussão sobre as distinções morfológicas entre a arquitetura Moderna e a arquitetura tradicional não poderiam deixar de ser lembrados. Prossigamos então.

Experiências a partir de 1960 com um sentido de resgate da cidade tradicional

Mas a linha de experiências que mais interessa nesta tese é esta que iremos expor adiante. Após um período de transformação radical dos paradigmas tradicionais da arquitetura ao longo do modernismo, iniciou-se um importante debate a partir dos anos de 1960, mais precisamente a partir do mesmo 8º. CIAM de 1958⁶⁵, mencionado anteriormente.

Valores que foram deixados de lado pelo urbanismo daquele período precedente– aproximadamente 35 anos do século XX - foram resgatados e postos em discussão, resvalando fortemente no papel da arquitetura no desenho da cidade. A cidade pensada a partir de suas áreas centrais, a questão do significado nos edifícios, a presença dos valores da memória na vida urbana, a questão do lugar e dos ambientes urbanos bem como o resgate da praça e da rua como elemento de suporte para relações sociais constituíram temas fortemente abordados no período. Também a questão morfológica no sentido de recuperar padrões das quadras tradicionais, como compacidade e escala renasceu a partir deste período. No plano teórico, trabalhos publicados como o de Aldo Rossi, “A arquitetura da cidade” e o de Jane Jacobs –

⁶⁴ Solà-Morales, Ignasi de. Territorios. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002. P.44

⁶⁵ O CORAÇÃO DA CIDADE. 8º. CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, com a curadoria de Ernest Nathan Rogers, J.L. SERT, J. TYRWHITT.

“Morte e Vida de Grandes Cidades”, cuja essência é uma crítica sistemática ao urbanismo moderno através do apontamento de vários aspectos da cidade sobre os quais refletiu e produziu diretriz, dentre outros, deram o conteúdo crítico das discussões. A cidade tradicional ou pelo menos alternativas que resgatassem valores perdidos pelo urbanismo baseado na Carta de Atenas, também foram defendidos por teóricos como Bernard Huet⁶⁶, arquitetos como os irmãos Krier, Aldo Rossi (e outros tantos) e foram confrontados com os postulados modernos – em especial os originados na visão de cidade expressa por Le Corbusier⁶⁷- resultando em experiências como o IBA⁶⁸ em Berlim, a reforma em Barcelona nos anos de 1980 e 1990 e ainda o projeto de Potsdamer Platz nos anos de 1990, também em Berlim. São projetos paradigmáticos do final do século XX e que merecem especial destaque pelos debates gerados em torno dos mesmos e por representarem o pensamento pós moderno revisionista no urbanismo. Mas outra questão que estes projetos trouxeram fortemente foi o posicionamento claro frente a novos métodos do urbanismo que vinham sendo adotados em diversas cidades em muitos países: o planejamento normativo. Desenho urbano como oposição ao planejamento de normas é a tônica destes projetos, que antes de tudo representavam a atuação de arquitetos definindo parâmetros estabelecidos pelo desenho e não por normas, de forma a resgatar o controle e a qualidade do resultado final. Se a primeira experiência é um grande projeto reunindo diversos pequenos projetos em pequenas áreas em Berlim, projetados por arquitetos do star system europeu dos anos de 1970 e 1980, os outros dois são projetos de bairros inteiros que também possuem um caráter de projeto unitário, porém trabalhados com diversas equipes de arquitetos. O caráter operativo não deixa de ser interessante também como resposta a uma questão já colocada nos projetos de Le Corbusier à época dos anos de 1920 e 1930: como conseguir unidade sem que a cidade seja projetada por mãos de um único arquiteto?

Projetos Urbanos: alternativa ao planejamento normativo

A partir dos anos 60, em especial na Europa, as formas de fazer cidade, portanto, passam a oferecer uma nova alternativa à urbanística de infra-estrutura e zoneamento, dominante no período do segundo pós – guerra: os projetos urbanos.

Segundo Portas (1998)⁶⁹, estes podem ser entendidos em três gerações distintas.

A primeira geração reconheceu a impossibilidade de *estender uma lógica de arquitetura de autor a todas as frentes de potencial transformação das cidades européias*⁷⁰ e pretendia colocar-se como alternativa da cultura arquitetônica, procurando intervenções mais limitadas na dimensão (porém fortes em visibilidade) e na pesquisa

⁶⁶ A cidade como espaço habitável, texto do autor, publicado na revista AU n. 9, sintetiza a crítica e a busca de alternativas a Carta de Atenas.

⁶⁷ “Uma cidade contemporânea para três milhões de habitantes” apresentada no 3º. CIAM (Congresso internacional de Arquitetura Moderna) pelo arquiteto suíço. Esta cidade sintetiza os principais postulados modernos que se generalizariam no documento Carta de Atenas, resultado de outro CIAM.

⁶⁸ Internationale Bauausstellung – Exposição Internacional de Construção em Berlim cujo tema era o centro da cidade como área residencial.

⁶⁹ Conforme: Portas, Nuno. “L’emergenza del progetto urbano”, in Revista Urbanística 110, Roma, junho de 1998.

de novos tipos, desistindo, assim, da reforma integral e instantânea de toda a cidade e integrando nas concepções tridimensionais a todos os elementos estruturais previstos abstratamente nos planejamentos normativos de zoneamento.

Este grupo foi representado por Alisen & Peter Smithsons, Kenzo Tange, Vitorio Gregotti, dentre outros.

A segunda geração de projetos urbanos surge em especial nos anos 70: as intervenções pontuais diminuem de escala (muitas vezes designando-se por fragmentos) conservando a marca do autor, ainda que incorporadas em tecidos urbanos preexistentes. Destacam-se, neste período, os projetos do IBA (Internationale Bauausstellung - Exposição Internacional de Construção) em Berlim.

A terceira geração, que emerge em fins dos anos oitenta, início dos anos noventa, não se distingue mais pela dimensão nem pela composição funcional, ainda conforme Portas. Mantém como expressivos protagonistas os arquitetos, agora acompanhados do cliente político, ganhando ênfase devido ao processo de globalização. O autor destaca ainda as características desta etapa: a importância da programação (inclusive com destaque no programa do projeto urbano), o pronto aproveitamento das oportunidades que se oferecem ou que as próprias cidades demandam e os processos ou mecanismos organizativos montados para envolver os diferentes parceiros. Gera-se um novo "estilo" de planejamento – o planejamento estratégico que substitui o planejamento regulador. Ainda no processo de revisão que tem início nos anos sessenta, vale mencionar a nova geração de Arquitetos Italianos, formada por Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Manfredo Tafuri, Giancarlo De Carlo dentre outros, que tinham como questões fundamentais as pré - condições ambientais, a importância da história da arquitetura, e a relevância das tradições características das cidades européias, além da questão acerca dos monumentos. No entanto, também fazia parte das preocupações deste grupo, que as conquistas e ensinamentos alcançados com o Movimento Moderno fossem continuadas, bem como a necessidade da responsabilidade do artista e do intelectual frente à sociedade. *Uma geração que considerou a crítica e a história como instrumentos de projeto, e que entende a arquitetura como um processo de conhecimento, recusando separar teoria da prática e da realidade.*⁷¹ Este ambiente gerou uma série de textos e discussões importantes, no qual a tônica de análise da cidade recai no fato de ser um bem histórico e cultural (como as cidades européias do século XIX). A análise tipológica passa a prevalecer frente às análises funcionais. Surgem discussões sobre o fenômeno da universalização presente no desenvolvimento das concepções da Arquitetura Moderna e das questões regionais que ocasionariam o

⁷⁰ Idem

⁷¹ Montaner, Josep Maria. Después del movimiento moderno – arquitectura de la Segunda mitad del siglo XX. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1993. P.139.

uso de termos como "Regionalismo" ⁷² (que pretendia identificar as "escolas" regionais), Contextualismo Cultural⁷³ e "urbanismo contextualista" que buscam adotar como postura, relacionar claramente elementos entre edifício ou complexo urbano arquitetônico e o contexto (cultural) preexistente.

Berlim, IBA

FIG. 47- Mapa geral de Berlim. Em vermelho as áreas de implantação dos projetos do IBA (Fonte: Internationale Bauausstellung Berlin 1937. Project Report. English Edition. Encarte).

⁷² Sobre este assunto ver Frampton, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo, Martins Fontes, 1997. P. 381-397.

⁷³ Sobre este assunto ver Montaner, Josep Maria. Después del movimiento moderno – arquitectura de la Segunda mitad del siglo XX. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1993. P.191 e 203.

Berlim se destaca na discussão sobre o retorno do olhar a modelos tradicionais na intervenção proposta pelo IBA, que acabaria servindo de modelo de reflexão para intervenções em outras cidades na Europa. O IBA (v. definição p.56) foi decorrência de uma estratégia com forte rebatimento cultural a partir do tema "*O centro da cidade como área residencial*" ⁷⁴ (The Inner City as Place to Live) e produziu uma verdadeira exposição de arquitetura (inicialmente prevista para 1984, concluída em 1987), contratando arquitetos reconhecidos internacionalmente e produzindo reformas em pequena escala onde a Arquitetura assumiu um papel de alto destaque e responsabilidade conceitual. A tônica de intervir em pequena escala com controle da paisagem através dos projetos tornou-se a alternativa adotada naquele momento. Resultou em intervenções tanto em quarteirões, quanto em esquinas e mesmo em edifícios expressivos unitários.

Fig.48 - IBA - Complexo Residencial e comercial. Maquete. Projeto Martorell, Bohigas, Mackay. Fonte: Internationale Bauausstellung Berlin 1987. Project Report. English Edition p.141

Fig.49 – Idem. Fonte: Google Earth.

⁷⁴ Lamas, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1992. P. 443

De um total de 172 projetos para áreas diversas na parte ocidental de Berlim, alguns causaram a alteração da tessitura urbana e, na maioria dos casos, houve uma valorização de elementos associados às cidades tradicionais como renovação de ruas, praças, criação de pátios internos às quadras e etc. Também se destaca a quantidade expressiva de espaços abertos com áreas verdes. Neste projeto urbano, recai também sobre o edifício a responsabilidade de gerar identificação junto aos usuários locais e contribuir para "costurar" a paisagem como aspecto representativo da cultura: a preocupação com o controle da paisagem através do desenho. Põe-se em prática a alternativa do "desenho urbano", onde o planejamento normativo perde importância como também o edifício como "objeto" expressivo levado às últimas consequências.

Fig. 50-51 IBA – IDEM. Foto: José Augusto Aly

Barcelona: pequenos projetos e Vila Olímpica

Barcelona já era, talvez, uma das maiores expressões do conceito de quadra tradicional a partir da implantação gradativa do plano Cerdà em meados do século XIX. Este plano, que definiu quadricula de 113 x 113 metros com ruas de 20 metros de largura⁷⁵ e intencionava ocupar apenas duas faces das quadras, ou três quando dispostas frente à outra também com três arestas ocupadas, de forma que da junção dos dois espaços interiores resultava um grande retângulo com jardins e equipamentos públicos. As quadras eram abertas, porém ao longo do tempo as quadras foram sendo ocupadas em sua totalidade perimetral de inclusive em seu interior, comprometendo a idéia inicial. Permaneceu o traçado que previa também um chanfro nas esquinas, de forma que cada uma delas tornava-se um espaço de desafogo na escala de praça, além de facilitar a visualização do tráfego transversal melhorando a segurança dos cruzamentos.

Fig. 52 – Trama típica do plano agora ocupado na totalidade perimetral. (fonte: Google Earth).

⁷⁵ Cerdà URBS I TERRITORI. Generalitat de Catalunya. Departament de Política Territorial i Obres Públiques – Institut Idelfons Cerdà, 1994. Distribuído na 3ª. Bienal Internacional de Arquitetura – Fundação Bienal de São Paulo, 1997, na exposição respectiva. P. 20.

A partir das revisões pós modernas ao final do século XX, destacou-se por uma política de criação de novos espaços urbanos com soluções de diversos tipos como jardins, praças, avenidas, parques, etc. Algumas destas obras, conforme Montaner (1993)⁷⁶, são obras de excelência. Destacam-se pela maneira como discutem a questão do sítio urbano, dando muita importância ao projeto arquitetônico e mobiliário. Na verdade tem sua origem em projetos implantados já no início da década de oitenta, onde a ênfase era remodelar praças existentes em tecidos históricos consolidados. Havia uma vontade de intervir em todos os espaços urbanos como parques, pontes ou mesmo túneis. Na década de noventa, quando grande parte dos objetivos foi alcançada houve uma volta a um urbanismo baseado num rigor de detalhes construtivos e detalhes no tratamento de partes componentes do projeto como a iluminação, os pisos, os pequenos equipamentos.

Fig. 53 - Barcelona - Vila Olímpica: Porto Olímpico. Fonte: Bohigas, Oriol, Buchanan, Peter, Lampugnani, Vittorio Magnago. Barcelona Arquitectura Y Ciudad. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1990 p. 51

⁷⁶ Montaner, Josep Maria. Después del movimiento moderno – arquitectura de la Segunda mitad del siglo XX. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1993 p.203.

Mas com as Olimpíadas de 1992, que a cidade soube atrair para seus domínios, um grande plano que envolvia habitações – inicialmente para os atletas e depois para usuários da cidade – a chamada Vila Olímpica⁷⁷, projetos singulares de equipamentos esportivos, grande reforma na frente marítima através da implantação de passeios multi programáticos e outros projetos relacionados a cultura, fizeram de Barcelona o foco de olhares do mundo, especialmente sobre os aspectos de gestão que apontavam para uma cidade com forte apelo turístico e com aporte financeiro da iniciativa privada e da prefeitura. Este grande projeto urbano permitiu que se recuperasse boa parte da orla costeira, e aqui cabe destaque àquelas novas residenciais. É notável também que estas áreas habitacionais, são em termos de concepções de modelos, bastante diversas. Destes projetos, destacamos um que incorpora o contexto pré – existente definido pela estrutura anterior (Plano Cerdà) presente na cidade e que abre novas possibilidades de fluxos e espaços internos à quadra. Neste caso, com o projeto realizado por equipe chefiada por Carlos Ferrater, com finalidade inicial para abrigar os árbitros dos jogos olímpicos, recupera-se, preserva-se e valoriza-se o traçado com a rua, muito presente na tradição local, definida pelas “manzanas” (quadras ou quarteirões), mas o grande avanço é a ruptura desses blocos em pontos estratégicos, criando continuidade ao encaminhamento do olhar e do percurso ao interior das três quadras (uma delas trabalhada parcialmente, visto a preservação de uma parte edificada já existente). Os espaços internos às quadras foram definidos como espaços semi-públicos.

Fig. 54 – 55 – Projeto de Carlos Ferrater: Quarteirões habitacionais com usos diversos no térreo. Implantação e Maquete. (Fonte: Bohigas, Oriol, Buchanan, Peter, Lampugnani, Vittorio Magnago. Barcelona Arquitectura Y Ciudad. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1990).

⁷⁷ Conforme descreve Josep Martorell em BOHIGAS, Oriol, BUCHANAN, Peter, LAMPUGNANI, Vittorio Magnago. BARCELONA ARQUITECTURA Y CIUDAD. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1990 p-29: “Durante os Jogos Olímpicos de 1992 seria a Vila Olímpica. Logo após, a partir de 1993, um bairro marítimo integrado a realidade complexa de uma concentração urbana como Barcelona”.

O edifício neste caso posiciona-se cumprindo duas funções básicas: abriga um programa pré-definido – as habitações, as lojas no térreo e os outros equipamentos da habitação – e qualifica a intencionalidade urbana, pela da manutenção e valorização da rua, ao mesmo tempo coloca-se de tal forma que desenha os espaços exteriores internos à quadra, resultando espaços de convívio, abertos e penetráveis, porém controlados com a presença de gradis, como alternativa àquelas ruas. A criação de proteção ao percurso junto às vias públicas no nível térreo para pedestres é fato enriquecedor.

Fig.56-57-58 Barcelona. Projeto de bairro residencial na Vila Olímpica. Arquiteto Carlos Ferrater. Vista externa de uma quadra e interior de duas quadras distintas. Fotos: José Augusto Aly.

Nesta experiência de projetos realizada em Barcelona, além das propostas que adotam plano de Cerdà como referencial de partida, ou seja, a pré – definição de alinhamentos e altura, outras pesquisas foram feitas como a junção de duas quadras para uma ocupação edificada perimetral, com unidades habitacionais internas a elas, gerando alternativa a este modelo e também outras tipologias edificadas como os *edificios - portas* de entrada nos bairros, e até algumas torres. Não deixa de ter como pano de fundo, no entanto, a idéia de desenho da paisagem com os edifícios, e a valorização de perspectivas e outros sistemas de composição. A ocupação destas áreas que se desenvolveram junto ao mar do centro para o leste foi lenta e gradativa, especialmente quando pensadas nas áreas públicas que de certa forma acabam sendo pouco ocupadas ainda pela demanda aquém daquela que seria ideal. No entanto, isto não invalida o projeto que aos poucos vem sendo mais bem utilizado. Estas observações também se referem à visita durante alguns dias da semana no mês de janeiro de 2007, onde pudemos vivenciar além de grande parte dos bairros residenciais, seis ao total, mas também no interior das quadras de acesso controlado propostas por Ferrater conforme mostram as imagens (fig. 55-56-57).

Potsdammer Platz⁷⁸, Berlim

O projeto para Potsdammer Platz afirma algo que já se esboçava a partir dos projetos do IBA e visto também - adaptado às questões específicas locais - no projeto da Vila Olímpica em Barcelona, ou seja, a idéia subjacente de um urbanismo culturalista onde valores que identificavam o povo berlinense pudessem prevalecer sobre propostas progressistas por excelência, seguindo as prescrições das autoridades locais.

Fig.59 – Área de Potsdammer Platz. (fonte: Google Earth)

Fig.60 - Implantação da plano de reurbanização de POTSDAMER PLATZ. (Fonte: Revista Projeto DESIGN n.246. São Paulo, ARCO. 2000. P.69.

⁷⁸ Sobre este assunto ver Revista The Architectural Review n. 1223. Londres, janeiro de 1999 e INFO BOX – THE CATALOGUE, Berlim, 1996. Ver também Revista PROJETO DESIGN n. 246. Arco, São Paulo, agosto de 2000. Aliás várias informações precisas deste texto foram tiradas desta última referência bibliográfica.

Após os anos de guerra fria, no ano de 1989, os paradigmas mudaram simbolicamente com a queda do muro de Berlim, evento transmitido via satélite para todo o mundo. Um registro espetacular visto na mídia representava o fim da guerra fria que se iniciou anos antes, com as reformas soviéticas deflagradas por Vladimir Gorbachev, as chamadas “Perestroika” e a “Glasnost” (reforma e a transparência) de um mundo soviético até então encoberto pela chamada cortina de ferro, onde as bases socialistas iniciadas em 1917 com Lênin e desenvolvidas logo após com Stalin em contraponto à difusão do capital representado pelo império americano no segundo pós guerra, iria desembarcar na cisão do mundo ocidental e oriental dada pela guerra fria. O gesto coletivo se tornou simbólico e representou – pelo menos aparentemente - a vitória do capitalismo sobre o socialismo, este identificado com a pobreza e falta de condições de vida dos povos do leste, especialmente vistos na desagregação da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e nos conflitos na própria Berlim quando do processo de unificação das duas partes segregadas após quarenta e cinco anos. A Praça de Potsdammer, símbolo da efervescência da vitalidade Berlimense nos anos de 1920, naquele momento era uma terra vazia por ter sido fortemente bombardeada e pelas demolições que se fizeram após o término da guerra na cidade como um todo, sugerindo gestos flagrantes de remoção da memória. O mundo do capital voltou-se de certa forma para aquele lugar, símbolo de suposta separação e esperada unificação entre o leste e o oeste, onde os valores do capital iriam sobrepor-se ao socialismo burocrático também representante do esmagamento das liberdades individuais e ditaduras do mundo associados ao totalitarismo, no leste dado protagonizado por Stalin. Nada a ver com os valores socialistas que os ideólogos do século XIX tanto preconizavam e que são a base das sociedades apaziguadas por ideais de fraternidade, liberdade e igualdade desde os tempos do Cristianismo primitivo passando pelos ideais iluministas da revolução francesa no século XVII e pela ideologia dos modernos no século XX, especialmente artistas e arquitetos conforme já exposto nesta tese, através da ampla discussão sobre novas modalidades de contribuir para a equalização dos problemas habitacionais, reconstrução e o desejo de uma sociedade mais justa e organizada. Mas nesta fase de urbanização, os grandes negócios representavam a força do capitalismo sobre o sistema deixado de lado, o que fez com que um grande aporte de capital convergissem para aquela área através de empresas multinacionais e potências financeiras do mundo ocidental, agora (supostamente) vitorioso.

Um concurso de urbanização vencido pelo escritório Hilmer & Sattler impunha várias exigências especialmente sobre a conformação das ilhotas ou quadras berlinenses, seguindo as diretrizes de Hans Stimmann, arquiteto chefe da administração da cidade. Apesar de um júri de certa forma híbrido, com a presença do holandês Rem Koolhaas, esta proposta prevaleceu e sofreu diversas críticas do arquiteto holandês. Segundo ele, defensor da proposta inicial de Hans Kollhoff que propunha diversas torres em altura junto à praça, a proposta vencedora era um “esmagamento das idéias” na medida em que soluções com maior potencial investigativo foram deixadas de lado precipitadamente e a necessidade de densidade que a área impunha não permitiria associar o modelo de ocupação perimetral

com as alturas necessárias às edificações, o que causaria uma contradição negativa na proposta⁷⁹. De fato, talvez este projeto tenha esta característica: ao mesmo tempo em que aponta para uma solução conservadora do ponto de vista do urbanismo, no sentido de abordar a ocupação perimetral e disciplina na manutenção de um gabarito com altura constante - relativamente baixo - mas estabelecendo edifícios referenciais em esquinas, como que abrindo novas possibilidades dentro de um ambiente de rigorosa disciplina, representa talvez a separação mais uma vez eminente entre soluções culturalistas e históricas frente a soluções que iriam dominar a cena em muitos projetos seguintes, e que poderiam ser classificadas como investigativas e sem vínculos históricos, retomando aspectos iniciados no urbanismo dos anos de 1920, agora tendo a fragmentação como um dado a mais.

Daimler Benz, Sony e Asea Brown Boveri, adquiriram os terrenos nesta área, somando para que se tenha idéia, somente na área da Daimler Benz, um total de 600 mil metros quadrados ocupado com vinte edifícios destinados a diferentes programas como habitação, hotéis, escritórios, cinemas, dentre outros. Esta empresa ficou com a maior área e num outro concurso em 1993, o projeto somente para aquela área ficou a cargo do italiano Renzo Piano. Neste caso vale destaque ao projeto da filarmônica de Berlim e da biblioteca, do arquiteto Hans Scharoun que, construída em 1967, sem a perspectiva da queda do muro, foi tratado como que “dando as costas” para a parte leste (muro) e orientada para a parte ocidental da cidade. Renzo Piano, habilmente arrematou este conjunto, integrando um teatro e cassino, contribuindo para a vocação cultural da área e acertando a integração com a malha oriental do traçado.

A diversidade programática e a intencionalidade de resgatar valores históricos precedentes às tragédias do século XX vividas pelo povo alemão – e os todos os povos prejudicados nas guerras – através de cuidado material, implantações contextualizadas e ao mesmo tempo dotadas de um avanço técnico e tecnológico de ponta, fizeram deste projeto, ainda que dentro de uma contradição exposta por Koolhaas, simbolizar o que na última década do século XX seria talvez o mais expressivo projeto cujos valores apontavam para uma tradição histórica incluindo alguma liberdade crítica ao romper em alguns pontos e lançar-se a novas modalidades de implantação mais avançadas e livres das regras de composição impostas pelo urbanismo formal. Ao visitarmos este lugar em 2007, pudemos perceber o desejo de efervescência contido naquelas áreas, com ruas de comércio cobertas (shopping) e interligadas ao metrô, edifícios de escritórios diversos, cinemas 3D, hotéis, habitações, tudo isto desenvolvido sobre um espaço semi-público rigorosamente cuidado, repetindo a lógica de tratamento dado aos edifícios que identificava a re-integração da grande potência europeia que surgia como símbolo de um capitalismo vitorioso e, seguindo a lógica já vista anteriormente em Barcelona, tendo a cultura

⁷⁹ Conforme Tavares, Paulo. Arquitetura e esquizofrenia ou “não encontro Potsdamer Platz. In Portal Vitruvius. Arquitectos 071. Abril 2006.

como foco. Vargas Llosa (apud Arantes - 2000)⁸⁰ escreve que *a antiga capital do Reich vai se transformando na maior empresa arquitetônica e urbanística de que se tem memória*, e como aponta a autora para informar que para elevá-la ao status simbólico de capital da União Monetária Européia, *a menina dos olhos de tal promoção foi a cultura*” reportando-se a este e a diversos projetos concomitantes em Berlim após a queda do muro em 1989.

Fig. 61 - Sumário do INFOBOX - mostrando as intervenções na região da Potzdammer e outras em Berlim. Fonte: INFO BOX – THE CATALOGUE. Berlim, 1996

⁸⁰Arantes, Otilia. Vainer, Carlos. Maricato, Ermínia. A Cidade do Pensamento único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2000. P.66.

FUNCTIONS

*Survey of the projects and
its various uses*

Fig. 62 – Esquema programático da área a cargo de Renzo Piano. (Fonte: INFO BOX – THE CATALOGUE, Berlim, 1996)

Fig. 63 – A mesma área: Maquete exposta no Shopping local. Foto: José Augusto Aly

Na área sob encargo de Renzo Piano, participaram diversos arquitetos nos projetos dos edifícios: Hans Kollhoff, Lauber+Wohr, Rafael Moneo, o próprio Renzo Piano com Christoph Kohlbecker, Richard Rogers e Arata Isozaki.

Fig. 64 – 65 – Centro Comercial (Shopping/galeria) Arkaden: exterior e tomadas internas. Projeto Renzo Piano. Foto: José Augusto Aly Fig. 66 Edifício de habitações (proj. Lauber+Wohr) Foto: José Augusto Aly

Os edifícios projetados são extremamente expressivos, dado pela qualidade do detalhamento e das escolhas de materiais, numa mistura comum de aço, vidro e o elemento cerâmico. O cuidado de implantação também parece estratégico: um centro comercial – Arkaden – parece assumir importância na entrada do bairro pelo metrô, pois se interliga a ele pelo subsolo e ao bairro no plano do térreo, por ser na verdade uma rua simplesmente coberta pelo vidro e com um mezanino de comércio integrado visualmente. Ao mesmo tempo shopping, reforça seu caráter de galeria na medida em que interliga duas ruas e o metrô pelo subsolo, simultaneamente ao fato de ser efetivamente uma rua de comércio, bem aos moldes da galeria de Milão Vittorio Emanuele, porém com os avanços típicos da tecnologia de ponta de sua época, incluindo a complexidade de integração a rede dos fluxos de transportes.

Este padrão de qualidade repete-se em todos os edifícios da área, como se pode observar nas imagens. A idéia de uma linguagem avançada num contexto urbano de certa forma conservador, mas nem porisso negativo, parece ser uma fórmula encontrada por Piano e pelos outros arquitetos para driblar as restrições impostas pelo urbanismo formal. Cada arquiteto com sua linguagem que lhe é peculiar colaboraram nas unidades componentes conforme especificado nas linhas precedentes.

Fig. 67- Blocos residencial e escritórios. Projeto Richard Rogers (foto: José Augusto Aly)

Fig. 68 – Escritórios junto a praça de Potsdamer. Projeto Renzo Piano (foto: José Augusto Aly)

Além desta área da Daimler Benz, outra não menos importante em expressão, mas de dimensões bem menores, recebeu o projeto do Sony Center, ficando ao cargo do arquiteto Alemão, naturalizado nos Estados Unidos Helmut Jahn a responsabilidade pelo mesmo. Também festejado no meio arquitetônico das publicações, um projeto também de certa forma conservador, é dotado de muitas qualidades estéticas e tecnológicas. Neste caso trata-se novamente de rediscutir a inserção dos edifícios na cidade, e o arquiteto responsável pelo projeto - Helmut Jahn - adotou uma implantação perimetral ao sítio correspondente, tratando o centro do mesmo como um grande espaço para fruição pública, o chamado Fórum. Neste caso, há uma ruptura do tratamento do interior da quadra, na medida em que a implantação do volume circular gera outros tipos de espaços e opera com a mudança de escala de forma pouco usual neste tipo de conjunto : como um projeto dentro de outro projeto numa outra escala e gerando espaços residuais interessantes para circulação interna a ocupação – triangular – perimetral. Este espaço é aberto ao mesmo tempo em que recebe uma grande cobertura. Organiza acessos a cinemas, edifício residencial, escritórios, lazer, lojas, gastronomia e outros usos, conferindo a multiplicidade destes como princípio importante na qualificação da vida urbana local. Ao dispor os edifícios no perímetro do terreno criam-se vários acessos convergentes à praça

central (Fórum). No vértice do terreno, o arquiteto projetou uma torre de escritórios em vidro que, assim como outras torres em altura ao seu lado, identifica o a praça histórica referencial, afirmando um novo movimento de ruptura ao rigor das regras de alinhamento e altura presentes em grande parte dos projetos daquela nova Berlim. Há uma tendência de se criar espaços de menor escala também abertos, alternativos ao miolo de quadra. Faz parte de um conjunto de projetos, cuja tônica é a associação entre estado e iniciativa privada, com especial caráter corporativo, gerando novas instalações para grandes empresas. A profusão de linguagens é bastante característica no conjunto de edifícios, assim como a diversidade programática, contemplando além da sede da Sony, escritórios, habitações, hotel, cinemas, midiateca, I Max 3 d, entretenimento, lojas e restaurantes.

Fig. 69 – Implantação do Sony Center. Foto por satélite. (Fonte: Google Earth)

Fig. 70 – Programa no terreo e linhas de circulação e penetrabilidade no interior da “ilha”. (Fonte: INFO BOX – THE CATALOGUE. Berlim, 1996)

No caso da Sony, há uma escolha por elementos de grande visibilidade, como já mencionado, que vão desde a torre em altura aos imensos anúncios da corporação, passando por variações tecnológicas de aço e vidro, além de uma cobertura tênsil bastante singular. Resultam aspectos plásticos e espaciais muito interessantes demonstrando um caráter urbano bem sucedido e evidenciando bons resultados em seu funcionamento e no cumprimento de seus propósitos.

Outra ação que simboliza de certa forma o resgate da história com a mais alta modernidade tecnológica, foi a transposição de parte de um edifício histórico presente no terreno, mas que “atrapalhava” o projeto. Através de um complexo processo de engenharia e para que pudesse atender aos desígnios do patrimônio municipal, foi transferido integralmente por uma distância de aproximadamente 75 metros, consumindo milhões de dólares pelo feito, simbolicamente, em nome da história, neste caso com eficácia muito discutível.

Fig. 71-72-73-74 – Plantas dos pavimentos mostrando a diversidade de programas tendo forte ênfase nos programas culturais. (Fonte: INFO BOX – THE CATALOGUE, Berlim, 1996)

Fig. 75-76-77-78 – Fotos internas ao Forum (pátio interno com acesso aos programas culturais e entretenimento), foto do hotel preservado e re-posicionado e detalhe da cobertura (fotos: José Augusto Aly)

Um grupo de pessoas lideradas pelo professor de história Dieter Hoffmann-Axthelm lançou um manifesto denominado *Reconstrução Crítica*, no qual *convocavam a opinião internacional a fazer frente às pressões do capitalismo imobiliário que, como não poderia deixar de ser, a despeito da problemática sócio-cultural que se impunha na reconstrução da cidade, enxergava os vazios de Berlim, apenas como possibilidades de rendimento*⁸¹. O manifesto dizia algo assim:

“Sem a oposição combinada de opinião pública em ambas as partes da cidade, os tecnocratas porão seus próprios planos em andamento. Estes ainda são baseados - como se nada houvesse mudado - na ideologia de crescimento ilimitado. É contra eles que devemos nos unir, pois a cidade não pertence a eles, nem a estados nem blocos, nem a movimentos de capital. A cidade pertence a seus habitantes e aos novos acontecimentos”.

⁸¹ Tavares, Paulo. *Arquitetura e esquizofrenia ou “não encontro Potsdamer Platz*. In Portal Vitruvius. Arqutextos 071. Abril 2006.

Se de fato Berlim representou uma forma de fazer cidade baseada na participação da iniciativa privada através de grandes investimentos capazes de ao fim das contas protagonizarem inclusive a responsabilidade pelos espaços públicos que, por serem de propriedade privada tem suas validades postas em cheque, o fato é que se gerou um projeto com a participação do estado definindo as diretrizes através de concursos e através da validação daquelas que seriam as propostas que parecessem refletir a necessidade de re-integração de uma Alemanha no cenário Europeu com sua pujança econômica capaz de identificá-la como grande representante desta era de unificação. Isto parece identificar-se com a tradição Berlinense, conciliando a modernidade e a tecnologia com aspectos históricos fundamentais naquela cultura: a tradição da quadra e o controle das alturas, afirmando uma noção morfológica tradicional da qual partimos no início desta tese para demonstrar transformações.

Neste sentido somos contrários às opiniões de Rem Koolhaas, cuja obstinação por investigar privilegiaria a ruptura total com aquela tradição em nome de uma suposta densidade programática necessária a vitalidade daquela área. Ainda que achemos que este pensamento seria inexorável a partir da década de 1990 e este é um pressuposto desta tese. De fato, a congestão programática é fator importante na conferência de vitalidade da área, porém o aumento de densidade, apesar de ser um argumento contra o que se dirá ser excesso de conservadorismo, certamente faria daquele lugar e todo o significado que consigo carrega, um lugar de extrema especulação e, certamente, na medida em que o referencial histórico fosse perdido, uma porta aberta para certa perda de sentido simbólico e conseqüente banalização. Mais uma vez reportando-nos a nossa visita a área, para registramos a percepção de que certamente poderá ser totalmente identificada com o cidadão berlinense na medida em que os anos passarem, e sugere para o urbanismo que tem no turismo um argumento importante um sucesso em franca ampliação.

Fig. 79 - Berlim: Sony Center. Modelo 3d sobre foto aérea por satélite. (fonte Google Earth).

2 ■ INVESTIGANDO CAMINHOS PARA A CIDADE ATUAL A PARTIR DA ARQUITETURA

Um balanço das transformações apresentadas ou argumentos que esboçam uma tendência

A exposição feita até aqui faz parte de uma escolha que entendemos representar bem o percurso que leva a cidade e a arquitetura ao estado das coisas atuais. Um caminho baseado na morfologia⁸² da cidade tradicional, passando para a cidade moderna dos conjuntos habitacionais e dos projetos de cidades, apontando, através de três experiências pós 1960 – IBA, BARCELONA e POTZDAMMER PLATZ –, para certo retorno aos moldes anteriores ao modernismo. Mas na contramão desta volta, olhando para o último projeto, pôde-se notar que nele mesmo há um conflito revelado na própria composição do júri para a escolha do tipo de urbanismo que iria prevalecer quando da exposição do resultado.

As implantações do movimento moderno, sob a bandeira da necessidade de produção de habitações em massa, seja pelas transformações sociais ou pela urgente demanda dada pelas reconstruções, acabaram por revelar uma mudança radical nas chamadas cidades tradicionais especialmente européias. A cidade compacta perdeu sua consistência e suas “ilhas” claramente definidas, dando lugar aos vazios e a sucessão de objetos ao longo do território. As circulações como “corredores”, em muitos casos deixaram de existir, na medida em que diversos projetos a segregavam dos planos do pedestre, tornando-as, primordialmente, fluxos de veículos. Como consequência, a rua, como suporte de relacionamentos entre humanos, acabou dando lugar aos grandes parques e praças cívicas. É certo que as primeiras

⁸² Neste caso cabe um registro que nos apóia neste caminho lembrado por Solà Morales (2002) sobre o pensamento de Aldo Rossi: “... o discurso Rossiano faz desaparecer toda fronteira entre o histórico e o moderno igualando todas as experiências. A análise morfológica da cidade em suas partes e a identificação dos tipos arquitetônicos com os quais se pode operar constitui o único conhecimento consistente com qual se constrói a arquitetura e a cidade”. Solà-Morales, Ignasi de. Territórios. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002. P. 46. Reproduzimos também parte da explicação sobre esta escolha extraída de nossa dissertação de Mestrado “... A leitura feita a partir das formas de implantação, no entanto, traz à luz questões de posicionamento dos edifícios na cidade revelando diferenças conforme as concepções urbanísticas às quais se associam. Trata-se de se adequar ao objetivo de destacar o papel dos edifícios na construção dos espaços públicos, na construção da cidade, e que irão sugerir posicionamentos críticos expressos nos projetos apresentados adiante... Aly, José Augusto Fernandes. DISCUSSÃO ACERCA DO PAPEL URBANO DOS EDIFÍCIOS: Estudos e propostas para áreas em renovação – Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2000P. 63.

experiências relatadas em Amsterdam, ainda que dentro de uma perspectiva moderna, preservam a unidade da cidade clássica, mas é na passagem pelos conjuntos habitacionais apresentados que encontramos raízes consistentes do processo de fragmentação que acabou culminando na aplicação das propostas do urbanismo de Le Corbusier nas cidades que eram reais, existentes e históricas, podendo, os seus resultados indesejáveis, agora ser vistos, de forma mais clara.

Ora, mesmo tendo sido expostos exemplos europeus, as aplicações locais parecem válidas e partimos da contradição entre a proposta do Ministério da Educação e Cultura com os edifícios no entorno no Rio de Janeiro, conforme croqui de Le Corbusier apresentado no início do capítulo um, para início das nossas investigações. Aliás, um croqui que fala de arquitetura, mas que conforme nossa exposição, em essência fala de cidade, revelando o que para nós é definitivo: falar de cidade é falar também de arquitetura e falar de arquitetura na cidade é falar de urbanismo.

Para que se tenha uma idéia das críticas ao urbanismo dos CIAM's recorremos a Bernard Huet (1986)⁸³ um dos críticos ao modelo da Carta de Atenas e seus resultados no urbanismo. Analisa que as implantações baseadas na Carta deviam-se primordialmente à necessidade de realizar rapidamente e a baixo custo habitações para atender a forte demanda em torno dos anos de 1930, seguido por sua vez da necessidade de atender às populações de baixa renda e finalmente objetivava urbanizar como forma de viabilizar o desenho para aquela nova quantidade de habitações. Reconheceu também três caminhos sobre os quais as implantações modernas seguiram que chama de regional para intervir em certos centros históricos, racional que tinha no traçado um dado a ser seguido (ainda que dentro de condições modernas) e, finalmente, o funcional que traduzia de certa forma o urbanismo da Cidade Radiosa de Le Corbusier exposta anteriormente. Critica severamente o último sistema, apontando alternativas ao final, mas deixa claro sua posição quando diz que o sistema seria uma mera abstração, *desprovido de direção, isento de qualquer valor cultural simbólico ou histórico...* e também que é (a cidade da carta) *um espaço considerado em termos meramente quantitativos, lugar ideal para a aplicação da repetição industrial de elementos isolados iguais uns aos outros como também lugar de fracionamento indiferenciado, da separação funcional e da segregação, ilustrada pela técnica do zoneamento*. Uma idéia que se reporta às cadeias de montagens da indústria, mas cujos rebatimentos no urbanismo seriam trágicas pela falta de significado em diversas frentes. Também ressalta os problemas da indistinção sobre os domínios privados e públicos, na medida em que o *status do solo é anulado porque não existirá mais nenhum sinal das diferenças fundamentais entre público e privado* e ainda que *no momento em que o tecido não será mais regulado por uma relação específica entre morfologia urbana e tipologia dos edifícios, a arquitetura se explicará por uma simples justaposição de objetos isolados, estanques e carregada de uma super expressividade de valores ausentes*. E prossegue na defesa da cidade histórica quando diz que

⁸³ Huet, Bernard. A cidade como espaço habitável. Em Revista AU- Arquitetura e Urbanismo n. 9. São Paulo, PINI, 1986. P.82-87.

enquanto esta é percorrida por uma rede de hierarquias simbólicas em cujo contexto e projeções, habitação e monumento se confrontam, se contrapõem ou se associam para produzir significados e diferenças, o modelo proposto pela Carta rompe esta dialética da habitação e se torna monumento mas segundo o crítico, não monumento que condensa valores coletivos – mencionando as HOFF que exaltavam a social democracia – mas monumento por si só, sem referências, possivelmente pela escala e pela singularidade, comparando-os a unidade de habitação de Marselha.

Ora, apesar das críticas duras ao urbanismo moderno, mais especificamente ao urbanismo funcionalista, parece que há muito sentido nas colocações, via de regra, pela dissolução da unidade social na medida em que as próprias estruturas urbanas, ao serem rompidas formal e funcionalmente, apontam para certa desagregação que podemos ver claramente não só nos conjuntos habitacionais na periferia de Roma, Londres ou Paris, mas em cidades como São Paulo ou Jundiá por exemplo. A percepção de que os centros das cidades são espaços que devem ser requalificados e restaurados, parece-nos que tem uma de suas raízes no fato de que são carregados de conteúdos e significados históricos, mas também possuem, via de regra, uma estrutura que o identificam com a continuidade e unidade, diferentemente de outros bairros ligados ao crescimento recente das cidades. Não parece tão distante também que ao olharmos para as lógicas de mercado que constroem nossas cidades – São Paulo, por exemplo – a perda da condição de ordem dada pela morfologia parece cair muito adequadamente, visto que torna cada empreendimento uma possibilidade de vender como valor, modelos de *pseudo-identidade no meio homogêneo de ofertas*, conforme expressão usada por Solà Morales (2002)⁸⁴. Ora, ao aplicar esta idéia de que os edifícios podem ser concebidos isoladamente – o que não tira o valor especulativo da arquitetura enquanto investigação sobre os objetos projetados – em territórios onde a divisão fundiária não corresponde àquelas propostas pelo urbanismo moderno, quando uma das principais questões era acerca da propriedade do chão, o que parece é que os edifícios correm o risco de desligar-se até pelo próprio chão, o que fica claro no desenho de nossas calçadas, como exemplo. Assim, se a cidade tradicional perdeu sua consistência morfológica passando para uma cidade de elementos independentes – e estamos falando exatamente de arquitetura relacionada aos modelos urbanísticos – quando a aplicação do modelo conquistado se dá em áreas determinadas pelas leis de zoneamento funcional, somadas a propriedade privada do chão, o resultado da paisagem e das funcionalidades aponta para clara fragmentação, de uma e de outra. Este processo parece resumir em parte esta passagem demonstrada nas transformações morfológicas da arquitetura no século XX.

Mas parece que o movimento nostálgico de volta aos modelos precedentes, ainda que idealmente desejáveis, não fariam sentido por uma série de motivos de fácil aceitação. Vejamo-los alguns.

⁸⁴ Solà-Morales, Ignasi de. *Territórios*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002. P.92

Em primeiro lugar, as próprias justificativas de implantação dos conjuntos modernos ainda fazem sentido, mantendo as ressalvas históricas e geográficas. Fatores relacionados à salubridade, melhores condições de insolação e ventilação e a liberação o chão – agora com mais necessidade de multiplicar áreas verdes e áreas permeáveis – já seriam suficientes para enfraquecer a tese de que se deveria proceder aos modelos anteriores. Outra questão parece significativa: a tecnologia também é algo que corre em favor da lapidação cada vez maior dos objetos edificados. Há uma lógica de conjunto que foi perdida por uma série de fatores que resultam em valores cada vez mais individualizados. Neste sentido – ainda que muitos não gostemos - poderíamos achar uma explicação para que cada proprietário, ou cada empreendedor buscasse uma linguagem própria para identificar-se no cenário homogêneo da cidade, usando a menção de Morales, agora, noutra direção. Neste sentido as tecnologias construtivas e de projeto, a disponibilidade de meios de transportes verticais como elevadores, escadas rolantes e a busca da singularidade, parecem associar-se novamente a arquitetura não somente como instrumento para fabricação serial em curto espaço de tempo, mas também para produzir uma arte também singular e urbana, onde nela está contida uma série de valores e significados não mais históricos, nem coletivos necessariamente enquanto representação, mas coletivos enquanto expressão das conquistas do conhecimento adquirido, do progresso e talvez das disputas intermunicipais objetivando a atração de capital, dando aos arquitetos livre vazão para a criação de novas imagens e conteúdos até então inesperados.

Outro argumento, diz respeito às considerações de Koolhaas sobre Potsdammer Platz (página 81- VERIFICAR NÚMERO FINAL) que apesar de termos discordado naquele julgamento, parecem revelar algo no limiar da exposição deste trabalho que assim pode ser resumida: a transformação da arquitetura tradicional para a arquitetura moderna foi um fato real e passível de severas críticas e, num determinado momento observou-se a tendência de volta aos modelos que a antecederam. No entanto, todos os dados aqui apontados – e outros deixados de lado – apontam para que a retomada de uma espécie de “neo-modernismo”, agora com outra carga ideológica em relação àquelas do modernismo, carregado de caráter investigativo e programado para atender às complexidades da sociedade atual, dadas pelas complexas redes de funcionalidades com implicações na forma e nas espacialidades como um todo, parecem ser inexoráveis e falar em volta parece ser um erro, pelo menos se pensado de forma universal.

A posição que sustenta estas afirmações pode ser encontrada também no próprio Koolhaas. Ele mesmo, ao referir-se a Nova York aponta a densidade como um fator positivo e preponderante. Segundo ele descreve, *o manhattanismo é a única ideologia urbanística que tem se alimentado, desde seu nascimento, dos esplendores e das misérias da condição metropolitana – a hiperdensidade – sem nunca perder a fé nela como base para uma cultura moderna desejável*, prosseguindo a dizer que a

arquitetura de Manhattan é um paradigma para a exploração da congestão. Segundo ele o objetivo do livro que escreve é um projeto para uma cultura da congestão⁸⁵. Ao fazer dizer estas coisas, afirma um ideal que vai a oposição às tradições, como explica Moneo (2004) ⁸⁶ se os tratados do urbanismo tradicional tem falado de cidades equilibradas, nas quais densidades se distribuem de uma maneira harmônica, para Koolhaas Manhattan representa (agora citando as palavras do próprio) a apoteose da densidade por si, tanto no que se refere a população como a infra-estruturas; sua arquitetura promove um estado de congestão em todos os níveis possíveis e exploram a congestão para inspirar e suportar formas precisas de relação social, dando lugar a que se possa falar de uma cultura da congestão. E continua Moneo citando o próprio arquiteto (o que o faz diversas vezes): o arranha-céu é um dos raros e escassos tipos de edifícios do século XX verdadeiramente revolucionário, que oferece toda uma série de transformações fundamentais, técnicas e psicológicas, que tem dado lugar a vida metropolitana e que tem separado esta centúria de todas aquelas que a precederam⁸⁷.

Ora, estas posições que explicam a posição do arquiteto holandês frente ao concurso para Potzdammer, na verdade reflete o que Moneo⁸⁸ aponta como sua principal tarefa que é apontar *quais são os resultados formais quando se perde o respeito às linguagens e normas convencionais e se atende tão somente às autênticas forças que modelam o mundo moderno: tecnologia e economia.*

E o que há de mais claro do que isto? Na verdade a modernidade com a qual ele se identifica tem mais a ver com a aceitação destes pressupostos dados pela realidade claramente expostas em suas palavras: *Meu trabalho é deliberadamente não utópico: intenciona operar conscientemente dentro dos limites das condições prevalentes, sem o sofrimento, as contradições ou qualquer outro tipo de narcisismo, que não fazem outra coisa que justificar certas falhas interiores. Porisso meu trabalho é crítico com este tipo de utopia moderna...*⁸⁹

Koolhaas, um pouco ficcionista em muitas de suas propostas, mostra-se também um hiper-realista que digere o sistema, da forma como é e não como talvez gostaríamos que fosse. Mas o que importa, e talvez seja esta sua maior qualidade, é que parece representar com muita sintonia a sociedade de sua época que vem

⁸⁵ Koolhaas, Rem. Nova York delirante. Um manifesto retroativo para Manhattan. Tradução Denise Bottmann. São Paulo, Cosac Naify, 2008. P.27.

⁸⁶ Moneo, Rafael. Inquietud teórica y estrategia proyectual em La obra de ocho arquitectos contemporáneos. ACTAR. Barcelona, 2004.P.312.

⁸⁷ Ibidem p. 312

⁸⁸ Ibidem p. 310

⁸⁹ Ibidem p. 310

construindo seus paradigmas e traçando seus caminhos para a ação na cidade no novo milênio. Ficaria difícil contestar tal fato, o que argumenta em favor de certa irreversibilidade do processo de transformação que as cidades vão desenhando.

Portanto, tendemos a identificar que aqueles projetos expostos depois de 1960 - IBA, Barcelona e Berlim - puderam se viabilizar dentro de condições que em sua época poderiam representar uma discussão universal – como a idéia da reconstrução crítica dos anos de 1990 em Berlim – mas hoje seriam apenas identificados como escolhas locais, particulares, sem necessariamente representar um caminho a ser seguido genericamente. Está em aberto, portanto, as inúmeras possibilidades para tratar a cidade e sua morfologia, agora muita mais relacionada às suas funcionalidades.

Fig.80 – Frankfurt: Morfologia tradicional x arranha-céus (Foto: José Augusto Aly-2007)

Fig.81 – Londres: Paisagem Urbana em transformação: City of London (Foto: José Augusto Aly – 2007)

As formulações de Christian de Portzamparc⁹⁰: A Terceira Era da Cidade.

O arquiteto francês Cristian de Portzamparc, em seu texto "A terceira era da cidade", discute, assim como nesta tese, a partir da evolução urbana desde a cidade tradicional (primeira era) passando para o que ele chama de cidade moderna (segunda era) até chegar a terceira era, que ele reconhece como a era da cidade dos objetos, dos edifícios isolados. Adota como pressuposto a fusão entre a cidade tradicional simbolizada pela quadra e a moderna pelos espaços abertos, resultando na expressão tão difundida como *dupla herança: a quadra aberta*⁹¹. Descreve o mesmo processo dizendo que *enquanto a cidade da 1ª. Era é contida, compacta, fechada como uma concentração defensiva, uma proteção contra a imensidão, contra o informe, o desconhecido, a cidade da 2ª. Era desenvolve o movimento de conquista territorial e "arraçoamento" do planeta que é o grande destino do ocidente...* e prossegue dizendo que a 2ª. *Era tratava através de conceitos de uma crise urgente, a dos grandes números. A 3ª. Era entra em uma crise latente, a dos indivíduos.*⁹² E alerta para os perigos do simples revisionismo: a 3ª. *Era abre-se para uma grande necessidade de regressão. O que passa a dominar muito rapidamente, após a constatação do fracasso da 2ª. Era, é o reflexo de um retorno ao passado, à cidade pré-industrial da 1ª. Era. Este ponto de vista marcado pela prudência e, em algumas vezes, pelo fanatismo, torna-se muito facilmente popular. É ele quem dita ainda hoje as concepções dos planos da maior parte dos escritórios de urbanismo das cidades européias*⁹³.

O problema colocado sugere argumentos que reforçam a inviabilidade de retorno aos modelos históricos e coloca a obrigação da necessidade de se pensar a cidade de sua época, no caso a década de 1990 e assim procede:

*Embora a 1ª. e 2ª. Era tenham permanecido como referências contemporâneas, elas são antagônicas e correspondem, evidentemente, a uma época passada. Após a cidade pré-industrial e a cidade industrial, as quais não podem, de modo algum, constituir um modelo teórico para o momento atual, portanto, continuamos obrigados a inventar as formas da cidade contemporânea, da cidade da era das metrópoles, das grandes acumulações materiais, das redes imateriais e ainda desta dupla herança contraditória...*⁹⁴

⁹⁰ Sobre este assunto ver Revista Óculum n.9. Campinas, Faupuccamp, 1997

⁹¹ Revista Óculum n.9. Campinas, Faupuccamp, 1997. P.40.

⁹² Ibidem p. 39

⁹³ Ibidem p. 40

⁹⁴ Ibidem p. 40

Segundo o arquiteto a arquitetura fragmentou-se, e as expressões individuais são visíveis e diferenciadas umas das outras e *em face desta dispersão, interpor um escudo de gabarito é colocar a planificação contra a evolução*⁹⁵.

Ainda que seu foco de análise não esgote as possibilidades de desenvolvimento sobre o programa – como vimos em Rem Koolhaas – aborda o problema de forma genuína, visto os processos que estão subjacentes à cidade construída, seja de natureza programática ou pelas próprias práticas instaladas que diferem as expressões individuais dos arquitetos e que podem ser estendidas aos efetivos financiadores da construção. Sendo assim, argumenta em favor da busca de novas possibilidades rejeitando uma volta aos esquemas históricos.

Seu foco é repensar a quadra, abrindo-a as circulações e assumindo os edifícios como objetos isolados, implantados internamente a ela. A investigação dos espaços *entre* parece ser o objeto fundamental de interesse do arquiteto. Os edifícios sugerem ser pensados como fragmentos.

É propositivo ao discutir os espaços intermédios aos edifícios e que permite, *reinventar a rua* como paradigma de origem e a ser re-trabalhado nesta cidade de fragmentos, em oposição às restrições compositivas e que apontem para um controle das expressões individuais que agora podem coexistir com as formas coletivas. O resultado é uma espécie de dissolução da quadra, com circulações (ruas) interiores e os critérios de implantação diversos e imprevisíveis, feitos caso a caso como numa espécie de jogo (aliás, imagem presente na fala do arquiteto) que também incorpora o aspecto de indeterminação. A nova relação que propõe, parece ser essencialmente exterior ao edifício - *reinventar a rua*⁹⁶.

⁹⁵ Ibidem p. 45

⁹⁶ Expressão usada pelo arquiteto autor.

Fig. 82 - Portzamparc: Esquemas de composição de quadra aberta. (fonte: Revista Óculum n.9. Campinas, Faupuccamp, 1997. P.49)

Fig. 83 - Portzamparc: ZAC (instrumento de gestão na França: ZONE D'AMÉNAGEMENTE CONCERTÉ ou zona de organização combinada) Ponts Jumeaux, Toulouse 1991. (fonte: Revista Óculum n.9. Campinas, Faupuccamp, 1997. P.75)

A cidade atual, sua complexidade e suas demandas: pontos de contatos com a arquitetura

Diante das posições expostas sobre a cidade, entendemos que a tensão entre os dois modelos morfológicos abordados até os anos de 1990, como visto nas linhas anteriores, apontaram para a irreversibilidade das transformações – pelo menos como discussão universal –, e os dois arquitetos citados como exemplo desta posição, Koolhaas e Portzamparc, expressam claramente isto em suas falas, ainda que argumentem de formas distintas.

Ora, se a cidade chegou aonde chegou com as claras expressões morfológicas abordadas neste estudo, para nós fica claro que devemos achar formas alternativas que dêem conta desta evolução. Ou seja, a cidade é e se manterá segundo a lógica dos edifícios isolados em grande parte dela, fruto da propriedade privada e do mercado imobiliário. As leis de zoneamento e suas derivadas – como as operações urbanas – como único sistema de regulação das transformações também deverá

ser repensado, pois caberá ao poder das cidades previrem as lacunas e subprodutos desta formas de gestão e apontar estratégias, sejam de natureza pública ou parcerias com a iniciativa privada.

No âmbito dos projetos urbanos, é certo que continuarão como possibilidades para transformação de áreas, porém parece-nos que o sucesso dos trabalhos dependerá de que estes prevejam formas de participação ampla na elaboração dos projetos e das obras, de forma que sejam garantidas liberdades na expressão de cada edifício e participação de vários arquitetos e também comunidades envolvidas. Há alguns anos atrás, em São Paulo, um concurso para um bairro premiou um trabalho que estabeleceu a totalidade dos projetos das construções como escopo do próprio vencedor. À maneira das quadras tradicionais os edifícios justapostos naquele desenho exigiam o controle de um único escritório. Ainda que com muito interesse e beleza formal e espacial, talvez esta tenha sido uma das razões pela não continuidade do mesmo, dentre outras possíveis explicações. Tudo aponta para uma cidade com edifícios de expressões próprias e parece insólito mantermo-nos nesta tensão.

Mas a cidade não se resume a somente a esta dualidade de modelos. Falar assim seria de certo modo, aceitar que o problema reside somente nos domínios da arquitetura. Morales (2002) detecta este problema quando diz que *a cidade é muito mais do que sua arquitetura. Redes de transportes, vias, espaços de reserva para movimentos logísticos de mercadorias, áreas de proteção da natureza, espaços virtuais para a comunicação e o entretenimento. Todos estes não só costumam escapar por completo ao âmbito da atuação profissional do arquiteto, mas ainda, dificilmente os instrumentos tradicionais de análise e de projeto arquitetônico têm capacidade para afrontar e darem respostas a ditas situações*⁹⁷. Portanto, uma cidade onde os fluxos e a velocidade se impõem de forma devastadora com viadutos, túneis, parafernália dos meios de transportes, estações ferroviárias, aeroportos, grandes terminais de passageiros, de carga, pátios de manobras de trens, shopping centers, postes e infra estrutura competindo na paisagem, fazem da grande cidade algo que vai muito além das questões morfológicas.

Porém, fica claro que há algo que deve ser feito sobre estas bases, e que tem a ver ainda com as nossas ações enquanto arquitetos.

O mesmo autor propõe cinco categorias que servem para explorar algumas propriedades na nova situação, objetivando esclarecer pontos de contato entre a arquitetura e a complexa cidade atual.

Em certa medida está expondo temas que devem ser explorados pelos arquitetos e isto pode ir de encontro aquilo que queremos propor. Os temas propostos por Morales são as mutações (a forma de mudança), os fluxos (a forma da moção), habitações (a forma da residência), os contenedores ou grandes containers (a forma de intercambio), e as “terrain vague”. (a forma da ausência).

Quanto às **mutações**, assim como um ser vivo – cujos órgãos crescem e se transformam – a cidade se transforma a partir da arquitetura que também cresce e se transforma, se adapta, e muda. Neste caso o autor estabelece uma analogia entre os sistemas biológicos e a cidade, a partir da comparação do todo unitário – corpo,

⁹⁷ Solà-Morales, Ignasi de. Presente y futuros. Arquitectura en La ciudad. In Territorios. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002.

cidade- e suas partes – órgãos, arquitetura. Uma mudança eventual, aleatória no material genético de uma célula produziria alterações de um ou mais caracteres hereditários provocando uma ruptura nos mecanismos da herança. Há uma mutação neste caso. Esta mutação irá afetar para além do órgão ou da arquitetura. Irá implicar alterações na cidade.

*Desenhar a mutação e introduzir-se em sua energia centrífuga deveria comportar a um tempo o desenho do espaço público e privado, do organismo global e dos indivíduos. A multiplicidade de variáveis indefinidas que entram em jogo nas mutações dos edifícios deste tipo não podem ser controladas somente com instrumentos de gestão mais ou menos eficazes. Tudo aponta para a necessidade de morfologias abertas, interativas, nas quais uns mínimos critérios sejam as únicas leis que organizam o rápido processo pelo qual se passa de um estado urbano para outro. Mas estes critérios não podem ser apenas de desenho urbano, a margem da edificação, porque esta distinção carece de sentido num processo mutacional. Os lugares e as estruturas, a implementação de energias e recursos se produzem capilarmente em todos os níveis e em todos os estados. Só uma absoluta interação entre sistemas e arquitetura que se produza ao mesmo tempo como expressão dinâmica da mutação pode dar lugar a uma cidade e uma arquitetura em acordo com as características do processo. Somente projetos com mecanismos de auto-regulação, de interação e de reajuste durante o próprio processo de realização podem ter sentido em situações dificilmente comparáveis a de outros momentos do passado.*⁹⁸

Este conceito parece ser importante, pois o que se percebe é que as cidades são processos que se desenvolvem dentro de certa lógica coerente onde forma e função vão se transformando na medida em que a história se desenvolve. No entanto, a inserção de um determinado evento neste processo pode trazer claras mudanças de rumo, o que não pode ser controlado pelos tradicionais métodos do planejamento moderno, quando o encadeamento planejar / urbanizar / construir pressupunha-se condição de controle do desenvolvimento, como que estático assim por dizer. Neste caso, a percepção destes eventos que surgem em vários âmbitos da análise urbana parece reconhecer as mudanças de rumo originadas neles mesmos. As “metástases benignas” das quais muitos autores se referiam aos pequenos projetos em Barcelona nos anos de 1980, capazes de detonar processos de revitalização a partir de suas implantações parecem encaixar-se neste tipo de ação possível aos arquitetos e que certamente contribuem de forma substantiva para a cidade atual.

Os **fluxos** são traduzidos apontando que a atualidade gera como *constantemente tentativas por aproximarmos a arquiteturas nas quais seu objetivo fundamental não é outro que o de permitir o trânsito e facilitar o intercâmbio entre redes distintas que se justapõem precisamente em módulos cuja viabilidade não de fazer possíveis as estruturas arquitetônicas. Não só o campo convencional do transporte – estações ferroviárias marítimas ou aeroportos- se não em todo lugar onde se produzem*

⁹⁸ Ibidem p. 83-87

cruzamentos constantes de redes de distribuição, a arquitetura há de ter a capacidade de recortar sua forma de modo que seja, sobretudo, plasticamente receptora de qualquer tipo de intercâmbio. Por suposto, esta situação coloca a arquitetura em numa condição completamente distinta a requerida pela velha “firmitas” vitruviana. Cortar e recortar pelas articulações de uma rede de distribuição, mas também criar as figuras e os lugares através destes cortes e recortes, sem necessidade de outro tipo de mimetismos, é o restante que a cidade e a arquitetura atuais não podem descartar.⁹⁹

Neste sentido o autor aponta um novo estratagema para a arquitetura, ou seja, arquitetura que não é somente relacionada a memória ou significado, em sua expressão, mas aquela também que dê conta de co-participar de uma complexa rede de fluxos. Assim, destaque para os pontos nodais, muitas vezes relacionados a cruzamentos de fluxos, que tem grande potencial de desenvolvimento em torno de si. Lembramos aqui o grande projeto de estações de fluxos como Lille na França, ou os grandes terminais intermodais, incluindo os aeroportuários poderiam exemplificar esta categoria, porém o autor vai adiante, na medida em que sugere uma flexibilização da própria arquitetura, como se ela mesma, em si, absorvesse em sua expressividade a complexidade dos fluxos, do movimento e da velocidade, talvez gerando nisto um sentido de instabilidade em oposição à estabilidade condensada no conceito vitruviano de firmitas.

A **habitação** foi uma das principais formas de ação do projeto moderno, associada a poderes políticos capazes de fazer frente aos planos, na medida em que se considerava responsabilidade do estado tal planificação de recursos e a eficácia dos resultados. Destaca também as habitações produzidas pelo mercado imobiliário que no mundo inteiro desenvolveu repertório com elementos de pseudo-identidade no meio homogêneo de ofertas, o que, se comparado aquilo que se produziu durante os anos do modernismo deixam muito a desejar, fazendo com que muitos arquitetos culturalmente comprometidos se afastem deste possível campo de ação. Mas para além do mercado, reconhece alguns outros campos de investigação importantes para os arquitetos destacando aquelas, em geral, geridas pelo poder público, com programas alternativos como habitações para sem teto, para estudantes, imigrantes e etc., ou em situações especiais, como áreas intersticiais, residuais e especiais; residências para artistas, amantes da arquitetura, arquitetos, esnobes e etc., lembrando que boa parte do ideário da arquitetura Moderna se fez a partir destas experiências singulares. Também destaca as habitações auto construídas, favelas, ocupação em áreas de risco e etc. e, finalmente destaca uma quarta linha de experiências que diz respeito à definição da habitação a partir dos componentes materiais, eletrodomésticos e etc. Há uma aproximação, neste caso, dos arquitetos com os métodos do DESIGN. É um importante campo, pois operam também com noções simbólicas de funcionalidades e identidades estéticas.

⁹⁹ Ibidem p. 87-90

Sobre os **contendores**, ou grandes containers ou caixas, cabe a noção de que na sociedade de consumo as atividades produtivas dependem das formas de intercâmbio. A mercadoria produzida precisa de um cenário que represente o mercado. Há certa crise sobre este tema. Há percepções, segundo o autor, baseadas na necessidade de consumo mínimo, ou seja, na definição daquilo que seja o básico necessário. Mas o que seria mínimo na sociedade atual? Comida, cultura, viagens, conforto, automóveis, enfim, não há mínimo para a sociedade de consumo. Conhecimento seria um consumo para um homem que tem nisto um valor a ser acumulado e desenvolvido? Por isso há uma mudança de paradigmas sobre este tema. Posicionamo-nos acerca da delicadeza do tema. O excesso de consumo torna o homem alienado além de ser uma das maiores causas de devastação do planeta, hoje em franca degenerescência segundo as noções de sustentabilidade. Ao mesmo tempo faz a economia girar e sua diminuição poderia simplesmente paralisá-la. Mas o fato é que isto mudou mediante a lógica do capital e de acumulação que aponta o enriquecimento dos detentores dos meios de produção e um alargamento da base da pirâmide sócio econômica. Assim, daquelas noções anteriores de consumo básico surgiram os centros comerciais organizados, transparentes e baseados na racionalidade, capaz de construir uma cidade equilibrada, especialmente na arquitetura moderna. Mas atualmente, com as mudanças na sociedade de consumo, os espaços para trocas de todas as naturezas, sejam comerciais, esportivos ou culturais e de outras tantas naturezas passaram a protagonizar de forma extrema o cenário urbano. São as grandes caixas, bem representados pelos estádios, óperas, centro de convenções e especialmente os shoppings centers isoladas do cenário urbano. Um dos princípios destacados pelo autor é que estas caixas eram transparentes, mas na atualidade, ao contrário, tendem a fechar-se, tornar-se opacas, a isolar-se, para que representem uma alternativa como um recurso de libertação, uma promessa de liberdade, uma alternativa baseada em cenários apartados da vida da cidade. Os grandes containers são cenários para as trocas que cada vez mais se intensificam na sociedade de consumo e na sociedade do espetáculo. Nestes a noção de transparência da arquitetura moderna estão em franco processo de desconstrução.

Finalmente lidar com a **Terrain Vague**, expressão francesa usada pelo autor para denominar áreas vazias, remanescentes da urbanização, mas que contemplam significados muitas vezes, capazes de mobilizar pessoas em oposição para suas ocupações em face da memória que podem representar em certas comunidades. Podem por si só constituir um ambiente urbano relevante para além do patrimônio construído. Incluem-se Mesmo assim a busca destes espaços para intervir parecem ser uma tema em franca abertura para ações na cidade contemporânea revelando grande potencial de ação dos arquitetos. Projetos em áreas remanescentes junto a ferrovias, áreas portuárias, em geral ligadas aos sistemas de transportes podem encaixar-se neste tema de ação. Incluem-se terrenos naturais preservados na cidade e às vezes, com significado e participação altamente relevante no sistema urbano.

Estas considerações marcam em definitivo aquilo que sustenta nossa posição, já foi exposta nas linhas precedentes (página 97- atenção isto tem que ser mudado no fim com as páginas certas): a paisagem e o controle da forma pensando de maneira universal, não dão mais conta das demandas diversas e das novas funcionalidades e, portanto, não faria mais sentido manter uma vinculação tão estreita com os paradigmas das cidades tradicionais, mas ao contrário, encarar de forma franca a nova cidade com seus edifícios isolados, e com toda a sua complexidade conforme propõe Solá-Morales. Claro que em algumas oportunidades isto poderá ser flexível, porém os modos de trabalho das cadeias da construção, passando pelos projetos e pelas expressões individuais de clientes e projetistas, deverão ser consideradas.

Se assim aceitarmos poderíamos levantar algumas perguntas. Como seriam as cidades e como resolver problemas acerca de subprodutos das transformações das cidades tradicionais para as cidades atuais como vazios, paisagem dispersa, espaços fragmentados? Haveria alguma linha de pesquisa específica da arquitetura que pudesse ser colocada de forma mais universal no pensamento das cidades atuais? Como viabilizar soluções e quais seriam seus domínios: públicos, privados ou semi-públicos ou não haveria importância sobre estas questões? Seria possível pensar em sistemas de espaços sobre um progresso ilimitado dado por dinâmicas especulativas ao longo da história das nossas cidades simplesmente? É possível pensar em amalgamar tais objetos produzidos pela sociedade de mercado? E como lidar com o problema de programas que conferem significado ao qualificarem áreas e unirem pessoas na cidade?

Com certeza não daríamos conta da totalidade e da complexidade destas questões, porém devemos investigar algumas delas.

Se a última exposição mostra uma proposta de Solà Morales acerca dos pontos de contato entre a arquitetura e cidade atual, revelando cinco categorias (mutação, fluxos, habitação, os grandes containers e as terrain vagues) identificamos outros dois pontos que de certa forma se enquadrariam dentro daqueles, mas poderiam ser explicitados separadamente devido a sua especificidade:

- A forma das unificações: CONEXÕES.
- A forma das atividades sociais e culturais: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR.

Estes conceitos estão sendo apontados como pontos de contato entre a arquitetura e a cidade e pontos para investigação para a urbe caracterizada pela miscelânea de morfologias distintas e incontroláveis do ponto de vista das regras de composição e que geram funcionalidades também dispersas e fragmentadas, com problemas de escala, de funcionalidades ausentes e toda a série de conseqüências sobre isto.

Se Portzamparc propõe a RUA como elemento central para intervir na cidade da 3ª. ERA mediante uma investigação acerca da evolução morfológica, nós identificamos e propomos um conceito que se distingue sensivelmente: conexões neste caso apontam para uma nova espacialização da rua e para alternativas especialmente não co-planares ao plano público. Estamos falando de circulações para pedestres, para aqueles que caminham pela cidade e tem esta atividade como valor positivo na qualificação do espaço urbano. Obviamente consideramos a Rua tradicional um caminho ainda a ser perseguido, porém havemos de investigar algumas alternativas a ela. Ao mesmo tempo, se assim for, poderá haver modificações nos pontos de concentração gerando praças públicas e lugares também fora do plano do chão. Estas identificações partem também da observação e análises específicas de alguns exemplos que mostraremos adiante. Certamente também passa por uma discussão morfológica, porém os aspectos espaciais e funcionais parecem ser mais significativos e coerentes com nosso tempo.

Já o LUGAR, que no fundo aponta para algo como programa com significado e vocação cultural capaz de dar suporte para relações sociais e atividades culturais, religiosas ou outras, mas principalmente congregando pessoas, podem ser alternativas importantes na recuperação de áreas degradadas, residuais ou não. Poderiam enquadrar-se no tema das MUTAÇÕES (conforme a classificação de Morales), como elementos capazes de reverter processos históricos em curso.

Estas duas categorias apontadas são de grande importância na atualidade para qualificar áreas urbanas mediante a complexidade sobre a qual trabalhamos e, especialmente, para solucionar o problema das paisagens e dos usos fragmentados e descontínuos na cidade contemporânea. Passamos a verificá-los então.

3 ■ INVESTIGANDO A ARQUITETURA DA CIDADE ATUAL: CONEXÕES

Propomos como hipótese este tema alternativo para uma cidade desconexa porque se associa a qualificação dos percursos urbanos, à experiência do caminhar na cidade. Uma atividade de extrema importância cuja ausência ou má qualidade constitui-se ponto nevrálgico que exige ação. Isto parece mais significativo do que o problema da paisagem inclusive, porém o tema também aborda a questão da unidade mediante a fragmentação. A morfologia tradicional, na maioria das vezes, tem isto em seu favor. A moderna nem sempre. A atual, das propriedades privadas também não. São Paulo tem este problema em diversas áreas. Como lidar com isto é o nosso objetivo agora. O desenho da unificação: conexões.

Para que possamos prosseguir, faremos uma comprovação da tendência deste tema no desenvolvimento da morfologia mostrado em curso neste trabalho, expondo nossas observações através da presença do problema em projetos altamente relevantes na atualidade, de forma a defender este ponto como tese.

Há muitos exemplos que poderiam ser invocados. A Ponte Vecchio em Firenze, as ligações entre edifícios em Kong Kong e outros sobre os quais lembraremos. Sobre aquela cidade, conforme Padovano (1998), já nos anos de 1990, desenvolvia-se notáveis ações associando a construção dos espaços edificados em função dos fluxos urbanos, o que descreve como um *incrível conjunto de sistemas interconectados e interdependentes...*¹⁰⁰ e informa também que *os sistemas de circulação e transporte de massa se destacam como o grande tema da arquitetura da metrópole na medida em que os edifícios tornam-se shafts para a passagem da vida, dutos para os fluxos energéticos que alimentam a economia da cidade, um grande e complexo sistema de consumo, de acesso aos milhões de produtos que satisfazem todo tipo e nível de necessidade...*¹⁰¹. Abre-se um espaço muito interessante de pesquisa que aponta para a confirmação de nossa tese como sendo um caminho possível para ação dos arquitetos na cidade atual como resposta a fragmentação e desconexão funcional e da paisagem. Outro exemplo, agora local, que se identifica com nossa hipótese o projeto (não construído) de renovação do edifício Copan feito pelo arquiteto Ciro Pironi¹⁰² em 2001. Dentre outras coisas, propôs o um uso semi público do terraço da cobertura com café-mirante, restaurante e “sala-baile”, aproveitando a vista panorâmica de 360°. Uma torre multimídia com elevador panorâmico e escada

¹⁰⁰ Padovano, Bruno Roberto. LIÇÕES DE HONG KONG PARA UMA ARQUITETURA PÓS – DESCONSTRUTIVISTA. Em revista PROJETO DESIGN No. 222 – ARCO EDITORIAL, SÃO PAULO, julho / 1998. P. 99.

¹⁰¹ Idem. P. 98.

¹⁰² Publicado em revista AU n. 95. Editora Pini. São Paulo, 2001.

de concreto constitui a “rua-vertical” que integra as atrações públicas diretamente à cidade. Assim trabalha dentro da fragmentação e de uma ordem histórica subvertida, propondo, por tal conexão, um fluxo público no sentido de explorar o potencial do edifício existente, o que também geraria novas possibilidades negociais para o condomínio. O terreno de implantação daquela circulação vertical é na vizinhança; um terreno triangular no vértice da Avenida Ipiranga com a Rua Araújo. Aproximemo-nos, no entanto, um pouco mais dos fundamentos de nossa escolha temática.

Enquanto edificações baixas concentram pessoas em grandes superfícies do território, um edifício em altura concentra o mesmo número de pessoas em área menor. Tende ao ponto. Vários edifícios em altura concentram pessoas em áreas menores que tendem a pontos distintos. Edifícios em altura geram sombras maiores e se muito próximos criam áreas muito emparedadas, inadequadas em muitas situações. Daí edifícios em altura tendem a se afastar uns dos outros, resultando num conjunto de pontos distintos afastados relativamente. Estes pontos, pensados em planta, são, no espaço, elementos verticais. Podem ser torres. Se forem, são livres umas das outras e por isso adquirem expressão própria, o que pode ser uma vantagem ou não, dependendo de quem julga. Tendem a não ser uniformes.

As leis de zoneamento estabelecem normas e parâmetros de proporcionalidade a fim de definir o quanto se poderá aproveitar e ocupar a parcela de terra que abriga o edifício vertical. Sendo assim, conforme o tamanho da parcela e por não haver vínculo físico entre os edifícios, eles poderão ter alturas diferentes. Isto também pode ser bom ou não, dependendo dos olhos que julgam. Como são diferentes, estão em parcelas independentes e são, quase sempre, sujeitos a diferentes proprietários. Estes, por serem distintos, tendem a tratar o chão também de forma diferente. O resultado que inicialmente era somente visível passa agora, na medida em que os tratamentos forem dados a totalidade da propriedade, a aproximar-se dos passeios públicos. Não raro, cada propriedade avança seu tratamento às calçadas, fazendo com que aquele mesmo resultado avance nas áreas de domínio de todo e qualquer usuário da cidade. Excluindo a possibilidade de olharmos isto como uma arte urbana em sua miscelânea de desenhos possíveis, tira das calçadas a identidade pública, sujeitando a nós mesmos enquanto usuários da cidade, pisar no piso escolhido pelo proprietário do terreno. Isto quase nunca é bom.

Na mesma natureza de problema – a interface da propriedade com as áreas públicas – por se tratar de propriedades distintas, podem, conforme as leis às quais se sujeitam, conferir programas arquitetônicos junto às interfaces ou não. Um edifício pode e outro não necessariamente, talvez nenhum deles, talvez todos eles. Se todos eles o fizerem passam a qualificar a interface com programas desejáveis ou não. Se nenhum deles o fizer, aqueles que caminham o farão de um ponto a outro somente com a funcionalidade do passeio, que pode estar comprometida pelo tratamento do mesmo ou não. Isto tende a ser ruim, visto que andar pela cidade demandaria um sentido de escala para que o percurso das distâncias entre pontos pudesse tornar-se menos árido pensando em clima ou em psicologia. Ou menos chuvoso conforme o tempo ou o estado de espírito de quem caminha. É um problema de conforto térmico e psicológico. Também poderia ser mais interessante,

dependendo daquilo que se vê enquanto se anda. As calçadas estariam ainda sujeitas ao movimento de veículos do outro lado, que estariam em oposição a um programa na interface ou mesmo a um jardim, gradeado ou não. Ou a qualquer outra coisa.

Diante de tantas possibilidades, ficamos com um problema de conexão entre pontos, de como os edifícios poderiam tratar suas interfaces. Mas como a lógica da propriedade, já vista, não obriga ao pensamento comum, seria de se esperar que alguém devesse pensar estas coisas. Poderá ser parte de um plano de bairro que junte proprietários. Isto é possível e tem sido visto em vários locais, com ONG's que em pareceria com o estado, definem – privatizam – muitas áreas públicas. Pode ser bom ou não. Será bom se as definições forem parte das estratégias do estado que deveria representar o interesse comum e aí sim, propor parcerias para a viabilização através dos instrumentos de gestão adequados. Mas configura-se uma tendência que relativiza os domínios públicos e privados com possíveis danos a coletividade. É do estado a prerrogativa do tratamento das áreas públicas, e pode ser dele também uma iniciativa que defina e incentive padrões de ocupação junto às interfaces dos edifícios. Isto é um problema de conexão entre pontos, entre objetos isolados.

Portanto este é um problema da arquitetura, especialmente quando os edifícios já não são justapostos, mas sim distantes e configurados de forma fragmentada, sejam altos ou não. Conexões, como dito, especialmente para aqueles que caminham, visto ser este um valor que se pretende neste trabalho. Caminhar com qualidade. Portanto não se trata de veículos motorizados, grosso modo falando, mas pode tratar-se de transportes para pessoas. Elevador é um transporte, escadas rolantes também. Não estamos falando de conexões de transportes cuja presença implique em transtornos para àqueles que caminham.

Pensando assim, como poderíamos avaliar este tema, como seriam tais conexões? Como seriam tais percursos?

Poderiam ser aéreas, subterrâneas ou mesmo em nível. Também poderiam ser pensadas como espaços públicos ou semi públicos, ou como espaços simplesmente para uso privado ou privativo. Podem ligar edifícios com edifícios (em números indeterminados), mas caso seja privativa pode não ter acessos intermediários para ruas ou áreas públicas sem um elemento de controle. Podem atravessar áreas públicas ou não, podendo simplesmente ligar parcelas de quadra.

Estas últimas, representadas, por exemplo, pelo edifício do conjunto Empresarial Conceição do Banco Itaú, em São Paulo, onde a torre Conceição se conecta sob a Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira com a torre Eudoro Villela. Esta conexão tem um caráter privativo, restrito aos funcionários e visitantes devidamente credenciados do Banco. Neste caso são subterrâneas e por seu caráter privativo nos interessam menos, a não ser pela transposição pelo espaço público como estratégia de gestão e negociação das áreas urbanas.

2º subsolo (torre Eudoro Villela)

1. Hall dos elevadores
2. Torre de concreto
3. Túnel de pedestres
4. Escritórios
5. Máquinas
6. Metrô (emergência)
7. Acesso ao estacionamento

Fig. 84 e 85 – Esquema de conexão sob sistema viário Centro Empresarial Itáú Conceição. (Fonte: www.arcoweb.com.br)

As conexões abordadas nesta pesquisa são quase sempre funcionais, mas também, às vezes tem forte apelo na construção da paisagem. As conexões formais com apelo compositivo também fazem parte de um desejo de unidade, mas não assume importância nestas análises.

Assim teríamos o seguinte esquema representado no quadro a seguir que explora as relações possíveis por nós observadas e indicam alguns exemplos.

Ö

CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

O quadro mostra algumas possibilidades de conexões como edifícios com edifícios (sejam qual número for), edifícios com espaços públicos e espaços públicos com espaços públicos, neste caso representado pelas simples passarelas, edifícios ponte, galerias de comércio e etc. Também relaciona estas combinações com as configurações espaciais, ou seja, aéreas, térreas ou subterrâneas ou combinações destas. Ao mesmo tempo estabelece as condições das conexões que ora são de propriedade do estado para usuários indeterminados ou determinados sujeitos a controle e restrições. Também podem ser privadas para usuários indeterminados (ou quase – semi públicas) ou determinados (privativas).

O quadro é vantajoso, pois dá uma visão geral daquilo que se quer mostrar e classifica alguns exemplos que inserimos como referências que julgamos importantes. São elas, os conhecidos percursos subterrâneos no Canadá, muito relacionados às necessidades de criar abrigo diante da agressividade do clima, os edifícios do complexo empresarial ITAUSA, projetado pelo departamento de projetos do próprio banco e pelo escritório Aflalo & Gasperini e que constroem uma passagem subterrânea privativa sob a Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira; a ligação entre o Shopping D&D e o Centro Empresarial Nações Unidas (CENU) em São Paulo, projetada pelo escritório Botti & Rubin ligando dois terrenos privados por uma galeria subterrânea semi-pública de extrema utilidade. Também, as galerias em geral, com destaque à Galeria Metrópole em São Paulo, projetada por Salvador Candia e Giancarlo Gasperini que liga diversos espaços públicos, a saber, a Praça Dom José Gaspar, a Rua Basílio da Gama e a Avenida São Luis incorporando os fluxos urbanos de forma franca e altamente qualificada em sua essência, apesar do mau estado conservação do conjunto. Também o Shopping West Plaza, no bairro de Perdizes, oferece um exemplo que conecta três volumes através de duas passarelas sobre espaços públicos, resultado de uma operação junto ao município.

Aliás, as operações urbanas em São Paulo prevêm estas possibilidades de transação entre as esferas públicas e privadas. Na mesma linha, porém de uso totalmente privativo – porisso menos relevantes neste estudo – é o edifício da Telefônica em Barcelona, que configura uma das portas para um dos seis bairros previstos pelo arquiteto Oriel Borrigas e projetado pelo escritório Bach & Mora e também o edifício conector das novas instalações do Hospital Albert Einstein em São Paulo, projeto do escritório americano KAHN. Neste caso a conexão também tem pouco interesse devido ao caráter extremamente privativo e funcional, apenas como possibilidade de alternativas frente ao traçado e pela qualidade espacial inusitada que gera.

Fig. 86 – Planta esquemática dos percursos subterrâneos em Toronto. (Fonte: web)

No entanto há exemplos previstos que nos parecem mais significativos, pois abordam escalas ampliadas de bairros e podem ser vistos como paradigmas da evolução morfológica da atualidade e que apontamos neste trabalho. Um deles, o projeto da dupla Alisen & Peter Smithson para Berlim Hauptstadt, concebido em 1958, já aponta para o raciocínio de verificação das transformações e tendências atuais sobre os caminhos da cidade, apresentando uma solução com correspondências a atualidade. É uma referência necessária para enfrentamento do dualismo entre cidade histórica e cidade funcional, feito por arquitetos que, conforme citado neste trabalho, faziam parte de um grupo que desenvolveu uma crítica consistente dentro do próprio modernismo investigando soluções alternativas para a cidade à sua época. Neste caso, entende-se o projeto pela implantação, que mostra um sistema conectado como uma base com geometria sinuosa, complexa e variada, resultando numa mega estrutura que contém programas e funciona como elemento conector distinguindo o plano do pedestre (novo projeto) do plano dos veículos (malha existente). Conecta também os vários “pontos” edificadas livremente ao longo da cidade conforme os critérios mais convenientes. Aponta para novas possibilidades espaciais mediante o traçado existente sobrepondo-o como raciocínio essencial.

Fig. 87 e 88 – Projeto para o concurso Berlim Hauptstadt. Esquema de conexão sobre malha urbana Implantação e croqui dos pontos de contato com a via. (Fonte: Frampton, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo, Martins Fontes, 1997).

Já o projeto proposto por Rem Koolhaas e OMA em 1996, o **Hiper Edifício**, trata-se de um “Edifício-experimento”, que poderia ser implantado supostamente em Phra Pradaeng, uma reserva verde na margem oeste do rio Cho Phraya do outro lado de Bangkok, Tailândia. Uma mega estrutura que prefigura um bairro de 120000 habitantes pensado verticalmente de forma a manter livre a reserva mencionada, tem como principal justificativa reduzir os problemas de deslocamento entre

habitação e trabalho, criando um lugar onde as pessoas pudessem estar. Seu programa “altamente concentrado” traduz as teses de Rem Koolhaas sobre a congestão programática de hiper densidade, já mencionadas anteriormente neste trabalho e também seu fascínio pelos arranha-céus, tema central em Nova York cidade sobre a qual já se debruçara anteriormente. Sua lógica formal vai de encontro às vanguardas construtivistas – as fantasias arquitetônicas de Chernikhov, as construções de equilíbrio compensado de Ladovsky, o Merzbau de Kurt Schwitters¹⁰³ - e busca, através de elementos distintos, se sustentar uns aos outros tanto arquitetonicamente, quanto estruturalmente, visto que o edifício é altíssimo. Podemos relacioná-lo também com algumas megas estruturas do grupo Archigram como Plug-in-City. Para que se obtenha complexidade – um desejo latente do arquiteto – constitui-se uma representação da cidade com torres que são ruas, elementos horizontais que são parques e volumes que são bairros e diagonais bulevares. É um sistema auto-conectado, porém também conectado ao espaço urbano da cidade existente. Conta com seis ruas verticais definidas por elevadores de alta velocidade, um passeio peatonal de doze quilômetros que vem do chão até o topo do edifício. Além disso, possui quatro bulevares com teleféricos, gôndolas e trens elevadores que conectam com a cidade que se encontra abaixo. Este edifício experimental aponta para a busca de alternativas de espaços fora do plano do chão e a plena utilização da tecnologia disponível de transportes verticais e diagonais para construir conexões entre si e entre a cidade de forma a receber um grande número de usuários. É claro, por ser um projeto experimental – e por que não dizer, ficcional - não foi construído, porém isto deve ser levado em conta. Olhando para o diagrama de Koolhaas (fig.89), percebe-se que as conexões são meios para viabilizar um processo de verticalização radical, sendo, portanto, extremamente importantes, tanto para a própria megaestrutura em si, quanto para relacioná-la com a cidade existente, evitando a expansão horizontal sugerida no mesmo desenho dando lugar à estratégia da congestão hiper vertical. Assim libera o terreno para a reserva natural.

Fig.89 Diagrama de conexão com a cidade (fonte: WWW.oma.nl) – 90 -91 – Hiper Edifício. Diagrama, imagem e maquete. Fonte. (Revista El Croquis 131 – 132, 2006).

¹⁰³ Conforme Revista El Croquis 131 – 132, 2006. P.22

Fig.92-93-94- Implantação – Imagem geral – esquema de circulação peatonal (fonte: WWW.oma.nl)

Também como referência **A Cidade Bipolar Superconectada**, projeto de Victoria Acebo e Angel Alonso, chama muito a atenção. Um concurso de projetos para uma área ferroviária a ser desativada na cidade de OSAKA no Japão, com dimensões superlativas, da ordem de 150.000m². A dupla espanhola propõe um tipo de implantação multifuncional 24 horas com Hotéis, habitações, escritórios, comércio, áreas esportivas, escolas e espaços culturais, edificados através de 17 torres de aproximadamente 25 x 25 metros em planta e altura variável entre 50 e 75 metros aproximadamente. Todas as torres são interligadas por barras horizontais da ordem de 100 x 25 metros com alturas variáveis em torno de 12 a 15 metros e dispostas em alturas expressivas e diferenciadas umas das outras. Assim, conforme a proposta, o chão é liberado seguindo uma nova ordem acerca do meio ambiente, tratando-o com áreas verdes numa escala metropolitana, prevendo espécies de todo o mundo e contemplando zoológico, espaços infantis, caminhos para pedestres, parques, paradas de ônibus, metrô e conexões com a estação ferroviária. Tudo isto aberto ao público que pode utilizar as instalações durante 24 horas.

A velocidade e mobilidade também são fatores essenciais na concepção do projeto. Os edifícios possuem três tipos de elevadores, pensados como sistemas operacionais de ruas verticais, com velocidades diferentes para cada tipo de usuário – os apressados (alta velocidade), os habitantes (média velocidade) e os adolescentes (baixa velocidade). Estes últimos percorrem os shoppings como uma forma atual (e blasé) de lidar com a vida, agora associada ao consumo voraz,

também característica do nosso tempo. Há algo de ficcional também neste projeto, porém aproxima-se muito da condição factível devido às justificativas apresentadas e às escalas, especialmente relativas às alturas, que são bastante aceitáveis.

Por ser um concurso de projetos não realizado - não temos a informação se o será - não convém uma avaliação de possíveis resultados, porém esboça um caminho que temos observado acerca das pesquisas sobre novas tipologias na cidade atual que vem permeando o pensamento dos arquitetos no mundo e aponta fortemente para as conexões públicas como tema de extrema relevância, coerente com outra questão neste caso que é o total reposicionamento dos espaços públicos em face das cidades tradicionais e modernas. Os acessos se dão pelo térreo, porém é possível entrar numa das extremidades do terreno e percorrer distancias enormes pelos programas aéreos, previstos pelas barras como elementos conectores, e sair no outro extremo de forma livre, gerando uma alternativa muito interessante e diversificada para qualificação dos percursos, para aqueles que não desejam andar simplesmente pelo parque, também outra opção.

Fig.95-96 – Esquemas de circulação e velocidades na conjunto projetado. (fonte: Revista El Croquis n. 119)

Fig. 97-98-99 – Corte típico e maquetes gerais. (Fonte: Revista El Croquis n. 119)

Já o **Lynked Hibrid** em Pequim, projeto de Steven Holl, de 2003 e inaugurado em 2009, constitui-se menção importante, pois tem o tema conexões como um dos seus principais argumentos. Cria uma simulação da rua em níveis elevados como alternativa aos habitantes e convidados, assumindo, portanto, um caráter semi-público. Trata-se de um conjunto de oito edifícios com 644 apartamentos com programas públicos no térreo e estacionamento no subsolo mais um edifício de hotel, somando aproximadamente 220.000 metros quadrados. Localizado nas proximidades da antiga muralha de Pequim, é um espaço permeável, convidativo e aberto ao público, propondo-se, conforme explica o arquiteto, ser uma cidade aberta dentro da cidade. No nível do solo – térreo - há um número significativo de passagens abertas ao passeio (percurso) para residentes e visitantes, objetivando promover relações interativas e encontros nos espaços que variam de comercial, residencial e educacional. A idéia de um micro urbanismo (de pequena escala) na base do conjunto é uma das qualidades deste projeto, que enfatiza o tratamento com áreas verdes e paisagismo - além do programa circundante junto às torres – liberando assim o centro do terreno de densa ocupação. Há uma espécie de pequeno parque com um pequeno lago para contemplação / descanso / reflexão, além de lojas, restaurante, hotel, escola Montessori, jardim de infância e cinema, que mantêm ligações com os espaços verdes envolventes. No nível intermediário, sobre a torre menor (hotel) e sobre o conjunto de cinemas, há jardins públicos com espaços verdes em abundância reforçando o caráter edifício/natureza presente no trabalho.

Fig. 100 – Esquema conceitual de análise da evolução morfológica local proposta por este projeto. (Fonte: WWW.stevenholl.com)

A partir do 12º ao 18º pavimento, uma série multifuncional de atividades nas ligações aéreas (pontes aéreas) com piscina, fitness, café, galeria, auditório, salões que ligam as oito torres residenciais com a torre do hotel, oferecendo vistas extraordinárias da cidade. Estes espaços, deixados como usos flexíveis, e que tem em fatores indeterminados do porvir uma variável importante, funciona, segundo o arquiteto, como condensadores sociais, resultando uma experiência especial na vida da cidade para moradores e visitantes. Poços geotérmicos, um total de 655 com profundidade de 100 metros, completam as atrações, criando um sistema de resfriamento sustentável, coerente com os padrões atuais de baixo consumo energético e procedimentos em favor do meio ambiente.

O diagrama apresentado pelo arquiteto (figura 100) talvez seja a imagem mais representativa do que falamos neste trabalho e ao vê-la causou-nos uma identidade forte no sentido de interpretação da arquitetura da cidade a partir das transformações morfológicas. A análise é local e mostra um momento em que a cidade histórica baixa se transforma para a cidade das torres isoladas. A proposta do projeto, revelada no terceiro desenho, tem como base exatamente esta ênfase de discutir ações para a morfologia atual, na medida em que liga (conecta) as torres e mostra isto como resultado de um processo de transformação. A identidade com este pensamento dá a nós a convicção que uma das ações possíveis, e que também expressam uma tendência na atualidade, é relacionada ao tema das conexões, neste caso – lendo pelos diagramas – com forte apelo na paisagem.

Fig. 101 – Planta dos pavimentos de ligação – pontes aéreas – mostrando programa multifuncional (Fonte: Woods, Lebbeus. Steven Holl. Architecture Spoken. _____. Random House, 2009.

Fig. 102-103 – Esquema do sistema geotérmico e foto mostrando os edifícios e suas conexões. (Fonte: WWW.stevenholl.com).

No entanto, também podemos ler como dito anteriormente, uma ação no sentido de discutir alternativas à rua tradicional, na medida em que simula acessos verticais que levam para um sistema de conexões horizontais que poderiam conectar-se novamente ao chão. Falamos em simulação, pois na verdade, apesar de manter o caráter espacial, o entendimento é que o espaço é condominial, o que parece ser confuso nas declarações. Há textos que sugerem um caráter semi-público, ou seja, para qualquer pessoa não pertencente ao condomínio. Esta situação seria melhor, e gostaríamos que assim fosse, visto que espacialmente isto está resolvido. No entanto, como não estivemos lá, e como a inauguração é muito recente, é prudente esperar os resultados para que possamos aferir a validade, num projeto construído, do deslocamento daquilo que seria um espaço semi público, ou mesmo público para níveis distantes do chão urbano. Os edifícios e as passarelas assumem algumas geometrias complexas, como que revelando certa instabilidade e expressando-se coerentemente com a idéia de movimento e velocidade, conforme sugere Morales (2002). Representa enfaticamente as buscas expressivas da arquitetura deste início de milênio nisto (a forma) e em suas qualidades sustentáveis.

Fig. 104 -105- 106- Implantação – Vista Interna à praça – Interior de uma das passarelas. (Fonte: WWW.stevenholl.com)

Finalmente, o projeto de urbanismo de **CANNARY WHARFF** em Docklands talvez tenha sido aquele que mais nos impactou positivamente e reforçou definitivamente acerca da emergência deste tema, pois o visitamos atentamente durante algumas vezes em janeiro de 2008. Constitui-se uma das importantes intervenções do final de década de 1980, à época da Vila Olímpica em Barcelona, co-participando de muitas daquelas discussões conforme descritas anteriormente nos outros projetos. Mas, diferentemente de Barcelona, ou dos projetos de Berlim, foi buscar suas referências na arquitetura típica dos Estados Unidos, reforçando mais uma vez uma tendência de abandono das referências históricas em algumas cidades européias, fenômeno presente fortemente em Londres que, aliás, vem transformando radicalmente sua paisagem e concepções que conservavam a história. É claro que houve um conjunto de investimentos com grande participação de investidores americanos que requeriam um plano diretor, que foi aprovado em 1985. Não deixa, no entanto, de ser um projeto com desenho também conservador, na medida em que resgata comumente nos edifícios uma gramática dos “neos” e do pós modernos americanos, porém avançou na quebra dos paradigmas tradicionais, o que Berlim, quando teve a oportunidade de fazê-lo, não o fez. É claro que a área da qual falamos não conserva o significado que Berlim tinha como missão restaurar, visto tratar-se naquela cidade de uma área historicamente carregada de memórias, antes dos conflitos bélicos, a serem resguardadas e outras apagadas. Certamente, isto é ponto essencial em quaisquer comparações. Em Londres, as intervenções no lado leste fazem parte de um processo de desenvolvimento em áreas que nunca haviam sido significativas naquela cidade do ponto de vista cultural, o que apontou para uma solução totalmente nova e baseada em outros critérios se comparados com certo historicismo vigente à época. Mas não é o que ocorre na City London que passa por um processo de transformação radical dos paradigmas arquitetônicos atualmente.

Com o processo de obsolescência de diversos portos no mundo, em geral pelas dimensões insuficientes, aumento das embarcações e necessidades de equipamentos e instalações mais adequados para o desenvolvimento das atividades gerais e aduaneiras, ocorreu um fenômeno generalizado que foi a substituição de diversos portos por outros mais modernos e conseqüentemente o abandono de estruturas portuárias obsoletas em áreas significativas nas cidades. Temos como referência próxima deste processo o Porto Madero em Buenos Aires. Em Londres isto ocorreu e as modernas instalações foram transferidas para leste do rio Tamisa em direção ao Mar do Norte. Estas grandes áreas portuárias remanescentes vinham sendo objeto de estudo desde a década de 1970 e, em 1981, conforme indica Dal Pian (2005)¹⁰⁴, passaram a ser gerenciadas pela LDDC – London Docklands Development Corporation visando a regeneração e desenvolvimento das mesmas. Estas áreas são várias e se estendem desde a London Bridge, até a região Leste (Beckton e Royal Docks). A área que nos interessa mencionar acerca de nosso estudo, encontra-se na Isle of Dogs. O desenvolvimento desta área foi conferida ao escritório americano SOM, Skidmore Owings and Merrill, que implantou um sistema

¹⁰⁴ Para aprofundar este assunto v. esta dissertação de Mestrado. Dal Pian, Lilian de Almeida – Revitalização de áreas portuárias o caso de Docklands. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2005. P.47

bastante relacionado, como já dito, à arquitetura americana. À maneira das cidades Canadenses, opera um interessante sistema de conexões subterrâneas a partir da estação de metrô Cannary Wharff, esta projetada pelo arquiteto Norman Foster. Na verdade, esta área ao leste de Londres, assim como outras nas proximidades, desenvolveram-se a partir das expansões de infra-estrutura e pode-se arriscar que neste caso esta área é muito dependente desta estação de metrô e dos sistemas de transportes coletivos complementares que contemplam um sistema de trem elevado (DLR – Docklands Light Railway) e onibus. Numa área de aproximadamente 71,10 hectares, tem uma área de projeto de aproximadamente 15.000.000 m², o que assegura uma nova centralidade financeira para Londres, segundo os autores do projeto.

Fig. 107 -108– Implantação – da área de Heron Quay dentro de Cannary Wharf. / Maquete geral da área. (Fonte: WWW.som.com)

São diversos edifícios projetados por diversos arquitetos, o que faz com que seja viabilizado o empreendimento nos termos atuais (neste caso a década de 1990) e resulta em expressões singulares com vocação para representar as empresas que ali se instalam – em geral empresas financeiras – coerentes com a lógica já exposta anteriormente neste trabalho. Mesmo assim, como se pode observar na figura 107 e 108, além do sistema de transportes caracterizados pelo metro (tracejado azul) e pela sua transversal (DLR), há uma certa ordem formal no estabelecimento de um eixo em torno do qual desenvolvem-se as implantações de tais edifícios autônomos

(na paisagem), demarcando um tipo de urbanismo com forte presença da geometria como elemento organizador, de tal forma que podemos perceber a extensão do eixo até o centro do domo do milênio, projeto de Richard Rogers, conforme mostra figura 109. No lugar das quadras há ilhas reais com dimensões suficientes para implantação dos blocos edificadas, seguindo a lógica de bairro sobre as docas e suas águas intersticiais, neste caso, explorando-se o potencial paisagístico inclusive.

Fig. 109 - Implantação – mostrando eixos de transportes pela área e o eixo visual de implantação dos edifícios, interrompido pelo Canada Square, Projeto de Cesar Pelli. (Fonte: Google Earth)

Fig. 110 – Vista geral da área. Fonte: WWW.som.com

Apesar dos edifícios serem autônomos a partir do térreo mantendo certo afastamento, os percursos no térreo são um pouco esvaziados, na medida em que junto a este pavimento há pouca urbanidade, com ênfase na implantação dos vestibulos privados relativos às torres. No entanto o que realmente impressiona é o sistema de urbanidade nos subsolos, com um programa comercial juntando shoppings associados ao metrô na totalidade da área, conforme mostra a figura 110. Os desenhos fotografados no local a partir de um painel de orientação para pedestres mostram, no corte, o conceito do projeto junto à estação do metrô, interligando os edifícios através do centro comercial, criando acessos para os mesmos no subterrâneo, coerente com o frio em boa parte do ano, mas também como forma de conferir urbanidade através da “unificação” dos edifícios autônomos com espaços identificados ao comércio com restaurantes, serviços e outros programas.

Fig. 111 - Implantação – mostrando o programa comercial subterrâneo e corte indicando o conceito de associação daquelas áreas com a estação Canary Wharf. – Fig. 112 Idem. Foto: Painéis fotografados por José Augusto Aly

A planta mostra a ocupação multifuncional onde estas conexões se fazem através de circulações de comércio subterrâneas e acessos controlados aos edifícios que possuem seus controles a partir de uma simples porta (fig. 117) de separação, controlando assim o grau de privacidade das áreas em questão. Para as áreas térreas, destacam-se duas grandes caixas de vidro que são vestíbulos para os subterrâneos com suas escadas rolantes e, de quando em vez, recebem eventos como exposições ou outras atividades.

Fig. 113 – Mostra Ponto de Acesso (caixa de vidro) entre os edifícios conectando o térreo com o subsolo de comércio. Fig. 114 – Idem, neste caso o acesso tem outro design Fig. 115 – mostra a intersecção do VLR com edifício de escritório. (fotos: José Augusto Aly)

Apesar de haver usos mistos na área, prevalece certa vocação mono funcional dada pelo centro financeiro. O centro de compras subterrâneo tem movimento garantido pelo próprio fluxo relacionado aos acessos do metrô, atendendo também aqueles usuários quanto a restaurantes e outros programas complementares. A qualidade dos espaços é reforçada pela presença de entradas de luz que se misturam no térreo aos jardins projetados que são mais usados no verão.

Fig. 116 – 117 Praça e um dos acessos ao centro comercial (exterior e interior) (fonte: WWW.som.com) Fig. 117 – Acesso a um dos edifícios pelo subterrâneo. (foto: José Augusto Aly)

118 – 119 Acessos pelas ruas aos subsolos (interior e exterior). (foto: José Augusto Aly)

O que se percebe neste projeto – assim como nos outros apresentados – é que a rua passa a ter uma alternativa outra, em geral noutra nível, ou mesmo com direções verticais ou diagonais, para associar-se aos edifícios e conferir qualidade aqueles que caminham. É claro que no caso de Londres o clima é um fator importante, porém não se trata somente desta causa. A conferência de unidade, abrigo, controle da escala aliada a diversidade programática no pavimento inferior com livrarias, cafés, restaurantes e lojas, parece ser um dado muito positivo que vai muito além da escolha simplesmente climática. É, de fato, uma organização do território de extremo interesse no sentido em que resgata a urbanidade pelas ligações entre os edifícios e destes com áreas públicas: as conexões que nos interessam.

A apresentação destes projetos objetivam criar um tipo de demonstração por nós defendida, que é, a partir de experiências conceituais – um projeto experimento passando um concurso e chegando até Pequim, Canary Wharff, estas últimas realizadas - verificar e apontar possíveis respostas para a cidade dos edifícios isolados, sem a coesão característica das quadras tradicionais com seus edifícios justapostos. Assim, afirma a tendência do pensamento contemporâneo que busca alternativas espaciais para a resolução de problemas formais e funcionais característicos do tipo de demanda, do tipo de empreendedor e das conquistas tecnológicas que elevam os edifícios e sugerem expressões singulares. Mais do que apresentar estes trabalhos, cujo objetivo nesta tese é encontrar mais pontos de contato entre nossas hipóteses e o universo da arquitetura atual, apostamos que as características propostas pelos empreendedores e arquitetos de associar fluxos de transportes (metro) com novos programas associados aos edifícios (comércio e multiusos), sugere apaziguamento entre a cidade atual e a cidade histórica, apontando soluções alternativas que ao fim das contas são extremamente enriquecedoras.

4 ■ INVESTIGANDO A ARQUITETURA DA CIDADE ATUAL: LUGAR

A idéia de lugar é recorrente no imaginário das discussões teóricas da Arquitetura. Alguns autores escreveram sobre isto e parece-nos relevante entrar no tema por Aldo Rossi que propõe que o locus parece ter papel de grande valor no desenho da cidade, entendendo-o como *aquela relação singular mais universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar*¹⁰⁵. O autor aponta que um determinado sítio era governado por divindades que determinavam assim o espírito do lugar ou *genius loci*. Certamente, ao fazer tal reconhecimento, olhava para algumas tradições anteriores ao cristianismo, não raramente ligadas a agrupamentos primitivos e para culturas clássicas que desenvolviam crenças em divindades múltiplas e que, ao fundar suas cidades e ao construir sobre o território, lançavam estes pressupostos e reconhecimentos ao *genius loci*, ou seja, ao “espírito” daquele lugar. Mas ao longo da história, com o desenvolvimento das ciências e o reconhecimento e absorção das grandes religiões monoteístas – e isto talvez possa ser uma das hipóteses para algumas transformações do conceito - estas noções passariam a deixar – de certo modo – de fazer sentido, ainda que se possa reconhecer a aplicação direta daqueles conceitos a muitos templos e edifícios de outras naturezas programáticas hoje.

Menciona a importância da escolha do lugar para a arquitetura e para as cidades, lembrando acerca do conceito de locus presentes nos tratados clássicos, mas reconhecendo que em alguns arquitetos como Andrea Palladio e Francesco Milizia, as concepções do termo tendem a adquirir, cada vez mais, um sentido topográfico e funcional, ainda que o primeiro destacasse que algumas de suas obras eram imbuídas de certos ruídos do mundo antigo, certos *segredos* que revelam a relação entre a obra e o lugar, mantendo a idéia do *genius loci*, tendo na situação a chave para o entendimento das mesmas, para muito além das questões puramente da arquitetura. E prossegue evocando o arquiteto Francês Viollet-le-Duc que *admite a dificuldade da transposição de uma obra de arquitetura*, fazendo parte desta o lugar com sua singularidade. Portanto, podemos depreender o reconhecimento da responsabilidade da arquitetura de construir esta relação específica com o sítio, objetivando um locus, dotado de qualidades que, para além de resgatar aspectos objetivos da situação local, possa construir uma dinâmica para que esta situação se recrie e se re-invente a partir da nova perspectiva ora lançada com a presença da nova edificação, segundo nossa posição.

¹⁰⁵ Rossi, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1995 (publicada originalmente em 1966). P.147.

Rossi prossegue através da busca e exposição de teorias e definições para desvelar acerca dos significados do lugar nas categorias dos fatos urbanos que expõe ao longo de seu trabalho. Menciona Maximilien Sorre – geógrafo – que aponta a possibilidade de teorizar acerca do fracionamento do espaço, indicando a existência de pontos distintos em meio ao espaço indiferenciado, com características singulares que seriam necessárias à compreensão de determinados fatos urbanos¹⁰⁶. Refere-se também a Maurice Halbwachs –sociólogo francês- que sugere que os lugares “santos” em diversas épocas apresentam várias fisionomias nas quais se confrontam as imagens dos cristãos que as conceberam conforme suas aspirações e necessidades.

Segundo Arantes (1995) há outros que investigam a noção de lugar contrapondo um novo pensar em relação ao sistema moderno de fazer cidade como tabula rasa, tendo a noção de espaço contínuo como um de seus maiores argumentos. Especialmente a exposição de Vitorio Gregotti em seu livro Território da Arquitetura, também dos anos de 1960, busca a noção de lugar simbólico onde, *a arquitetura de alguma forma está sempre implicada na memória coletiva, nos valores de um grupo determinado, inclusive na economia local, de sorte que o lugar se apresenta sempre como algo construído historicamente enquanto decisão de destinação*.¹⁰⁷

Estas noções vão de encontro ao teórico norueguês Christian Norberg-Schulz ligado à fenomenologia da arquitetura, que em seu texto O fenômeno do Lugar, define-o para além de uma localização abstrata, consistindo em coisas concretas *que possuem substância material, forma, textura e cor* e que juntas *determinam uma “qualidade ambiental” que é a essência do lugar* e prossegue destacando que um lugar é definido como um caráter peculiar ou uma atmosfera¹⁰⁸. Há também outros escritos que abordam a diferenciação entre os conceitos de espaço e lugar lidas pelos modernos e das posições da pós modernas frente à arquitetura e a cidade, mencionadas até agora neste trabalho especialmente no tocante à morfologia. Montaner (2001) aponta que *os conceitos de espaço e de lugar, portanto, podem ser diferenciados claramente*, demonstrando-nos que o primeiro, contempla uma noção de infinito, ideal, teórica e genérica, enquanto o segundo se define com um caráter concreto, empírico, existencial, articulado e definido detalhadamente¹⁰⁹. Mostra ainda que, *o espaço moderno baseia-se em medidas, posições e relações sendo quantitativo*; desdobrando-se por geometrias e abstrações, assumindo um caráter *lógico, científico e matemático*, diferenciando-se da noção de lugar que *é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos*.¹¹⁰ Prossegue, dentre outras coisas, destacando aqueles para quem o desafio é a criação do lugar que não existe, referindo-se a Louis Kahn, Oscar Niemeyer ou Roberto Burle Marx e acaba também apontando arquitetos que dissolvem quaisquer relações com o lugar como Peter Eisenman e aqueles que projetam segundo o caos dos fluxos urbanos como Rem Koolhaas, ou teóricos como Ignasi de Solà-Morales que propõe – e observa - novos critérios para uma nova arquitetura para uma metrópole dos fluxos, das redes, das locomoções e da

¹⁰⁶ Idem, p.148.

¹⁰⁷ Apud Arantes, Otilia. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo, Edusp, 1995.p.136

¹⁰⁸ Nesbitt, Kate (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura. São Paulo, Cosac Naify, 2006. P.444-445.

¹⁰⁹ Montaner, Josep Maria. A Modernidade Superada. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001. P.31-32.

¹¹⁰ Neste caso Montaner cita Christian Norberg-Schulz que, em vários de seus textos, desenvolveu a dualidade dos conceitos de espaço e lugar.

velocidade. E, finalmente indica um tema atual que diz respeito aos espaços virtuais que, segundo seus maiores entusiastas, *a conectividade, a tele presença, as ágoras eletrônicas, os organismos cibernéticos e as cidades dos bits*, permitem e apontam para um tempo onde os sistemas de telecomunicações, os contatos incorpóreos, a imaterialidade, a antiespacialidade e a assincronia vão ser as pautas dominantes.¹¹¹

A idéia de lugar, neste caso, passa a ser substituída pela idéia de *cyberspace* ou de uma nova modalidade de lugar, sem as prerrogativas físicas, mas dotado de fatores de agregação e de um caráter dado pelo arbítrio daqueles que fazem parte do sistema. Há certo sentido de isolamento na medida em que ainda há uma ênfase nas relações individuais em detrimento da experiência de sociabilidade. Se por um lado esta modalidade de espaço virtual liberta de alguns códigos sociais tradicionais, exemplificados, não raro, por eventual teatralidade das representações e papéis assumidos por indivíduos no grupo, por outro lado encurta distâncias físicas e psicológicas entre pessoas, mas acaba por perder a riqueza dos espaços públicos e coletivos, possível nas praças de convívio ou nos espaços que dão suporte para o desenvolvimento social. Se esta nova modalidade de relacionamento entre pessoas é coerente com nossa época, caracterizada por um individualismo exacerbado baseado nas inseguranças das grandes metrópoles, no grande avanço tecnológico, na velocidade das ações e das locomoções, bem como na presença quase integral do mundo do trabalho - em transformação contínua - no cotidiano, parece-nos que – segundo também nos aponta o autor referindo-se a outros críticos desta nova modalidade - *pelo contrário, a sociabilidade, os costumes comunitários o contato humano, a espacialidade física*¹¹², são atributos ainda – e talvez durante muito tempo – necessários ao conforto psicológico e realização do indivíduo e do coletivo na cidade enquanto expressão física da sociedade e seus agentes.

Mas parece-nos ainda que o sentido do espaço – segundo nossa posição agora se reafirmando como noção de lugar – não se resolve apenas com a presença do espaço físico, mas em fatos agregadores que definem o caráter da convergência e sociabilidade das pessoas. É o que acontece em palestras, espetáculos, cultos religiosos e eventos diversos capazes de aglutinar e dar sentido ao desenvolvimento social e das relações interpessoais. Se um grupo de pessoas frequenta uma comunidade religiosa, há algo que as une naquele espaço-tempo que são as celebrações e seus conteúdos teológicos. A partir do reconhecimento que há algo em comum entre aqueles indivíduos – as mesmas crenças - abre-se espaço para a identificação e, por conseguinte, relacionamentos aprofundados. Isto ocorre em todos os lugares onde há um sentido identificado, para muito além dos atributos físicos somente. Portanto, a realidade que nos parece mais plausível é que, trazendo à luz estas noções, a idéia de lugar vai muito além das simples estruturas materiais e concretas que o configuram, caminhando no sentido de construir através delas um encadeamento de significados que somados aos espaços exteriores vinculados a urbe propõem e suportam novos significados, para além do caráter simbólico dado pelas definições relativas à arquitetura enquanto forma, textura e cor para colocar em discussão (instabilidade) aquilo que já foi dito pelos críticos pós modernos. Neste

¹¹¹ Idem. P-49. Sobre este tema, lembramos do filme canadense de 1995–“*Denise está chamando*”, onde de forma paródica um grupo de jovens, diante da nova realidade que estava apresentando-se naquela época – internet, celulares, reengenharias no mundo do trabalho e novas mídias – construía diversas histórias relacionais, das mais variadas naturezas – profissionais, amizades, relacionamentos amorosos – sem nunca terem se visto.

¹¹² Ibidem. P-49

sentido talvez devamos buscar na própria tradição moderna que atribui valor ao espaço indiferenciado, mas identifica significado de um certo edifício ou praça por fatores de agregação relacionados aos usos, escalas e relação com a geografia – muitas vezes em oposição a história e memória. A forma não necessariamente tem apelo simbólico, mas liberta-se para desenvolver-se conforme outras conveniências (técnica, linguagem, escala etc.). Mas isto é relativo, pois a presença de elementos arquitetônicos que simbolizam certos usos e fatores de agregação pode ser conveniente em muitas situações, porém não irá fazer sentido sem a efetiva efervescência social contida naquele lugar.

Um lugar pode possuir uma atmosfera específica e peculiar resultante das relações entre o edifício e o território, com caráter simbólico ou não. A construção destes significados definem – temos por hipótese – um dos sentidos do fazer arquitetônico na cidade atual, especialmente em áreas que tem fortes demandas públicas, de natureza privada ou não. Daí, apontamos que fazer arquitetura na cidade atual contempla a construção desta dinâmica entre as pré – existências e as novas relações a partir das propostas concretas. Mesmo não havendo relevância das preexistências construídas pela cultura, nos parece possível a construção de um lugar, na medida em que a escolha adequada de um programa, as relações de disposição deste programa frente a um sistema de acessos ou fluxos urbanos e as configurações simbólicas (ou não) e funcionais, expostas de forma sintonizada com as demandas de um determinado grupo, são condições que podem estabelecer um caráter, um sentido, resultando em convergência de pessoas e ao estabelecimento de atividades sociais e culturais relevantes.

Uma cidade ou um bairro novo podem ter como um de seus objetivos a construção de novos lugares e esta condição seria dotada de significados – não necessariamente da memória ou dos rumores do mundo antigo com sugeriu Palladio – mas da capacidade que estes lócus possam ter de atrair e tornar-se suporte para relações sociais e culturais no tempo em que se insere. Assim, pensamos o lugar como um ponto “radioso”, um nó distinto do espaço indiferenciado, radiando características de várias naturezas (psicológicas, emocionais, ideológicas, culturais, religiosas etc.) e que por definição são facilitadoras da convergência de pessoas e das atividades sociais e culturais. Podem assumir uma relevância na cidade capaz de identificá-los e de gerar processos de vitalidade e de re-qualificação. Podem inserir-se na classificação apontada nas páginas anteriores por Solà Morales, como pontos de mutação ou como estratégias para o desenvolvimento de “metástases benignas”, termo também muito usado por aquele autor. Tem a ver com a idéia de atividades, eventos e significados e interessa-nos aquelas que têm vocação à presença de pessoas ou grupos sociais revelando um caráter público ou coletivo por excelência.

Pensar a sucessão de lugares pode confirmar uma estratégia de recuperação de nossas cidades. A rua, as praças e os elementos conectores entram neste cenário de relacionamento com os edifícios para o êxito da construção de um lugar. A rua é parte de um sistema de circulação, mas também pode ser a base para desenvolvimento da cultura através dos programas que abriga em pontos ao longo de seu desenvolvimento. As praças, por sua vez, que já encontram significado nos símbolos que encerram monumentos, agora, talvez, encontram-no com muito mais ênfase na arquitetura que a cerca para o estabelecimento dos programas

estratégicos e facilitadores da vida urbana. Isto pode nos reportar à definição do conceito de *recintos urbanos*, coerentes com a interioridade e cercamento desenvolvida por Norberg-Schulz¹¹³ acerca de lugar: ponto concreto cuja tônica, aponta para um significado, uma espécie de clima ou atmosfera específica.

Finalmente a associação com os elementos conectores alternativos à rua – circulações, ruas verticais, subterrâneas, elevadas ou com espaços públicos como sistemas de transportes podem fazer destes lugares pontos ou nós que, ao constituírem como programas atraentes e com vitalidade se demonstram como resposta possível a uma cidade fragmentada e desconexa, conforme nossa hipótese que ora se ajusta como tese.

Muitos projetos poderiam ser mencionados para analisá-la o potencial agregador e o papel urbano que a arquitetura pode desempenhar na cidade atual. O MACBA em Barcelona, o Centro George Pompidou em Paris e tantos outros como as lojas âncoras de comércio em centros comerciais ou em ruas, como é o caso do Shopping Center Cultural Ática (atual FNAC) que a ser construído estabeleceu, pela grande transparência e um programa atrativo, a convergência social deflagrando um processo de melhorias gerais nas proximidades.

Porém, da mesma forma que fizemos sobre o tema *CONEXÕES*, faremos uma análise de alguns projetos nossos, parte de um acervo profissional que tem sido construído concentrando esforços no sentido contribuir para melhorias na vida urbana através da arquitetura, especialmente as obras públicas ou semi- públicas.

Os projetos são três: dois deles são construídos na cidade de São Caetano do Sul e que tiveram como objetivo principal restaurar duas áreas relativamente degradadas com potencial de uso público bastante acentuado. O outro é um concurso de 2004 para habitações de interesse social, não construído. Porém pode dar afirma-se como possibilidade, através do aproveitamento de uma oportunidade dada pela demanda da COHAB à época, de discutir a relevância do edifício na urbe agora num lote com dimensões extensas aproximando-se da escala do quarteirão. Isto fez com que pudéssemos além prever grande área para eventos e outras relações comunitárias (que seriam definidas pelo porvir), ensaiar uma cidade diferente daquela que esta tese reconhece como predominante: a cidade dos edifícios isolados. Na escala da quadra foi possível prever certa unidade e ordem mesmo dentro da complexidade programática e funcional dada pelo programa. Veremos adiante.

¹¹³ Nesbitt, Kate (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura. São Paulo, Cosac Naify, 2006. P.448.

Centro Digital e Biblioteca

Apresentamos um projeto recente, extraído de nossa experiência profissional¹¹⁴. Trata-se do Centro Digital do Ensino Fundamental, trabalho realizado em São Caetano do Sul na grande São Paulo, inaugurado em junho de 2008.

Possui uma estratégia de implantação que objetiva a construção de um lugar significativo na cidade. Em nossa dissertação de mestrado reservamos uma parte para o ensaio de alguns projetos cuja finalidade seria trazer para o plano do experimento – ensaio, algumas hipóteses para a construção de sentido de urbanidade em alguns edifícios e a verificação do seu papel na cidade, para além de abrigar programas específicos. Tratava-se de discutir a abrangência dos mesmos para requalificação de espaços e para a construção de áreas com significado coletivo e orientadas para a renovação. Este trabalho, em tese, possui este sentido.

Pensar em intervir em praças não é uma prática generalizável em contextos urbanos como os nossos, onde a falta de espaços públicos e a competição entre interesses privados ganham dimensões que ofuscam, muitas vezes, as condições justas de cidadania. Mas a grande motivação foi responder a um problema genérico, importante nos processos de renovação urbana: O projeto de equipamentos culturais em praças públicas, onde o desafio foi pensar na qualidade espacial resultante, no caráter democrático e urbano e, finalmente, nas possibilidades de gestão. Não se trata exatamente de um projeto para a Praça São Caetano di Thiene, mas sim de um ensaio, naquele sítio, de um tipo de implantação; uma estratégia que poderia ser discutida em várias praças, especialmente em áreas centrais. Uma referência no mundo contemporâneo relativa à nossa pesquisa quanto à estratégia de implantação é o projeto SCHOUWBURGPLEIN na cidade de Rotterdam, menos pela qualidade das intervenções na praça propriamente dita, - com seus pisos em chapas metálicas e madeira e postes interativos agindo como esculturas em movimento - mas pela relação do edifício dos cinemas com a área vazia. O resultado caracterizado pelo uso de extrema vitalidade e dinâmica ao longo do dia e da noite na praça, pareceu-nos muito relacionado ao programa que confere uso a mesma, definido pela edificação – cinema.

Praças associadas a edifícios sempre foram consagradas pelo próprio uso e qualidade daqueles: no Brasil as fundações das cidades estiveram ligadas ao templo Igreja que carrega consigo as áreas de comunhão e convívio pós-celebrações religiosas. Já na primeira República as escolas passam a assumir tais posições relevantes na configuração urbana EDIFÍCIO / PRAÇA e assumem um papel de uso importante que acaba por dar sentido à praça como lugar de relacionamentos entre pessoas, às vezes manifestações culturais e atividades cotidianas. Os edifícios institucionais também conferem usos às praças reforçando seu caráter cívico relacionado a manifestações políticas, festas e eventos importantes na construção de identidade de uma cidade.

¹¹⁴ Autor do Projeto de reforma e ampliação: Arquiteto José Augusto Aly – equipe: Angelika Babuke, Fernanda Amaro, Camila Moreno, Fernando Rodrigues. Área aproximada: 3500m2. Ano de projeto: 2006/2007. Inauguração: 2008.

Fig. 120 – Avenida Goiás e o projeto em destaque. (fonte: Google Earth + arquivos José Augusto Aly)

Em nosso caso, a idéia foi propor um conjunto cultural que iria contribuir para qualificar amplamente aquele local, fato que poderá ser aferido após sua implantação. Partimos de uma intervenção em alguns edifícios existentes – Teatro Santos Dumont, Pinacoteca e Fundação PRÓ-MEMÓRIA. O Centro Digital surgiu a partir de uma leitura da Praça São Caetano de Thiene à mesma época, quando propusemos – ao sermos consultados sobre como requalificar aquela praça – uma biblioteca apenas. O projeto propunha uma ligação com aquele conjunto cultural formado pelo TEATRO SANTOS DUMONT, PINACOTECA e FUNDAÇÃO PRÓ MEMÓRIA na face diagonal oposta em relação à Praça São Caetano Di Thiene tendo a AVENIDA GOIÁS como eixo a ser transposto. Propomos uma conexão subterrânea entre os dois programas (a Praça di Thiene e o Teatro Santos Dumont e outros) e uma padronização na LINGUAGEM ARQUITETÔNICA, além de operações de reforma nos edifícios existentes.

Fig. 121 – Esquema do conjunto conectando dois “lugares” na cidade (fonte: José Augusto Aly)

Fig.122 - Mostra intervenção na Praça Di Thiene e desenho do Conjunto Cultural a Reformar (fonte: José Augusto Aly)

A conexão-travessia subterrânea foi descartada logo no início do processo por problemas de infra-estrutura sob a Avenida Goiás e, portanto, custos. No entanto a idéia de construir uma identidade conjunta entre a biblioteca e a praça cultural no lado oposto da Avenida Goiás foi mantida. O projeto do conjunto cultural formado pelo Teatro, Pinacoteca e Fundação Pró-memória por nós apresentado sofreu algumas alterações imprevistas, o que nos fez excluí-lo desta apresentação.

Para falar especificamente do Centro digital, devemos descrever alguns aspectos da Praça São Caetano Di Thiene, na qual foi implantado.

Nossa percepção daquela praça, no estado em que se encontrava, resultante de terreno desocupado e depositária de entulhos oriundos da ampliação da Avenida Goiás, foi que a mesma, apesar de trazer um potencial de área verde para a cidade, estava em péssimas condições de uso e conservação.

Mal conservada pela falta de cuidados, a praça ainda continha algum tipo de atividade que pareceu-nos significativo: brinquedos atraíam crianças para uso durante a semana em alguns horários. Mas, cercada como estava, parecia mais um equipamento municipal do que uma praça com suas dimensões públicas preservadas. Era como um centro de lazer configurado como um edifício com guarita, porém em péssimo estado.

Consideramos estas características que já faziam parte do cotidiano local, atendendo também pessoas que praticavam seus exercícios matinais e passeios com animais de estimação, além de babás com pequenas crianças e jovens brincando descompromissadamente.

Este caráter, apesar de insuficiente para manter a qualidade da praça, pareceu-nos relevante e o consideramos na construção de nossa proposta.

Fig. 123-124-125 – Praça e seus usos (foto do autor). Percebe-se o mau estado de conservação e pouca utilização, além de estar à época isolada por grades. (foto: José Augusto Aly)

Prevalecia, no entanto, certo abandono durante a maior parte do dia e este era um dos problemas detectados que contribuíam para a degradação da praça, como já dito, com grade e portaria. Entendemos e propomos que, para a recuperação e transformação da mesma em um lugar com significado na cidade, era imperativa a associação de um programa com vocação pública e cultural.

A percepção que tivemos é que um espaço vazio não necessariamente configura uma praça, mas, principalmente, os usos em sua volta darão significado, identidade e possibilidade para o desenvolvimento efetivo de uma vida urbana e com isto qualidade e eficiência que justifica sua existência. O uso cultural, por seu potencial de agregação de pessoas foi nossa escolha para a afirmação de uma estratégia de construção daquele novo lugar.

Tentamos responder a um problema genérico, importante nos processos de renovação urbana, conforme apontado nas linhas anteriores: o projeto de equipamentos culturais em áreas públicas onde, através da implantação do edifício possa-se “disparar” um processo de renovação e revitalização, ou seja, a criação de um “lugar” com nova identidade e caráter, dados pelo uso e pela forma como o edifício se apropria do território.

Trata-se de um programa que prevê BIBLIOTECA convencional e eletrônica, tele centro e cursos de informática, administrados pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Pelo gerenciamento de verbas, o edifício que seria vinculado inicialmente à secretaria da cultura, passou a ser gerido pela secretaria da educação ligando-o ao ensino fundamental, o que ocasionou algumas adaptações programáticas. Surgiu, como mencionado, a partir de uma percepção sobre a Praça São Caetano di Thiene e a necessidade de se propor um programa para seu efetivo funcionamento e vitalidade: um local por nós denominado “praça-equipamento” em lugar da simples “praça - pequeno parque” por seu caráter utilitário consolidado, com seu paisagismo orgânico, usada, também, para caminhadas dos moradores das proximidades.

A ocupação da testada principal da praça através de uma “barra” de 85 x 12,5 metros, grande parte em pilotis, serviria como porta entre a cidade e a praça e define uma área com dimensões públicas mais evidentes, associadas ao edifício através de um café disposto no pavimento térreo. Um rebaixamento de aproximadamente 3,5m em dois níveis propõe uma pequena praça rebaixada, tratada com espelho d’água que dá suporte a um volume de formas irregulares, como um “monólito flutuante”, algo paradoxal, que conclui a composição gerando diversos espaços e visuais inesperadas, como “episódios” locais.

Neste subsolo encontra-se o centro de inclusão e cursos de informática. O teto deste volume, tratado com espelho de água também, é um novo recinto exterior, uma pequena praça, ligado à topografia por uma ponte e uma rampa. Compõe um terceiro lugar para contemplação e pequenos eventos como apresentações de música ao vivo, projeções e outros. Uma grande lâmina em aço e alumínio, além de proteger um terraço no 2º pavimento do edifício, estende-se e protege os eventuais usuários desta pequena praça, criando um potencial de uso para um pequeno palco.

A estrutura feita em concreto armado moldado in loco sustenta a barra longitudinal (biblioteca convencional e eletrônica) em módulos de 12,5 X 6,25 metros gerando balanços de aproximadamente 3, 125 metros e a sensação de um volume suspenso sob um pórtico arquitetônico, visto que nas extremidades encontram-se as áreas de circulação vertical, sanitários e shafts. Um volume distinto sob o mesmo pórtico define as áreas de tele centro e um terraço associado à biblioteca eletrônica, protegido parcialmente por aquela mencionada cobertura em aço e alumínio.

A cobertura, técnica, abriga todo o sistema de ar condicionado e outras especificidades prevendo um acesso para serviços com 1,70 metros de altura ao longo da edificação no sentido longitudinal.

O encontro destes volumes com a topografia gera uma série de taludes e um grande arrimo que define a praça rebaixada, também em concreto armado. Elementos de ligação (passarelas), peitoris em aço, brises em alumínio e grandes áreas vítreas definem a transparência objetivando facilitar a comunicação das atividades e a convergência de pessoas ao conjunto.

Fig. 126 - Estudos volumétricos e relativos ao contexto urbano.

Fig. 127 – Implantação (pavimento térreo) mostra a praça de chegada pela Avenida Goiás, praça rebaixada e praça sobre volume da escola de informática (chegada pela Rua Osvaldo Cruz) – Fonte: José Augusto Aly.

Fig. 128 – 134 – Plantas dos pavimentos, Cortes Longitudinal e Transversal, Elevações Norte e Sul.

Fig. 128 Planta do Subsolo. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 129 Planta do primeiro pavimento. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 130 Plantas do Mezanino. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 131 Corte transversal – Praça São Caetano Di Thiene/ praça rebaixada / Avenida Goiás. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 132 Corte longitudinal. (Fonte: José Augusto Aly)

0 1 2 10
ELEVAÇÃO 1

Fig. 133 Elevação Norte (vista da Avenida Goiás). (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 134 Elevação Sul (vista da Praça São Caetano Di Thiene). (Fonte: José Augusto Aly)

Quanto à forma urbana, neste caso, por se tratar de um terreno de dimensões significativas, com uma das faces junto a Avenida Goiás da ordem de 100 metros, pudemos ensaiar uma condição morfológica que definisse claramente a testada da Rua, nos moldes de uma implantação que tem no traçado um referencial importante. No tocante à implantação reconhecemos as seguintes referências como importantes neste projeto: os aspectos exteriores, programáticos, a articulação interna dos espaços e a conectividade com o contexto, através das transições entre áreas públicas e privativas.

Mas o traçado parecia-nos muito importante neste caso. Como o projeto se dispõe paralelamente em relação a este traçado, tem a ver com a idéia de forma compacta da cidade e a não dispersão de seus elementos. Neste caso – e em muitos outros relativos à paisagem urbana – entendemos que o edifício possa ser acomodado ou adaptado ao traçado na busca de uma relação com outros edifícios no entorno através da base geométrica dada pela malha viária. Preferimos isto ao invés da opção pela total singularidade do objeto, possível neste tipo de trabalho. Assim, com uma implantação paralela ao eixo viário principal dado pela Avenida Goiás, entendíamos que a arquitetura pudesse definir com clareza a testada da via, buscando, portanto, uma paisagem organizada nestes princípios. Isto parecia-nos um critério para conseguir contribuir positivamente na construção daquela nova imagem ao longo do eixo da Avenida Goiás.

Fig. 135 – 136 Vista da Avenida Goiás e da Rua Osvaldo Cruz. (foto: Nelson Kon)

O conjunto edifício praça passou pelo processo de construção e em junho de 2008 foi inaugurado sob intenso apelo político da representação executiva municipal. Pudemos perceber que na inauguração uma quantidade muito grande de pessoas ali se fez presente. Aguardavam com grande expectativa a nova praça e seu conjunto arquitetônico. As relações entre a praça-parque e a praça de eventos relacionada ao edifício foram bastante testadas neste dia. Uma grande parte da população transitou facilmente por estes espaços e pudemos perceber através de uma série de fotos documentadas este transito livre e a permeabilidade tanto da praça para a avenida, quando da praça para com o edifício, este adquirindo, agora, grande significado na composição de um novo espaço público.

Fig. 137-138-139 Destaque para as praças em níveis distintos e espaços intersticiais – volume inferior / espelho d' água / muro de arrimo. (foto: Nelson Kon)

Concluído o processo, tudo nos leva a crer que a construção deste edifício, para além dos problemas de ajustes programáticos ao longo do processo e dos problemas por se tratar de uma obra pública, especialmente aqueles relativos à construção, cumprirá os objetivos traçados inicialmente.

Aliás, cabe o registro de que tivemos que expor o projeto em uma audiência pública, devido a manifestações de grupos de pessoas que se opunham a remoção de menos de uma dezena de árvores que foram replantadas na parte posterior da praça. Ao superarmos esta experiência – que pareceu-nos rica do ponto de vista democrático – e convencermos claramente a população ali presente através de uma exposição que referenciava as condições acima expostas da praça e nossa proposta com a convicção dos resultados, referendamos um processo que chegou à esfera jurídica, mas que foi legitimado a partir de então.

Fig. 140-141 Foto na data da inauguração em 2008. (foto: José Augusto Aly)

O conjunto edifício-praça constrói um lugar com significado cultural na cidade e a hipótese lançada inicialmente de que naquele local a presença de um programa seria de intensa validade para recuperar uma área degradada, relativamente abandonada e trazer de volta para a cidade um espaço agregador de pessoas, poderá ser verificada. A preservação da praça como parte de um sistema de lazer e ao mesmo tempo área associada ao edifício tendo modulações tênues em seu caráter no espaço, parece-nos um fator de atração também. Resta-nos também agora, atentar-nos ao tipo de gestão que será desenvolvida pelos novos usuários do edifício e os esforços do poder público no sentido de fazê-lo funcionar objetivando o êxito quanto ao cumprimento dos objetivos de tornar-se um ponto de atração de pessoas e atividades neste novo lugar. A associação às redes de transportes de massas também seria muito conveniente neste caso, especialmente tratando-se de metrô. Porém aquela cidade não utiliza este tipo de transporte, restringindo-se aos ônibus e taxis, que ocupam expressivamente aquela avenida. Caberá agora observarmos ao longo do tempo a manutenção do sentido inicial empregado neste projeto.

Camara Municipal De São Caetano Do Sul

Outro projeto que suscita discussões acerca do *lugar* é a Re-qualificação e ampliação da Câmara Municipal de São Caetano do Sul. Grande número de edifícios públicos no Brasil são expressões derivadas da arquitetura Moderna. Este é um caso em que tivemos a oportunidade de intervir¹¹⁵ no ano de 2005, o qual sediava a Câmara Municipal de São Caetano do Sul.

Projetado pelo arquiteto Zenon Lotufo, este edifício foi pensado para o PAÇO MUNICIPAL da cidade e expressa muito do ideário corrente à época de sua construção, cujo projeto iniciou-se em 1959 e teve a obra inaugurada em 1961¹¹⁶.

O projeto original caracterizava-se por forte racionalismo construtivo, com sua estrutura à mostra, brises móveis em cimento amianto em forma de placas curvas, mas que já não funcionavam como tal. Percebia-se também um forte rigor formal, pensado como um monólito com aberturas dos ambientes de permanência prolongada para a face norte e face sul, organizado internamente por um corredor central. Na verdade um bloco único de 56 x 18 metros aproximadamente, modulado com vãos estruturais transversais com aproximadamente 7 metros, organizados em quatro linhas longitudinais. Uma na fachada Norte e outra na fachada Sul e outras duas linhas internas, distanciadas aproximadamente 7,25 metros uma da outra e 5,1 metros (medidas aproximadas entre eixos das linhas dos pilares) de uma e de outra respectivamente até as linhas externas das faces norte e face sul. Um núcleo rígido excêntrico em relação à longitudinal, localizado a esquerda de quem olha o edifício a partir da Avenida Goiás com duas escadas fora das normas atuais de segurança, um elevador monta-carga e quatro elevadores em péssimo estado de conservação, compunha o espaço para distribuição vertical da circulação quando tivemos acesso ao edifício.

Pelas informações que dispúnhamos da Prefeitura de São Caetano do Sul – aliás, poucas¹¹⁷ - tivemos alguma dificuldade para entender a história geral do conjunto, a não ser por comunicação oral de alguns antigos conhecedores da cidade, porém sem um grau satisfatório de precisão e por isso não totalmente confiáveis. A partir da documentação fornecida pela fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, pudemos perceber algumas fases no projeto. A primeira pode ser percebida por foto de uma maquete que mostra um conjunto formado pelo Paço Municipal (poder executivo) e um bloco anterior, junto a Avenida Goiás, formado pela Câmara, o Fórum e uma biblioteca pública.

Esta parte anterior (junto a Avenida Goiás) não foi executada e, aliás, percebe-se que o terreno hoje foi bastante diminuído devido à ampliação da largura da Avenida Goiás, o que ocorreu após a inauguração do bloco posterior, fato atestado por fotos.

¹¹⁵ Autor do Projeto de reforma e ampliação: Arquiteto José Augusto Aly – equipe: Erika Dadário, Natália Leardini, Glaucia Okama, Cecília Salvagnani. Ano de projeto: 2006/2007. Inauguração: 2009.

¹¹⁶ *Jornal Raízes*, julho de 2000. Fonte: fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

¹¹⁷ Não encontramos nenhuma publicação acerca deste projeto, a não ser o jornal Raízes já citado e disponibilizado para nós em 2008, quando as obras já estavam em estado avançado. As poucas plantas também fornecidas não continham o carimbo do arquiteto, mas eram plantas feitas posteriormente a partir de levantamentos in loco.

Fig. 142 – Avenida Goiás e o projeto em destaque, ainda em obras. (fonte: Google Earth + arquivos José Augusto Aly)

Se, como já dito anteriormente, a praça associada aos edifícios cumpriu – e ainda o faz – um papel de extrema importância à frente de Igrejas, especialmente na tradição européia trazida ao Brasil, expressas claramente nas fundações das cidades pelos Jesuítas e outras ordens católicas, na primeira República (1889) estas praças estiveram associadas comumente aos edifícios escolares principalmente e nos tempos modernos – pensando no período dos anos de 1920 a 1970 aproximadamente – estiveram associadas aos edifícios institucionais dos poderes democráticos constituídos. Estes espaços, não raro, destinados às atividades cívicas são recorrentes no repertório dos arquitetos, especialmente os arquitetos brasileiros que por ideologia ou por incidência numérica de trabalhos desta natureza, elaboraram verdadeiros tratados sobre o modo de agir social atrelado aos edifícios públicos. Lucio Costa, ao descrever o plano para Brasília expõe: *destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar para contê-los... em cada ângulo desta praça – Praça dos três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no Vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local...ao longo desta esplanada – o Mall, dos ingleses - , extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias*¹¹⁸. Neste caso as idéias de praça e esplanada confundem-se em prol de um suporte para eventos de natureza cívica e política. O próprio Oscar Niemeyer revela com grande êxtase o prazer que tem ao fazer projetos de natureza política, como o Memorial da América Latina em São Paulo. *Poucos temas me deram tanta alegria ao projetá-los como o Memorial da América Latina. Primeiro, pelo sentido político que se apresentava. Reunir os povos deste continente para juntos discutirem seus problemas, trocando experiências, lutando pelos direitos desta América Latina tão explorada e ofendida*¹¹⁹. Nestas palavras, apesar do tema da praça não surgir diretamente, surge o espaço de suporte para o *espetáculo arquitetural* (como ele mesmo define), como elemento de ligação, ao mesmo tempo, lugar para as manifestações e para as festas cívicas ali desejadas pelo arquiteto. Outras falas além desta, expressam o apreço por este tipo de espaço, claramente – como reforçam as palavras – associados aos ideais modernos por excelência: pensar um mundo justo e coletivo, capaz, através de uma ideologia que tem o estado como principal protagonista, de expressar no espaço, através de arquiteturas e cidades, o caráter daqueles ideais: grandes áreas verdes, grandes esplanadas, natureza permeando os edifícios libertos das justaposições vizinhas e das ruas – corredores, estas últimas tão criticadas por Le Corbusier. É fato que nestes conjuntos cívicos, as áreas verdes não comparecem, dando lugar às praças secas para concentração da grande população que, supostamente, desempenharia um papel de agente de pressão para as decisões do estado. Também eventos de diversas naturezas estariam previstos nestes locais, como festas, exposições e outros eventos cívicos.

¹¹⁸ Lúcio Costa. Relatório do Plano Piloto

¹¹⁹ Niemeyer, Oscar in Catálogo de inauguração do Memorial da América Latina. São Paulo, Empresa das Artes, 1990. P.12.

A razão é o ponto central e define o caminho dos homens, distinguindo-o do caminho das mulas, conforme expressão radical de Le Corbusier fortemente às críticas enunciadas por Camilo Sitte e Camille Martin em defesa da cidade pitoresca, das praças tradicionais européias¹²⁰ e das ruas curvas. Este pensamento traduz, de certo modo, o espírito moderno que se irradia para os desenhos dos espaços públicos.

Parece ser o pensamento do arquiteto Helio Piñón quando destaca a relação do edifício com o lugar. Ao falar acerca do debate já exposto nesta tese em várias das linhas precedentes entre cidade moderna e tradicional, destaca que *numa ostentação de anacronismo, projetam-se sobre a cidade moderna os valores de continuidade ou coerência que determinam, no melhor dos casos, os valores da cidade tradicional, são postos em evidência, por um lado, o desconhecimento do fundamento formal da modernidade e, por outro lado, a incapacidade para imaginar uma cidade diferente dos arquétipos históricos mais fotogênicos. O edifício moderno tem um limite administrativo que não costuma coincidir com seus confins espaciais: na realidade, as relações que o definem somente se esgotam onde a mirada já não alcança. Portanto, o edifício moderno, mais que um objeto delimitado e concluído, é um episódio urbano, por definição, seja porque o edifício é proposto como um universo peculiar que assume o entorno mediante sua posição – Le Corbusier – seja porque a própria arquitetura é concebida como um modo de habitar o mundo, sem outras barreiras que as determinam a proteção e o controle climático – Mies Van Der Rohe. A arquitetura moderna altera a ênfase do ideal classicista de coerência – entendida como harmonia –, que induz à continuidade, para o de consistência formal – que inclui a oposição e o contraste – o qual propicia a diferença. A noção convencional de forma, vinculada à idéia de arquétipo sancionado pela história, é substituída na arquitetura moderna pela de estrutura implícita que o sujeito tem que reconhecer. Não basta, pois, identificar continuidade; é necessário perceber relações por meio de juízos visuais irredutíveis à mirada comum*¹²¹.

Ora, mas se toda a crítica sobre a ação moderna no espaço, para nós, não deve ser aceita integralmente, nem por isso rejeitamos os modelos previstos pelo desenho, as razões geométricas, as ordenações propostas pela arquitetura tradicional, bem como a idéia de justaposições morfológicas e das praças associadas aos usos cotidianos como elemento importante na constituição da vida coletiva. Porém há indicações em favor das conquistas modernas, especialmente quando se trata da construção de edifícios mais bem iluminados, com menos adensamento horizontal e, portanto áreas livres para desfrute das pessoas, além das novas linguagens advindas de novas técnicas e de novos desejos para a sociedade e de expressão. Não se pode, no entanto, deixar de reconhecer certa dispersão quando se trata de analisar as praças cívicas modernas, ou pelo menos, ao trazê-las para nosso tempo, é sugestiva certa revisão dos paradigmas acerca das questões cívicas, seja pelo papel do estado na vida das pessoas, sejam pelos meios de comunicação e relação entre grupos organizados para com o estado. Sendo assim, é de se pensar como

¹²⁰ Neste caso ver: Le Corbusier, Urbanismo. São Paulo, Martins Fontes, 2000. E Sitte, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo. Editora Ática, 1992.

¹²¹ Piñón, Helio. Teoria do Projeto. Tradução Edson Mahfuz. Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2006.

preservar criticamente alguns conceitos sem, no entanto, deixar de buscar resoluções para questões como estas, ligadas à vida cívica, porém adaptadas ao mundo atual, com suas generalidades, suas especificidades que apontam para mudanças frente à forma moderna de conceber os espaços públicos.

Estabelecidas estas considerações, retomamos o problema da praça cívica no projeto da Câmara Municipal de São Caetano do Sul. O objetivo foi agir num projeto de essência moderna, porém lido na cidade contemporânea, fazendo as transformações necessárias sejam pelas demandas concretas ou pelos aspectos filosóficos que esclareçam novas percepções para o espaço.

Fig.143 – Maquete mostrando a implantação do edifício executado do PAÇO MUNICIPAL (que depois deu lugar a Câmara Municipal) e outra edificação anterior em relação a Avenida Goiás(não executada) para a Câmara e Fórum. Percebe-se que as dimensões do terreno são muito maiores do que as atuais, diminuídas por conta do alargamento da Avenida Goiás. (Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul).

Fig.144 – Paço Municipal de São Caetano do Sul, localizado na Av. Goiás nº 600. Vemos o prédio da Prefeitura onde está instalada também a Câmara Municipal e um Obelisco no centro do pátio e uma Concha Acústica. É possível perceber que nesta época (1962 – data da foto), que a Avenida Goiás ainda não existia como é hoje. Ao ser alargada houve uma perda substantiva do terreno que havia dado lugar a maquete da foto anterior. (Fonte: Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul).

A praça, conforme mostram as fotos, teve duas configurações distintas. A primeira, antes do alargamento da Avenida Goiás, um espaço de grandes proporções que apesar de ter sido uma grande praça com concha acústica e obelisco, já se percebia o uso por automóveis, o que não parece ter sido parte da intencionalidade conceptiva. Aliás, fica claro pela maquete apresentada que não. Mas o que as fotos revelam, é que há um eixo de circulação entre o vazio da praça e o edifício, enquanto que nestas condições, se isola efetivamente do mesmo – separada pelos automóveis – e recebe um obelisco que tende a associá-la – a praça - ao edifício pela composição que tal elemento faz com o mesmo. Esta praça dispunha-se como uma ilha com pisos ora permeáveis ora não onde o símbolo – não sabemos muito bem se representa algo e o quê – assume um papel central. Dada sua escala percebida também pelas imagens, teria uma vocação para ser ponta de um eixo, ou um ponto de fuga de uma grande perspectiva, o que de fato não acontece se analisarmos atentamente uma foto aérea local. Talvez um pequeno segmento de reta oriundo de um desvio da Avenida Goiás, apontasse para o mesmo, mas não é possível ter certeza e mesmo que haja uma intencionalidade nisto não configura um eixo importante, à escala do símbolo na praça.

Fig. 145 Edifício e Praça nas condições encontradas por nós em 2005 antes de nossa proposta. (Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul).

A segunda configuração mostra a Avenida Goiás alargada e, portanto, a praça com suas medidas atuais. Apesar de termos feito um amplo levantamento fotográfico à época, atualmente dispomos apenas de algumas fotos que revelam precisamente as condições em que encontramos o edifício em 2005, ano do início do projeto (fig. 143). Havia portanto um edifício isolado, inserido num terreno de forma trapezoidal com aproximadamente 81,57m para a Avenida Goiás (base menor), 94,31m para o limite paralelo, mas oposto à Avenida Goiás (base maior) por aproximadamente 66,71m de linha transversal à Avenida Goiás (altura do trapézio), totalizando uma área aproximada de 5866,50 m².

A praça defronte ao edifício (frente para a Avenida Goiás já alargada entre a Rua Rio Grande do Sul e Rua Goitacazes) possui dimensões aproximadas – também em forma de trapézio – de 81,57m para a Avenida Goiás (base menor), 92,01m linha longitudinal definida pelo alinhamento do bloco principal (base maior) por uma distância transversal de 30,751m (altura do trapézio associada às testadas das ruas laterais), totalizando uma área aproximada de 2669m². Entre o espaço vazio em frente ao bloco e a ele mesmo, havia uma via longitudinal para automóveis que definia uma circulação local entre as ruas transversais, visto tratar-se de um terreno com três frentes para vias públicas (Avenida Goiás ao norte, Rua Rio Grande do Sul a oeste e Rua Goitacazes a leste). Esta interrupção segregava o espaço frontal praça - do edifício, de tal forma que não havia nenhum significado relativo a um espaço público efetivo, mas sim um vazio, quase baldio, um “terrain vague” (como diria Ignasi de Solà-Morales), com uma topografia irregular, visto que a diferença entre a cota média da Avenida Goiás para a soleira predominante da frente do bloco é aproximadamente 55 cm mais alta. Este vazio, com inúmeros canteiros e calçadas, era suporte para estacionamento, em 2005 um uso praticamente integral na “suposta” praça ou espaço vazio.

Ao mesmo tempo em que encontramos uma praça em tais condições, já sem significado relevante para a cidade – a não ser como um estacionamento para funcionários da Câmara Municipal -, encontramos um edifício com certa expressão moderna. No entanto, a base era totalmente ocupada e fechada com paredes alargando-a em 6 metros frente ao corpo de edifício para norte, para sul e alinhada nas laterais. Tornava-se com uma aparência extremamente enraizada e pesada no seu conjunto, de certa forma contradizendo uma das características mais marcantes da arquitetura moderna que diz respeito à leveza do edifício no contato com o chão como expressão formal do caráter público do mesmo, um dos principais componentes do ideário daquele movimento. Um pressuposto estético predominante advindo da noção de não propriedade do chão: os pilotis e conseqüentemente o edifício “solto” do chão, com clara expressão de leveza. Nesta base, boa parte da caixilharia, originalmente feita de ferro, fora substituída por caixilhos de alumínio, que ao serem desenhados sequer tiveram o cuidado de seguirem a modulação vertical predominante entre pilares, o que, pela mudança material e pela desordem geométrica causava uma desconfortável impressão aos observadores mais atentos

e, certamente aos desatentos também, que talvez mesmo não tendo consciência, intuitivamente percebiam a incoerência, facilmente interpretada como fragilidade ou descuido.

O pavimento térreo, com uma entrada extremamente tímida, possuía um hall pequeno com pé direito duplo. Várias ocupações desconectadas no pavimento térreo reforçavam a impressão de certo caos programático hiper adensado. Os revestimentos daquele edifício, originalmente feitos em pastilhas, encontravam-se remendados, descolados e em péssimo estado de conservação geral.

Uma estratégia de desenho na fachada norte era o enquadramento feito por uma moldura composta por pilares e vigas de borda daquela superfície frontal que continha uma série de pilares aparentes e um conjunto de brises móveis entre pilares, estes de cimento amianto já não funcionando mais. Os caixilhos de ferro, também em péssimo estado de conservação, eram dispostos horizontalmente entre vãos, com uma altura de 1,20 metros a partir de um peitoril de 1 metro, pensados como rasgos horizontais, portanto. Na fachada sul, a ausência de brises era coerente com a não necessidade de proteção em face da quase ausência de insolação direta ao longo do ano. Gerava, portanto, maior transparência com caixilhos com vãos de tamanhos maiores do que seus pares da face norte. No entanto, talvez por degradação ao longo do tempo, ou algum processo que não conseguimos informações, seu material, o alumínio, se difere daqueles da face norte, de ferro.

Os pavimentos superiores eram dotados de divisórias com um desenho extremamente confuso, visto o alto grau de improvisação dos layouts implantados ao longo do tempo, sanitários em diversas posições atendendo às demandas individuais muitas vezes, e, além disso, observamos que o plenário – lugar onde se votam as leis referendando a dinâmica democrática – era uma sala no 5º andar, relativamente pequena e com acesso ao público praticamente inexistente ou invisível.

Encontramos, portanto, um edifício em péssimo estado e uma praça em condições precárias. O conjunto, totalmente desprovido de significado, tanto em seus aspectos urbanos quanto em seus aspectos edilícios, mostrava-se em total condição de abandono.

Além disso, nenhuma das demandas atuais sobre novas formas de utilização estavam atendidas: um edifício sem ar condicionado, sem shafts suficientes para tubulação, com infra-estrutura elétrica totalmente improvisada.

Um estado desalentador que fez com que em várias oportunidades fosse pensada a demolição do mesmo conjunto.

Fomos chamados a opinar acerca deste patrimônio público, visto que a hipótese de demolição não se fazia concreta devido a custos e outras implicações.

Ao tomarmos ciência daquelas condições elaboramos uma proposta que estabeleceu as seguintes premissas:

1. Preservar o corpo principal do edifício;
2. Atualizá-lo conforme as necessidades legais de rotas de fuga, elevadores, sanitários, shafts e etc.;
3. Atender às exigências programáticas;

4. Conferir ao mesmo significado simbólico relativo à sua condição institucional;
5. Construir um “lugar” através da re-conceituação da praça cívica, transformando-a também numa praça de eventos como feiras, mostras ao ar livre e resguardando seu significado político que eventualmente poderia ser reforçado através de algumas estratégias;
6. Trabalhar a linguagem do edifício não no sentido meramente formal e compositivo, mas no sentido de trazê-lo para uma condição contemporânea que reflète nossa visão: o edifício tem um significado na cidade e não dispõe de condições externas axiais, nem tampouco um caráter monumental em seu desenho que justifique pensá-lo como um objeto isolado. Deveríamos enfrentar também esta questão.

As figuras seguintes (144 – 145) mostram nossas principais atitudes frente ao problema.

Fig. 146 – 147 Edifício e Praça: após criarmos um estacionamento subterrâneo liberando a praça, propomos a presença do plenário, como elemento simbólico e configurador do espaço e da escala adequada para o conjunto.

Fig. 148 Edifício e Praça: Planta do térreo com vestíbulos e estacionamento parcial, acessos ao estacionamento no subsolo e plenário, com acesso público pela praça por meio de uma rampa.

Fig. 149 Planta do subsolo criado sob a nova Praça Cívica. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 150 Planta do Salão Nobre e seus acessos laterais (escadas e elevadores) até o presente não construídos. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 151 Planta do Mezanino – Instalações da Câmara Municipal. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 152 Planta do pavimento dos vereadores. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 153 – 154 – Elevações longitudinais (norte e sul). (Fonte: José Augusto Aly)

ELEVAÇÃO
RUA RIO GRANDE DO SUL

ELEVAÇÃO
GOITACAZES

Fig. 155 – 156 – Elevações Transversais (Oeste – Leste). (Fonte: José Augusto Aly)

Neste trabalho importa menos a demonstração dos primeiros três pressupostos lançados, visto que o edifício foi preservado e buscou-se atender às exigências programáticas integralmente, além de ser atualiza-lo quanto a sua infra estrutura, materiais e rotas de fuga com a inserção de novas escadas de incêndio, ar condicionado, novo lay out, nova configuração de instalações, shafts etc. como mostram os desenhos.

O que queremos enfatizar para esta tese, no entanto, é a intenção de construção de um espaço a mais para a cidade, através de um térreo com um hall com maiores dimensões, a construção de um salão de eventos (salão nobre) no primeiro pavimento, a acessibilidade a todos estes pavimentos para toda e qualquer pessoa em qualquer que seja seu estado físico (desenho universal) e, especialmetne uma praça à qual convergem vários fluxos, com destaque a rampa do plenário como veremos adiante. Para a construção daquele novo lugar propomos o seguinte: Construimos um estacionamento subterrâneo, visto que o número de vagas deveria ser de aproximadamente cento e vinte. Mesmo assim, parte do térreo foi destinada a vagas complementares, pois a execução de um segundo subsolo seria inviável face a condição “aflorante” do lençol freático, com água a 1,30 metros de profundidade em alguns pontos. A rua que dividia o terreno em duas partes foi reduzida a um acesso pela rua Rio Grande do Sul, necessário para distribuir os automóveis para a parte oeste do edifício no térreo – local destinado a vagas complementares – e subsolo. Com esta estratégia conseguimos fazer um acesso direto da nova praça para o saguão de entrada do edifício e remover em absoluto o estacionamento daquele piso.

Fig. 157-158-159 – Edifício e praça cívica. (Fotos: José Augusto Aly)

O caráter simbólico do edifício também deveria ser contemplado e nossa estratégia foi trazer o plenário – a parte mais expressiva e simbólica da câmara de vereadores – para a vista da cidade, através de um volume com desenho que apela para certa instabilidade, com faces ortorrômbicas como um objeto que pousa sobre a praça de forma fragmentada, resultando num volume elevado do chão e tratado em sua volta com espelhos d'água. Uma espécie de pouso forçado que acaba por deformar aquele que seria um volume perfeito (em vista para a Avenida Goiás preserva a forma perfeitamente retangular) refletindo o mundo atual no qual uma série de valores tendem a ser revistos, e no qual as instituições encontram-se em crise. Uma forma perfeitamente racional e lógica, não pareceu-nos adequada àquilo que queríamos expressar mediante o caráter simbólico – agora não histórico – que a instituição representa (fig. 158 – 166).

Fig. 160-161-162 – Em destaque plenário e escada/elevador dos vereadores conectando com o edifício principal. Rampa par o Público junto a Avenida e com acesso pela praça. (Fotos: José Augusto Aly)

ELEVAÇÃO 02 - PLENÁRIO

ELEVAÇÃO 03 - PLENÁRIO

ELEVAÇÃO 01 - PLENÁRIO

ELEVAÇÃO 04 - PLENÁRIO

Fig. 163-164-165– Plenário: Elevações. (Fonte: José Augusto Aly)

Fig. 166-167-168 – Em destaque plenário e aspectos internos, decorrentes da instabilidade do volume, Sala das Reuniões plenárias. (Fotos: José Augusto Aly)

Praticamente fechado em sua totalidade dispõe de apenas dois acessos: o primeiro para os veradores que vem através de um conjunto vertical de escada e elevador tratado com transparência e o acesso do público, fronteirço à avenida de maior movimento – Avenida Goiás - separado da praça por um desnível de aproximadamente 1,60 metros, que é vencido por uma rampa adaptada à norma NBR - 9050¹²² e que aflui diretamente no centro geométrico da praça.

Este baricentro, é um espaço organizador, visto que para tal chegam além do acesso da rampa, o principal acesso de pedestres pela Avenida Goiás e através dele chega-se ao saguão principal do edifício.

A praça que para nós era extremamente grandiosa face às demandas percebidas no local, passou a ter uma proporção mais compacta e agora, além de transparecer sua função democrática, poderá ser utilizada também como praça de eventos de tal sorte que irá adquirir uma multiplicidade de possibilidades de usos, estendendo este conceito para dentro do próprio plenário, que poderia ser usado para projeções e até pequenos eventos musicais, por exemplo.

Para acesso ao primeiro pavimento, um salão nobre para diversas atividades, desde exposições até celebrações oficiais, as rampas laterais foram substituídas por um conjunto de duas escadas e elevadores para deficientes nas extremidades leste e oeste do conjunto, objetivando também acessibilidade irrestrita àquela área. O edifício no entanto, foi inaugurado sem a construção destes acessos.

¹²² Norma NBR – 9050. Norma Brasileira da ABNT (associação brasileira de normas técnicas) que dispõe sobre acessibilidade e desenho universal.

Um jardim rebaixado estabelece o paisagismo natural e mantém o equilíbrio com a praça, além de garantir uma ventilação adequada para o estacionamento subterrâneo. Finalmente outro aspecto diz respeito à linguagem e cabe associá-lo no campo da interface do edifício com a cidade.

Se outrora o edifício era um objeto isolado, por assim dizer, agora ele passa a ter enquanto materialidade, um relacionamento que objetiva conectá-lo com o contexto, em coerência com a leitura que temos feito nesta tese. Sendo assim substituímos a fachada que enquadrava os antigos brises, por um – podemos assim chamar – “plano de proporção” obtido a partir da extensão da fachada norte.

Assim, este plano de proporção tem a *função* de diluir os limites daquele objeto rígido, de forma que um grande plano de brises de alumínio mais delicados são emoldurados por uma faixa de vidro que se estende para além dos limites do edifício nas faces leste e oeste, bem como para cima e para baixo. Rompidos estes limites entendemos que o edifício busca um melhor relacionamento com o contexto, busca uma melhor adaptação, além é claro de conferir uma proporção mais agradável ao objeto. O edifício mistura-se, de certa forma, ao cenário da cidade ao invés de manter-se rígido enquanto objeto, mas ao mesmo tempo destaca-se pela diferenciação plástica naquela avenida. O volume passa a ser decomposto em planos, portanto, pois isto se repete com a ampliação da marquise na base do edifício para cobertura de uma grande varanda associada ao salão nobre.

As faces laterais, originalmente tratadas por um plano com uma composição formada por quadriláteros em alto relevo, antes coloridas em cores azuis e amarelas, foram mantidas em seu conceito plástico, porém tratadas com uma única cor marro escuro, sugerindo, no entanto, a preservação da memória através daquele painel. O tratamento feito por um tipo de argamassa destaca-se do branco predominante como um plano diferenciado, sem, no entanto, reportar-se a simbologias como “cores da cidade” como outrora sugeriam.

A obra foi inaugurada em 2009 e configura um novo lugar para a cidade. Dependerá também do tipo de gestão à qual será submetida para que possa de fato funcionar como ponto de eventos, com ênfase nas atividades cívicas. Demonstra-se mais uma vez que alguns projetos podem mudar situações urbanas degradadas e sem valor funcional ou estético a partir da construção de lugares significativos como resposta a uma cidade fragmentada.

Concluindo sobre o tema

Falamos no início deste capítulo sobre diversas noções de lugar através de um balanço geral acerca do tema. Procuramos demonstrar também a conveniência da construção de lugares na cidade como resposta a um espaço fragmentado e desconexo característico das nossas cidades conforme as transformações vistas nos capítulos iniciais. Demonstramos estas idéias através da exposição de dois projetos de nossa autoria cujos desígnios foram exatamente fazer da arquitetura uma estratégia para a recuperação de áreas urbanas para além da resolução dos programas específicos dos edifícios, entendendo que a construção facilitadora dos relacionamentos sociais enquanto permanência e significado são condições favoráveis para o êxito dos objetivos de renovação e qualificação de áreas urbanas. A idéia de um caráter das edificações facilita o estabelecimento de identificação e, portanto, tende a qualificar a rede de fluxos e movimentos na cidade, tornando-se ponto de convergência para pessoas e grupos sociais. O *genius Loci*, que traduz o “espírito” do lugar, também comentado, sugere elementos simbólicos na rede urbana, que seriam bem representados pelos museus, edifícios culturais e institucionais e mesmo templos religiosos. Certa condição histórica também parece um valor considerável, na medida em que pode facilitar o estabelecimento de identidades com certas comunidades. Esta temática foi muito explorada pelos arquitetos no período pós moderno, cujas ações, não raro, iam à busca de um resgate de valores que incluíam o uso de linguagens que guardavam ora de forma oculta ora mais explícita, referentes históricos. Mas vimos também, noutra mão, que o lugar poderia traduzir significado pelo tipo de uso e conteúdo que determinadas atividades em si acabam condensando, constituindo-se também em permanências sem aqueles elementos simbólicos. Também, na medida em que uma determinada construção é capaz de estabelecer com o território certa relação de identidade, escala e proporção adequada ao uso de pessoas está nos aproximando daquilo que queremos depreender acerca da idéia de lugar.

Bernardes (2004) ¹²³ aponta que *a caracterização do território arquitetônico como um lugar está de alguma maneira, associada à morfologia do espaço e às tipologias que o compõem e, principalmente, ao grau de afinidade existente entre o indivíduo e o meio construído*. Destaca alguns autores acerca do tema, dentre eles o sociólogo francês Marc Augé que, segundo ele, define o que chama de lugar antropológico como *aquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar... O lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa*¹²⁴, confirmando nossas posições sobre o caráter do espaço, e sua propriedade facilitadora das realizações humanas. Ainda segundo Augé (apud Bernardes 2004), *o lugar antropológico pode ser vivenciado em*

¹²³ Bernardes, Júlio César. ARQUITETURA E LUGAR. Tese de Doutorado. São Paulo. Fauusp, 2004. P. 583.

¹²⁴ Ibidem. P. 585.

*diversos locais da cidade, principalmente nos seus centros, justamente pelo fato destes possuírem uma grande diversidade urbana: habitação, comércio, serviço, lazer etc. Além disso, prossegue, o desenho que determina tais situações urbanas possui geralmente uma morfologia definidora de espaços adequados à escala humana que respeita e considera o pedestre e que favorece o caminhar*¹²⁵, indo ao encontro preciso de nossas preocupações nesta tese, ou seja, qualificar a cidade do ponto de vista dos percursos (circulações, conexões) e das permanências (lugar, significado, sentido). As características topológicas relacionadas com a identidade dos elementos que o compõem exigem o estabelecimento de certas significâncias históricas e a caracterização da idéia de lugar materializada através da relação entre homem e espaço, dependeria da condição de forte grau de afinidade entre ambos, traduzindo a capacidade que o espaço tem de aproximar pessoas, transmitindo sentido de prazer e segurança emocional¹²⁶. Ora, estas observações aqui são colocadas para apoiar o que já expressamos no início deste capítulo, e que compõem parte da hipótese desta tese, ou seja, a cidade precisa de pontos distintos, localizados no meio homogêneo que sejam suportes para relacionamentos e intercâmbios sociais, que sejam facilitadores da aproximação de pessoas enquanto pontos de convergência das mesmas. Estas dinâmicas se dão pelos significados, ora simbólicos, ora não, e podem ser tomados como estratégia para deflagrar processos de renovação em áreas urbanas.

Apesar de termos apresentado dois projetos que objetivam contribuir para a recuperação de áreas onde se implantam através da conferência de sentido às mesmas, com o uso de estratégias baseadas na proposição programática e nas formas como os desenhos se desenvolvem, envolvendo escala, construção de ambientes (ou recintos) externos e outros atributos para a configuração de lugares significativos naqueles contextos, seriam convenientes extensões do tema para outros tipos de programa, menos públicos, mas também ligados a vida coletiva da cidade. O que queremos dizer é que estas noções poderiam ser estendidas para outras escalas, um pequeno átrio, uma pequena praça, um sistema de espaços urbanos livres tratados de tal forma a constituírem-se como suporte de relações sociais e pensados a partir dos espaços residuais e vazios remanescentes da divisão fundiária com a qual temos que conviver na atualidade, poderia resultar em lugares significativos na cidade, qualificando-a, portanto. Mas ainda, se estendermos estas noções para projetos poderíamos ensaiar a presença destes lugares em escalas bem menores.

Seria o caso de mencionarmos (sem muitos detalhes) mais um projeto de nossa autoria que temos feito no sentido de constituir um acervo de arquiteturas urbanas como parte de um laboratório do qual extraímos nossas reflexões. É o projeto de **habitação de interesse social, resultado de um concurso – HABITASAMPA** – promovido pela COHAB em 2004. Apesar de termos participado das duas áreas objeto do concurso, falaremos apenas daquela referente ao projeto da Barra Funda¹²⁷. Tratava-se de um concurso público, num terreno junto a ferrovia administrada pela CPTM, para 240 unidades habitacionais de interesse social com tamanhos e

¹²⁵ Ibidem. P. 585.

¹²⁶ Ibidem. P. 585.

¹²⁷ Equipe Participante: José Augusto Aly, Thaís Origuella, Rodrigo Chust, André Camocardi, Carolina Vaiano Neto, Isis Aline Faune Tonini, Renato Vasconcelos Ramalho, Anderson Habe, Luis Sérgio Franco (Estrutura), José Walter De A. Donzell (Orçamento)

características distintas. Sem entrar no tema da habitação, nosso projeto, além de privilegiar as áreas públicas e de lazer, respondia à solicitação de projetar um centro de treinamento para construção civil e restauro, além de propor uma área linear sob pilotis para usos como comércio, festas, encontros etc. As feiras e festas aos fins de semana estavam em nosso imaginário ao propormos aquele espaço para usos livres no térreo junto a Rua Cônego Vicente Marino. Prevíamos também, que se ao longo do desenvolvimento da urbe naquelas proximidades houvesse conveniência em transformar aquelas áreas em pequenos comércios, isto poderia ser feito facilmente através da construção de um simples fechamento segregando as áreas do interior do terreno.

Pela oportunidade de realizar um projeto em um terreno em escala ampliada, pudemos definir uma morfologia capaz de identificar, conferir escala humana e possivelmente qualificar a rua e o bairro com esta proposta. A percepção de isolamento dos edifícios também se dá a partir das escalas dos lotes nos quais se implantam. Naquele caso, um terreno de aproximadamente 9500m², aproximando-se da escala de uma quadra, pôde-se ensaiar algumas noções acerca da cidade, agora projetada de forma a tornar claro um modelo urbano alternativo à cidade dos edifícios isolados.

O ponto de partida consistiu nas definições das unidades que seriam de três tipos: setenta e duas quitinetes medindo 29,16m² (5,4 x 5,4 m), noventa e seis apartamentos com 1 dormitório medindo 38,88m² (5,40 x 7,20m) e setenta e dois apartamentos com 2 dormitórios com área de 43,74m² (8,1 x 5,4m). Estas unidades estariam ancoradas a circulações lineares de forma a poderem definir espaços externos e adaptações ao traçado, paralelamente a Rua Cônego Vicente Marino com 130 metros de frente e implantações transversais a linha férrea, definindo pequenos pátios entre estas. Como as unidades se diferenciam em 1,8 metros no sentido transversal a circulação (7,20 metros contra 5,4 metros) pudemos obter um desejável jogo de volumes nas fachadas, buscando certa identidade com o local, um bairro popular que vem se configurando passando de zona industrial para pequenas habitações caracterizadas por sub adensamento. A menção deste projeto neste capítulo se justifica pela forma como pesamos os pequenos espaços dentro da quadra. Fizemos de tal forma a configurar pequenas escalas de espaços entre os edifícios de propiciando diversos tipos de espaços para encontros e para diversos tipos de atividades e usuários. Assim rejeitamos o espaço único, indistinto, buscando a diferenciação e o tratamento da pequena escala como se pode ver na implantação. Este procedimento estende-se aos pavimentos (os edifícios construídos em alvenaria estrutural previam térreo – 1,3 metros acima do chão - mais 4 pavimentos) de forma a obter, pela não ocupação de vários módulos reservados às unidades, espaços diferenciados para que moradores pudessem no próprio edifício encontrar “lugares” de permanência para além de suas unidades habitacionais. Criaram-se assim jardins e pátios elevados – lugares agora mais privativos – ao longo das circulações. Acreditávamos com isto que poderíamos facilitar ainda mais relações de vizinhança através daqueles espaços. Ao todo tínhamos uma área de 13277,84 m² prevista para construção. O programa solicitado pela COHAB foi cumprido integralmente no tocante ao número de unidades.

Fig. 169-170-171 – Implantação, pavimento térreo e base do pavimento tipo. (Fonte: José Augusto Aly) – ainda que haja circulações entre as unidades com luz ao final e vazio das escadas, previa-se também um sistema de forros rebaixados para ventilações. Mostra os pequenos pátios de lazer e encontros entre os blocos transversais e, no térreo, uma extensa área para festas, comércio itinerante e outras atividades sociais e de vizinhança.

Fig. 172 – Elevação paralela ao traçado na Rua Cônego Vicente Miguel Marino. Destaque para os jardins nos pavimentos das unidades – Lugares de permanência em pequena escala. (Fotos: José Augusto Aly)

Fig. 173 – Corte mostrando a relação rua / passeio / edifício na Rua Cônego Vicente Miguel Marino. (Fonte: José Augusto Aly)

5 ■ UMA APLICAÇÃO POSSÍVEL: VISÕES SOBRE O EIXO LUIZ CARLOS BERRINI.

Na introdução do trabalho destacamos como primeiro fenômeno motivador observado o seguinte: ***Em primeiro lugar observamos que a criação de algumas centralidades em cidades como São Paulo tem como origem ações especulativas restritas a proposição de programas, não raro, desvinculados do planejamento urbano, o que faz com que não se atinja um potencial de equilíbrio positivo para tais áreas.***

Caberia, talvez neste fim de trabalho, buscar uma exemplificação, uma aplicação possível para que possamos nos fazer entender claramente sobre nossas teses. Como falamos em *considerações iniciais*, descartamos a possibilidade de fazer um projeto como tese, porém poderíamos tentá-lo enquanto apoio às teses reveladas em nossos estudos. Neste caso não se trata de um projeto, mas apenas de uma aplicação prática revelada num único croqui que, impreciso, pode elucidar as teses defendidas neste trabalho.

Tomemos o caso do Eixo da Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini na Zona Sul de São Paulo. Trata-se de um eixo que faz continuidade com o eixo da Nova Avenida Faria Lima em direção ao Sul, especificamente, ao bairro da Granja Julieta. É uma avenida paralela a Marginal Pinheiros, e cumpre um papel também e infelizmente, de alternativa ao fluxo viário daquele sobrecarregada via. Segundo Abascal (2006)¹²⁸ esta nova centralidade é parte da expansão do vetor Sudoeste de crescimento da cidade (ou de deslocamento do capital) e insere-se num fenômeno de transformação dos meios de produção capitalista dada na década de 1980, quando houve um declínio da forma produtiva de substituição das importações (1960 e 1970), uma conseqüente liberalização econômica concomitante a retração do papel do estado na economia, flexibilidade do mercado e das relações de trabalho e, finalmente, o aporte de tecnologias de informação e comunicação que causaram verdadeira revolução nos meios de produção, especialmente no setor terciário, bem como modificações no território, no sentido de mudanças do setor secundário para áreas outras que aquelas que ocupavam até então. Dentre as quais a própria Berrini.

¹²⁸ Abascal, Eunice Helena Sguizzardi. São Paulo e Cidade do México: Espaço e transformações econômico-sociais, um enfoque comparativo. In Portal Vitruvius, Arqutextos n. 74. São Paulo, 2006.

O surgimento desta nova centralidade coerente com aquela expansão deu-se a partir de uma iniciativa familiar na década de 1980 através da compra de terrenos e conseqüente construção de edifícios para escritórios feitos pela construtora Bratke Collet, com projetos do arquiteto Carlos Bratke. Nós mesmos pudemos acompanhar ao vivo esta súbita transformação, pois ali, nas proximidades, residíamos. Vimos o surgimento abrupto de uma arquitetura que por suas qualidades materiais constantes – massa raspada cinza, vidros e planos pretos - além da estratégia bem explicada em publicações da época de dispor volumes de sanitários e escadas para fora do corpo principal do edifício, no sentido de reforçar o aspecto compositivo dos mesmos, era impossível não ser notada e bem qualificada por nós, estudante de arquitetura na Universidade de São Paulo, ou seja, observadores diários daquelas novas experiências alternativas à escola paulista que era nosso grande foco de atenção até então. Na década de 1990, no entanto, aquele eixo firmou-se como nova centralidade da cidade de São Paulo, através da implantação de outros edifícios - agora não mais daquela construtora e necessariamente daquele arquiteto - que sugeriam um processo de adensamento do setor terciário naquela região. Segundo a mesma pesquisadora, isto se deveu a infra-estrutura de transportes individuais presentes na área.

Aliás, quanto ao **sistema viário** e de acessos, caberia lembrar também que no Plano de Avenidas traçado por Prestes Maia, da estrutura radio concêntrica surgiram os anéis de irradiação que são a rótula e a contra rótula centrais, o mini anel viário e o anel (rodo) viário que hoje se encontra em processo de conclusão. O mini anel viário, talvez a estrutura viária que mais determina a possibilidade de fluxos de veículos sobre rodas na cidade de São Paulo, é formada pelas Marginais Pinheiros e Tietê, pela Avenida Salim Farah Maluf, pelo Complexo Maria Maluf e pela Avenida dos Bandeirantes que completa o anel fechando o polígono na marginal Pinheiros novamente. A Avenida dos Bandeirantes é o ponto de início da Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini que se estende até a Avenida Morumbi enquanto eixo com características mais ou menos constantes. Se pensarmos em estendê-lo a Faria Lima (conforme início da descrição) que por sua vez estende-se ao Alto de Pinheiros e Lapa e, se adotarmos a mesma lógica para as Avenidas Hermano Marchetti e Marquês de São Vicente relativamente à Marginal Tietê, podemos observar eixos alternativos de fluxo de veículos – que trabalham conjuntamente – as marginais conforme já sugerido nas linhas anteriores. De qualquer forma, está inserido no sistema principal anelar da projeto de avenidas. Para falarmos um pouco mais deste eixo, fizemos um levantamento de dados que incluíram usos, altura das edificações, conservação das mesmas, hierarquia viária, análise da drenagem da área, pesquisa junto a Secretaria Municipal de Transportes Urbanos, além do próprio Metrô. Claro que este método de análise não visava compreender sob o ponto de vista dos levantamentos legendados apenas, seguindo uma espécie de metodologia de planos diretores ou inserir nossos objetivos no chamado Planejamento Burocrático, que se utiliza deste método para estabelecer diretrizes, não raro, totalmente desvinculadas dos critérios de desenho necessários, que seriam propostos pelo desenho urbano. Apesar disto, entendemos que seria um método adaptado às necessidades que tínhamos de ter uma visão sistemática da área, ainda que a conhecêssemos relativamente bem pelos meios descritos e por visitas que fizemos diversas vezes por conta de atividades acadêmicas e estudos desenvolvidos na região.

Analisando aquelas informações, percebemos que os **usos** ao longo do eixo são predominantemente relacionados ao setor terciário (serviços) através da instalação de grandes empresas transacionais, mesclados em algumas áreas delimitadas pela Avenida Luis Carlos Berrini e Marginais Pinheiros por habitações, em geral condomínios fechados e algum uso institucional. Os lotes que margeiam a Berrini, do lado Oeste (direita de quem vai da Avenida dos Bandeirantes para a Avenida Morumbi) possuem predominantemente edifícios modernizados, grandes complexos para grandes empresas, hotel internacional enquanto o lado Leste é predominado por pequenos comércios, pequenos restaurantes, em geral, instalados em casas ainda remanescentes do processo de transformação em curso desde a década de 1980. Grosso modo a área identifica-se como um centro de negócios segundo a lógica exposta anteriormente. Passa a representar também, com estes usos, fortemente marcados por empresas de natureza transnacionais, um processo de globalização que conforme nos explica aquela pesquisadora sobre São Paulo, acerca seu papel na economia globalizada, apontando que *sendo a organização da economia global uma rede em sua expressão espacial, em que as cidades latino-americanas surgem como nós relevantes, e se a América Latina está integrada ao mercado mundial, pode-se supor que as principais cidades latino-americanas formam parte do sistema urbano global*¹²⁹. Quanto às **construções**, pode-se dizer que boa parte delas tem dias contados, e possivelmente esperam por enquadrarem-se nos processos de transformação negociais da área, o que certamente é uma questão de tempo. No entanto, boa parte da área já se desenvolveu transformando aquele bairro outrora residencial em área de várzea, num centro de negócios e financeiro. As próprias construções iniciais que deram início ao processo de criação desta nova centralidade já vem sofrendo algumas transformações, sendo que em 2008, um daqueles novos edifícios da década de 1980 já foi demolido para dar lugar a outro complexo mais adaptado às necessidades atuais. Outro fator que chama a atenção é que do lado leste, ou seja, entre a Berrini e a Marginal Pinheiros, há uma incidência de grandes glebas remanescentes de antigas áreas industriais, com dimensões que se aproximam linearmente em alguns casos de 300 metros e que foram incorporadas para a construção de grandes complexos como o CENU, REDE GLOBO, WTC e outros. Acabam por comprometer fortemente a urbanidade da área, resultando em quadras que dificultam o percurso de pedestres, causando grande dificuldade alternativa ao acesso a ruas internas, e também dos automóveis que percorrem grandes percursos para adaptações ao sistema viário resultante. Os edifícios que desde os anos de 1980 destacavam-se por uma arquitetura com boa qualidade plástica, vem, cada vez mais, buscando uma expressão singular em coerência com a necessidade de representar fortes aportes de capital e entrando como símbolos de grandes empresas. Uma lógica já descrita neste trabalho quando falamos dos projetos na Praça de Potsdammer, acerca de um novo status da arquitetura ao representar o poder privado baseado no capital. Em geral são definidos por andares – tipo para grandes empresas com total flexibilidade de lay out, modulados segundo os padrões industriais de componentes (na maioria das vezes o módulo básico é de 1,25 metros) e atendendo às necessidades de dimensionamento de circulações e ambientes modulares. A altura das edificações novas tendem a verticalização, chegando à ordem de 30 a 35 pavimentos em alguns casos, o que sugere

¹²⁹ Ibidem.

forte tendência de adensamento na área. Aliás, cabe lembrar, que nestes processos de transformação, temos observado também a radical remoção de populações, outrora moradores em situações precárias, para áreas afastadas, reproduzindo uma lógica antiga de gentrificação¹³⁰ já bem conhecida em nossas cidades. Finalmente, um aspecto importante relativo às construções é a grande incidência de edifícios com seus térreos elevados até 1,50 metros em relação à soleira do terreno com as calçadas. Isto ocorre por dois motivos: o primeiro tem a ver com a própria dificuldade de drenagem e, portanto evita construções de subsolos mais profundos. A segunda tem a ver com o dimensionamento das rampas de acesso às garagens. Tanto numa quanto noutra, resulta em prejuízo para a área como um todo, visto inviabilizar eventuais projetos que busquem tratar o pavimento térreo de forma a configurar a área com mais urbanidade e dimensões públicas dadas também pela própria arquitetura.

Outro ponto a ser analisado é a **drenagem**. Trata-se de uma área que, pela proximidade do Rio Pinheiros, sempre foi sujeita a alagamentos, tanto pelas condições de lençóis freáticos, quanto pelo fato de ser “banhada” por três córregos. O primeiro é o córrego do Cordeiro que passa na extremidade sul da Avenida Luis Carlos Berrini, afluente do Rio Pinheiros. Na outra extremidade, temos o córrego da Traição, sob a Avenida dos Bandeirantes, também afluente daquele Rio Pinheiros, e mais ou menos ao centro, o Córrego Águas Espriadas, em torno do qual se desenvolveu a avenida outrora de mesmo nome, atual Roberto Marinho. Estes três córregos contribuem para enchentes, especialmente em épocas de chuvas torrenciais, causando transtornos generalizados para a área.

USO DAS EDIFICAÇÕES

ALTURA DAS EDIFICAÇÕES

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

SISTEMA VIÁRIO

DRENAGEM DA ÁREA

(figuras 179-180-181-182-183 – levantamentos gerais na área)

¹³⁰ Neologismo associado ao **enobrecimento urbano**, ou *gentrification*, e diz respeito à expulsão de moradores tradicionais, que pertencem a classes sociais menos favorecidas, de espaços urbanos e que subitamente sofrem uma intervenção urbana (com ou sem auxílio governamental) que provoca sua valorização imobiliária.

Nos anos de 1990, foi desenvolvido um projeto denominado “Dreno do Brooklin” pela empresa de Engenharia THEMAG e MULTISERVICE contratada pela EMURB. O sistema de drenagem final envolve a ligação entre os três córregos através de um dreno que se desenvolve no eixo da Avenida Luis Carlos Berrini, e transporta as águas para o Rio Pinheiros para além da estação elevatória da Traição na direção Norte. Aliás, cabe lembrar que a partir daquela estação elevatória o Rio muda o curso das águas, levando-as para o Sul, invertendo-o, portanto, para alimentar a Represa Billings que por sua vez alimenta a Hidrelétrica Henry Borden no sopé da Serra do Mar em Cubatão. Isto faz com que haja um sistema de estação de bombeamento nas proximidades do encontro do córrego Águas Espreiadas com o Rio Pinheiros, visto que só irá desaguar, via bombeamento, em caso de sobrecarga do sistema para absorção das águas pluviais. Portanto, no trecho entre a Berrini e o Rio Pinheiros, há esta extensão de água cravada no eixo da avenida sob a ponte nova (PONTE ESTAIADA) sendo um elemento a mais a ser considerado em eventuais projetos.

Fig. 184 – Opções de drenagens (prevaleceu opção B) Havia outra opção de construção de um dreno paralelo a Avenida Luis Carlos Berrini.

Fig. 185 – tomada de avião sobre a ponte nova, mostrando o sistema de bombeamento do Brooklin. (foto: José Augusto Aly)

Fig. 186 -187 – Corte e Planta do córrego Águas Espraiadas e sua relação com o Rio Pinheiro e casa de bombas.(Fonte: EMURB)

Também, devem-se considerar os **sistemas de transportes** da região. Em primeiro lugar cabe destacar aquilo que comumente é divulgado pela grande imprensa há muito tempo, que é a quantidade de automóveis que circulam diariamente na região. Edifícios com grandes estacionamentos e áreas superlativas, são, de certo modo, pontos de atração para um público que tem o veículo individual privado como seu principal meio de locomoção. Somando isto ao sistema de transportes paulistano que, com exceção do metrô é mais ou menos precário, o resultado é constrangedor, podendo ser observados congestionamentos severos dentro dos próprios estacionamentos dos edifícios nos horários de pico, reflexo do congestionamento diário das vias circundantes, especialmente a Avenida Luis Carlos Berrini que co-opera as Marginais Pinheiros na transposição rodoviária de veículos na região, como dito anteriormente. Mesmo assim os estacionamentos não são suficientes e é comum que pessoas que trabalham na região, locomovam-se na madrugada (5:00 horas da manhã por exemplo) para a área na busca de vagas nas ruas e, ao encontrá-las, dormem em seus carros até o horário de trabalho, refletindo a precariedade e falta de ações no sistema como um todo. A área está inserida no sistema metropolitano através dos trens da CPTM. Assim se um usuário quiser ir da área até a estação Vila Mariana do Metrô tem que percorrer longa distância de trem até chegar num ponto de troca para o Metrô diretamente ou via pontes rodoviárias tipo ORCA (peruas co-operadoras dos meios de transportes que fazem ligação Metrô / CPTM). Além do mais, há apenas uma estação de trens na Marginal Pinheiros dentro da área objeto de análise, chegando a números da ordem de 1000 metros de distância de alguns edifícios, o que, se considerarmos a falta de urbanidade da área para locomoções de pedestres, com uma arquitetura com pouca

interface pública, torna-se inviável, havendo a necessidade de pontes com ônibus circulares para atender as demandas, o que ocasionaria mais tempo nas locomoções prejudicando o sistema novamente.

Mapa do Transporte Metropolitano

Fig. 188 - 189 – Mapas relativos aos sistemas de transportes na Grande São Paulo (fonte: EMTU/METRÔ/CPTM)

Apesar de estar previsto pela EMTU (Empresa Municipal de Transportes Urbanos) melhorias na área, com mais linhas e terminais de ônibus, entendemos que o perfil de público dominante para a área poderia encaixar-se bem como usuário de Metrô, pois além de vestir-se com certa formalidade atendendo aos padrões de identidade de um centro financeiro empresarial global, locomove-se durante o dia. Aliás, este seria um transporte adequado para todos os perfis, incluindo os menos favorecidos também, pois se trata de um sistema de transporte que tem se mostrado extremamente eficaz para locomoção de grande público nas cidades globais incluindo São Paulo. Voltando ao plano de transportes, podemos observar que o Metrô teria como opção a linha lilás que vem de Campo Limpo, e que se desvia da região indo, via Avenida Santo Amaro e Vereador José Diniz até a estação Santa Cruz.

Ao analisarmos estes dados, intrigamo-nos com o fato de não haver um ramal desta linha em direção ao sistema Berrini / Faria Lima e Vila Leopoldina, cruzando com outras linhas (linha amarela). Entramos em contato com o Metrô em 2009 e fizemos uma pequena entrevista com o Engenheiro responsável pela expansão daquela linha Lilás, sobre os planos futuros ainda não divulgados, à época, pelo Metrô. O que pudemos entender é que há posições de que o estado não pode correr atrás de locais construídos conforme interesse da iniciativa privada, e que no caso, conforme pudemos perceber nas palavras de forma enfática houve um processo de especulação totalmente alheio a participação do estado na configuração planejada para a região. Segundo o mesmo entrevistado, o custo de cada estação naquela região iria beirar os 200 milhões de dólares o que requer muito cuidado ao optar-se por este sistema. Reconheceu, no entanto a existência de projetos para a Avenida Faria Lima. Mas afirmamos a posição de que se trata de um ponto fundamental para a melhoria geral da área: implantar o Metrô independentemente da existência da estação da CPTM existente na região e que, supostamente, a coloca no sistema Metropolitano. Ao estado e a iniciativa privada, juntos, caberia desenvolver as ações no sentido de tal viabilização.

Finalmente devemos falar um pouco sobre **os espaços públicos** na área. Como dito anteriormente, em primeiro lugar esta área caracteriza-se por uma iniciativa privada sem precedentes na história de São Paulo, onde não houve nenhuma participação inicial do Estado na configuração de estratégias e plano de melhorias. Ao longo do tempo, foi cada vez mais, sendo cenário de grandes empreendimentos, demonstrando a presença maciça de grandes capitais. A área desenvolve-se sob forte predomínio das lógicas de mercado imobiliário e, por se tratar cada vez mais de uma área inserida no sistema global através do tipo de empresas que ali se instalaram, tem alto valor do metro quadrado. Nos anos de 1990 a Operação Urbana Águas Espraiadas foi adotada como instrumento de gestão do solo na região, através da concessão de incentivos em troca de contrapartidas de grupos investidores, o que acabou gerando certas melhorias e obras de efeito, como é o caso da PONTE ESTAIADA, construída para justificar um fluxo das Marginais para um novo eixo que irá “desafogar” o acesso à Rodovia dos Imigrantes e Aeroporto de Congonhas, mas que na verdade caminha na esteira de tornar-se um símbolo da cidade para muito além das imagens das áreas centrais. Seja por qual motivo, ali acabou se instalando a Rede Globo, maior complexo de comunicações privado do país, o que requereu para a área uma imagem a ponto de tornar-se um símbolo não só associado àquele grupo, mas para difundir-se mundo afora, pela própria natureza da comunicação focada na imagem e no espetáculo. Este processo de transformação vem se consolidando ao custo de grandes remoções de populações ali instaladas conforme já mencionado. Os edifícios, desde o início, foram projetados para uso exclusivamente privados e em grande maioria monofuncionais. Isto torna as calçadas justas, e também, como pode-se notar, super mal cuidadas,

sem um padrão geral de material e desenho que confira dignidade pública e também com um paisagismo passível de melhoras. São, comumente, calçadas estreitas que recebem além de tudo, postes e todo o tipo de obstáculos pelos maus usos. Alguns edifícios tem seus acessos abertos ao público como é o caso do CENU, porém há uma clara disputa entre pedestres e acessos para as garagens – e portanto automóveis – e jardineiras que impedem um percurso fluído, além das calçamento muitas vezes com materiais de difícil adaptação ao caminhante, como pedras miracema, paralelepípedos, asfalto, sem contar a largura dos passeios internos a estas áreas. Além mais, por serem edifícios isolados nas glebas, os percursos tornam-se longos sem atrativos. Ainda além de tudo isto, há carência de espaços para entretenimento, bons restaurantes, comércio de boa qualidade distribuído pelas ruas, edifícios culturais, esportivos e áreas verdes. Também há falta de edifícios para educação e principalmente, habitação, o que gera espaços públicos congestionados durante os dias úteis e vazios durante as noites e dias inúteis ao sistema econômico e de trabalho. Isto se reflete na qualidade geral ambiental, precária e quase sempre inútil em face da falta de opções funcionais, diversidade programática e bom tratamento das áreas públicas. Percebe-se também uma grande dificuldade de circulação pelo tamanho das quadras¹³¹ já mencionado anteriormente e algumas dificuldades de travessia como se pode notar no cruzamento da Avenida Luis Carlos Berrini com a Avenida Roberto Marinho.

Fig. 190 – Usuários caminhando dentro de grande gleba (CENU). (foto: José Augusto Aly)

Fig. 191 – Pedestres na Berrini. (foto: José Augusto Aly)

¹³¹ Sobre este tema ver Jacobs, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo, Martins Fontes. 2000. P.197.

Uma aplicação possível: o que fazer mediante este quadro

Expostas estas análises, estabelecemos uma série de diretrizes para a área.

Em primeiro lugar, o estado deve realmente criar estratégias de participação efetiva a fim de tirar das mãos da iniciativa privada o controle das ações na área. Segundo Abascal (2006) *no caso do eixo Berrini, cabe assinalar a preponderância do poder de decisão do empresariado na gestão do processo, restringindo de forma patente os atores sociais envolvidos. A dinâmica da negociação centrada em torno de um pool de empresas de capital privado afasta a gestão da transformação urbana de São Paulo de forma bastante evidente do ideário do Projeto Urbano*¹³². Cabe ao estado definir tipologias edificadas que promovam maior urbanidade tendo a multifuncionalidade como um tema a ser mais bem desenvolvido e incentivado junto aos empreendedores. Caberia também, definir e incentivar claramente um programa para a área que envolvesse outros usos qualificando a área para a vida fora dos horários de trabalho.

Além disso é preciso criar gestão sobre os transportes públicos de forma a viabilizar o Metrô. Talvez, criando através de ações fiscais um fundo para implementação deste transporte, envolvendo empreendimentos existentes e os novos, como também buscar uma ação em nível de projeto urbano tendo o desenho como principal norteador dos novos empreendimentos. Portanto, investir fortemente em programas alternativos com ênfase em habitação, presença do Metrô e cuidados com os espaços públicos, constitui-se ações urgentes.

Outro reflexo da falta da participação do estado e que poderia ser revista, seria a abertura de algumas glebas para circulações públicas, facilitando a irrigação do trânsito de veículos e também das pessoas pela área.

Mas, para elucidar acerca do que se pode pensar em termos concretos, vamos brevemente olhar para um grande cruzamento: a Avenida Luis Carlos Berrini com a Avenida Roberto Marinho. Trata-se de um cruzamento viário de alto fluxo, agora reforçado pela Ponte Estaiada. Hoje, conforme mostramos no capítulo 3, falando sobre CONEXÕES, mediante um quadro desalentador de espaços públicos nos térreos dos edifícios, a falta de programas de apoio às atividades terciárias como restaurantes e outras diversidades, além da dificuldade para os percursos peatonais, houve a iniciativa de dois empreendimentos em dois terrenos privados, que promoveram, à maneira de Londres e Canadá, uma ligação subterrânea como um shopping com pequeno comércio e serviços, com forte ênfase em espaços para a alimentação. Funciona muito bem em dias úteis, mas fecha aos finais de semana.

¹³² Abascal, Eunice Helena Sguizzardi. São Paulo e Cidade do México: Espaço e transformações econômico-sociais, um enfoque comparativo. In Portal Vitruvius, Arquitectos n. 74. São Paulo, 2006.

Fig. 192 – Pedestres na galeria subterrânea CENU / Shopping D&D. (foto: José Augusto Aly)

Mediante ao corte estabelecido pelo próprio cruzamento, a área parece ser dividida em duas partes, inviabilizando fortemente as travessias: uma ao Norte da Avenida Roberto Marinho e outra ao Sul, sendo aquela avenida, agora reforçada com a Ponte Estaiada, um marco divisor da área. A travessia por pedestres é difícil pelo fluxo pesado de veículos sobre rodas das duas avenidas e sugere ações. O cruzamento de fluxos, conforme visto anteriormente, talvez seja o ponto mais significativo como origem de desenvolvimento de áreas urbanas. Portanto como hipótese de projeto para a área proporíamos uma integração destas duas partes. Para fazê-lo e na esteira das revelações desta tese, proporíamos um sistema de conexões para pedestres a partir do sistema existente entre o WTC / Shopping D&D e o CENU (Centro Empresarial Nações Unidas) conforme mostra o desenho, ligando quatro terrenos das esquinas dos cruzamentos: um terreno contíguo ao próprio CENU, reservado para a construção de mais uma torre daquele empreendimento, outro terreno contíguo ao terreno da Rede Globo, hoje um jardim sem uso específico, outro terreno atravessando a Avenida Luis Carlos Berrini e que circunda uma loja de automóveis, conectando com outra grande área vazia na própria Berrini e, finalmente, do outro lado, atravessando a Avenida Roberto Marinho, onde existia uma favela – agora removida – outro grande terreno vazio. Como se viu nas linhas anteriores, haveria duas travessias propostas sob o córrego Águas Espraiadas, o que faríamos com certa facilidade, visto que pelos desenhos da EMURB, o fundo do mesmo encontra-se a mais ou menos 7 metros de profundidade. Considerando que hoje a distancia PISO A PISO da ligação subterrânea do WTC / CENU é de aproximadamente 8 metros, far-se-ia adaptações às cotas com relativa facilidade por escadas, elevadores e escadas rolantes.

Fig. 193 – Croqui da proposta para subterrâneos para o cruzamento Avenida Engenheiro LUIS CARLOS BERRINI com Avenida ROBERTO MARINHO. (fonte: José Augusto Aly)

Mas, o grande detonador deste processo seria uma eventual estação de Metrô – que defendemos para a área como manifesto com ares de tese – cuja estação central estaria exatamente onde a localizamos: na esquina da Avenida Luis Carlos Berrini com a Avenida Roberto Marinho, no lado Norte. Dois espaços de aproximadamente 150 metros para as plataformas foram reservados ladeando a Berrini e duas entradas das estações no lado Norte são conectadas em seus próprios terrenos a oeste a um edifício Multifuncional, a Leste Habitações de Interesse Social ou estudantis, do outro lado da Roberto Marinho a um edifício cultural (poderia ser um Museu de Rádio e Televisão por exemplo) e, finalmente ao terreno ao da loja de automóveis um complexo cultural com cinemas e auditórios, conectado ao grande terreno na BERRINI, a uma Universidade, capaz de incrementar a diversidade funcional, atrair intercâmbios aumentando o potencial de transmissão de imagem internacional para a área e detonar a presença de comércio e diversidade de usos, que estariam sendo resolvidos no próprio sistema de conexões subterrâneas, incluindo o existente atualmente. Para que haja definições entre as áreas públicas, concessionárias ou não, utilizar-se-ia portas e controles conforme mostrado em Canary Wharf por exemplo.

Assim, mesmo mostrando um croqui muito preliminar – coerente com a posição de não fazer um projeto como tese – pudemos materializar os conceitos desenvolvidos durante a tese: CONEXÕES, dadas a partir da estação de Metrô e a construção de Lugares com significância cultural como permanências necessárias a um eixo com quase total ausência das mesmas. Estes pontos representados por estas quatro esquinas – EDIFÍCIO MULTIFUNCIONAL – MUSEU – CINEMAS – HABITAÇÃO – seriam como *emanadores* da vida pública pelas permanências, pela diversidade de usos, e pela forte convergência de pessoas para a área. Assim pode-se mostrar a validade da hipótese, ou seja, enquanto tese é possível pensar em sistemas de conexões tanto entre os edifícios com outros edifícios quanto destes com espaços públicos e também a construção de lugares com significado cultural como respostas alternativas aos processos de fragmentação, muitas vezes inexoráveis, criando novas modalidades de percursos, espaços públicos qualificados e convenientes para diversos tipos de usuários, sejam estes espaços de propriedade do estado ou não, conferindo sentido e vitalidade em áreas residuais e com baixa qualidade na cidade atual.

6 ■ CONCLUSÕES

Ao longo do desenvolvimento desta tese analisamos um processo histórico da passagem da cidade tradicional para a cidade moderna. Ainda que possamos detectar certo grau de imprecisão, adotamos que após a perda da “liga” da cidade tradicional e a passagem – a partir do urbanismo funcionalista – para os planos de zoneamento usados mundo afora, as cidades tenderam a fragmentar-se e a observar uma nova espacialidade dada em geral pelas dinâmicas da especulação da terra sob a égide do capitalismo mundial generalizado. Iniciou-se talvez ali, a partir da arquitetura moderna, ainda que paradoxalmente por suas intenções serem contrárias, a percepção de que as complexidades das relações, os sistemas econômicos e as redes e fluxos de informações e locomoções não poderiam deixar de gerar rebatimentos na imagem e nas funcionalidades da cidade, além das mudanças de paradigmas talvez para muito além daquilo que desejamos sob o ponto de vista da forma e da qualidade urbana. Também se pode novamente demonstrar que no território europeu houve uma forte resistência ao urbanismo moderno, especialmente àquele representado pela Carta de Atenas visto nas experiências de reconstrução do segundo pós guerra e, também, a disseminação do chamado planejamento normativo, o que acabou resultando em projetos urbanos (em contraposição àquele tipo de planejamento) que fomentaram um grande debate irradiado por todo o mundo por suas características de resgate das tradições históricas das cidades Européias. Para isto apresentamos as reformas do IBA em Berlim, os projetos de transformação de Barcelona nos anos de 1980 e para as os jogos olímpicos de 1992 e o projeto de reconstrução da Potsdamer Platz também em Berlim, pós “queda” do muro em 1989. Procurou-se também demonstrar, através da exposição de alguns pensadores e arquitetos que a arquitetura iria a reboque das transformações das formas de produção econômicas e as tentativas de manter uma postura baseada somente nos referenciais históricos à maneira das cidades tradicionais, teriam, se não os dias contados, limites inexoráveis para sua manutenção ou resgate. Para isto expusemos algumas posições de Rem Koolhaas que detecta e defende a congestão programática e a super densidade como postulação da contemporaneidade e Christian de Portzamparc que reconhece que as formas de fazer cidade na atualidade (no caso dele a década de 1990) mudaram por completo seus paradigmas, inviabilizado quaisquer visões nostálgicas de retorno histórico, ainda que reconhecesse que assumir uma dupla herança (a moderna e a tradicional) como síntese das propostas atuais poderia constituir-se num caminho

viável. Para nós, também apoiados nas leituras de Ignasi de Solà Morales, a cidade ultrapassou em muito aquilo que - conforme suas palavras - postulou León Batista Alberti, dizendo que a cidade era uma grande casa e a casa uma pequena cidade. Aceitamos Morales, que propõe que a cidade seria muito mais do que sua arquitetura, destacando as redes de transportes, vias, movimentos de mercadorias, áreas de proteção, redes viárias, pontes viadutos e diversos tipos de espaços que estariam fora do âmbito de ação dos arquitetos e seus instrumentos de análise, e que a arquitetura não somente estaria inserida nos processos de transformação, como também de alguma forma estaria prestes a buscar novas formas de expressão baseadas em novos paradigmas da era da velocidade e do movimento.

A partir daquela mesma análise, apontamos que mediante a inexorabilidade detectada e aceita, mesmo talvez a contragosto, alguns caminhos se revelaram como potencial de investigação para as ações atuais dos arquitetos. Daquele texto, no qual o autor definiu cinco pontos de ação para a arquitetura na atualidade, destacamos dois, possíveis de vê-los contidos naquelas categorias, mas conferimos a eles caráter de acréscimo devido às suas especificidades, como caminhos possíveis de ação na cidade fragmentada e desconexa observada a partir da perda de seus referenciais históricos urbanos e dominada pelas dinâmicas da economia, atualmente baseadas nas redes definidas pelo capitalismo global, o que se pôde constatar no tipo de ocupação empresarial na Berrini, por exemplo.

Assim, definimos que as *CONEXÕES* e a construção do *LUGAR*, seriam temas a serem investigados e apresentamos, em caráter de demonstração, que seriam possíveis como respostas a uma cidade fragmentada e desconexa, ocasionando melhorias substantivas do ponto de vista espacial, especialmente aos percursos de pedestres e como marcação de identidades e significados nas redes urbanas, de acordo com nossa hipótese inicial.

Os projetos apresentados e analisados no capítulo três nos quais as conexões foram lidas como argumentos de grande importância, reafirmam que a cidade vem passando por processos de transformação que apontam para a fragmentação e também para o (re) uso de modelos baseados em mega estruturas desconstruindo a hierarquia e o posicionamento dos espaços públicos. Isto surge também em nome da liberação do chão para áreas verdes na esteira da sustentabilidade. Sugerem certa noção de flexibilização da natureza dos espaços públicos com forte participação privada com ênfase portanto aos espaços semi-públicos. Estas características puderam ser vistas no “projeto experimento” de Koolhaas (Hiper Edifício) no Hybrid Lynked de Steven Holl e na cidade Bi polar Superconectada de Vitoria Acebo e Angel Alonso. Buscam, seja em termos de funcionalidades, sejam em termos de paisagem, a solução para as demandas a partir das transformações do século XX e da atualidade, que além de perder sua morfologia coesa, perdeu algumas características que comprometem especialmente o caminhar e o estar coletivo na cidade. Através do projeto de Canary Wharff pudemos demonstrar a validade do tema. O mesmo aponta solução ao processo de modernização da cidade, assumindo a verticalização (mesmo sob a resistência londrina) pela necessidade de expressão individual dos edifícios (característica das cidades globais e seus templos financeiros) propondo, no entanto, um sistema de conexões subterrâneas pela criação de um shopping associado a estação Jubilee Line e consequentes conexões entre edifícios a partir dos fluxos gerados pela infra estrutura de transportes, no caso o metrô. Esta experiência sugere alternativa aos problemas enfrentados pela

dispersão da paisagem e das funcionalidades . Fica sugerido também nesta experiência que a construção dos espaços públicos tem tido forte presença da iniciativa privada, e as noções de público e privado tendem a ser flexibilizadas na cidade atual – apontando claramente o consumo quase como atividade de lazer - o que sugere mais ações do estado na busca da regulamentação e fiscalização das áreas urbanas com forte presença da ação privada.

No capítulo quatro, quando investigamos o papel de lugares de permanência e convergência de pessoas, apresentamos projetos que obtiveram bons resultados na solução de áreas que vinham sendo sub utilizadas ou demonstravam-se sem qualidades perceptíveis a partir das noções de conferência de significado pela implementação de usos para qualificar e vitalizar uma praça em processo de degradação na cidade de São Caetano (Centro Digital). Também usou-se a estratégia de conferir significado a partir da escala e do recurso simbólico pela introdução visível de um elemento representativo das atividades legislativas (plenário) e a liberação e redesenho de uma praça cívica e de eventos para a cidade, além de trabalhar no sentido de trazer o edifício para a atualidade rompendo as noções de figura e fundo e estendendo seus limites na busca de integrá-lo de forma mais relevante à paisagem atual (Camara Municipal de São Caetano do Sul). Suas implantações tem confirmado a validade da hipótese e com isto os objetivos desta tese. Finalmente o projeto apresentado para o concurso HABITSAMPA, tinha como propósito, além de servir a comunidade que iria morar, a construção de lugares com significado na medida em que propõe pequenas permanências para desenvolvimento de relacionamentos sociais e de vizinhança a partir da rua, bem como nos pavimentos, além, é claro, das pequenas praças de sociabilidade entre os blocos. Também aproveitou-se a oportunidade de, ao intervir numa escala de quadra (aproximadamente 9500 m² de terreno), de resgatar, de certa forma, valores morfológicos adequados a cidade (coesão - tradicional) e associados a memória local (volumetria dinâmica), além de inflexões de alinhamentos etc. Com isto pudemos demonstrar a possibilidade de atuar no sentido da construção de Lugar com significado também nos domínios privativos em suas interfaces com os espaços públicos, com ênfase para a rua.

Neste sentido pôde-se também averiguar a hipótese através da análise e solução proposta para o cruzamento da Avenida Luis Carlos Berrini com a Avenida Roberto Marinho, solução que defende um desenho das circulações e permanências enquanto pontos de vitalidade e significancia, conectando lugares e re-qualificando as travessias e os percursos através de espacialidades alternativas para além da rua e seus atores. Uma resposta ao desenvolvimento viário e a disposição fragmentada daquela localidade da cidade de São Paulo.

É claro que entendemos abrem-se outros campos para investigação através do projeto, que podem ser muito mais complexos, os quais não seria possível dar conta nesta tese, porém abordamos pontos que, a partir das observações relatadas na Introdução, lançamos como hipótese de investigação e proposição.

Finalmente, diante das posições expostas sobre a cidade, entendemos que a tensão entre os dois modelos morfológicos predominantes abordados até os anos de 1990 aponta para a irreversibilidade das transformações, e pensar em retorno aos moldes tradicionais seria um equívoco. As arquiteturas e suas singularidades serão,

cada vez mais, agentes representativos da diversidade do tecido social de natureza local e global. Um caminho para uma cidade com experiências alternativas buscando melhoras constantes, seria, talvez, achar formas que dêem conta desta evolução que aponta para a cidade como predominância dos edifícios isolados em grande parte dela, fruto da propriedade privada e do mercado imobiliário. As leis de zoneamento e suas derivadas – por exemplo, as operações urbanas - como únicos sistemas de regulação das transformações também deverão ser repensadas, pois caberá ao estado perceber as lacunas e subprodutos desta forma de operar e apontar estratégias, seja de natureza pública ou como parcerias no sentido de obter resultados satisfatórios para todos. O desenho das interfaces entre os projetos privados e as áreas públicas, para além das fachadas, buscando solucionar funcionalidades ligadas ao pedestre, por exemplo, seria uma possibilidade de investigação que tem no plano de gestão muito a ser feito. Naquelas conexões também por nós investigadas esta necessidade se confirma apontando para clara definição dos espaços públicos e privados e dos espaços de propriedade privada com usos públicos, que seriam co-participantes de um ambiente qualificado.

No plano dos projetos urbanos, é certo que continuarão como possibilidades para transformação de áreas, porém parece-nos que o sucesso dos mesmos dependerá também que prevejam formas de participação ampla na elaboração dos projetos e das obras, de forma que sejam garantidas liberdades na expressão de cada edifício e participação de vários agentes representados pela diversidade dos arquitetos e, portanto da arquitetura.

Assim, através da exposição dos processos de transformação, pensamentos de arquitetos e teóricos, análise de projetos atuais e de nosso acervo, além da materialização das nossas hipóteses em *uma aplicação possível*, entendemos que cumprimos os objetivos de demonstrar alguns caminhos alternativos para atuar na cidade fragmentada e dispersa.

REFERÊNCIAS

LIVROS

- Arantes, Otilia. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo, Edusp, 1995.
- Arantes, Otilia. Urbanismo em fim de linha. São Paulo, Edusp, 1998.
- Arantes, Otilia. Vainer, Carlos. Maricato, Ermínia. A Cidade do Pensamento único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- Argan, Giulio Carlo. História da Arte como história da Cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- Aristóteles. Metafísica. Trad. Edson Bini. São Paulo, EDIPRO, 2006.
- Banham, Reyner. Megaestructuras – Futuro urbano Del passado reciente. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1978.
- Benevolo, Leonardo. As Origens da Urbanística Moderna. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, 1981. 166p.

- Benevolo, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo, Perspectiva, 1976. 813p.
- Benevolo, Leonardo. O Último Capítulo da Arquitetura Moderna. Tradução de José Eduardo Rodil São Paulo, Martins Fontes, 1985. 235p.
- Benevolo, Leonardo. LONGO, Tommaso Giura. MELOGRANI, Carlo. Projectar a Cidade Moderna. Lisboa, Editorial Presença, 1987. P.9-10.
- Bohigas, Oriol, Buchanan, Peter, Lampugnani, Vittorio Magnago. Barcelona Arquitectura Y Ciudad. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1990
- Chauí, Marilena. CONVITE À FILOSOFIA. São Paulo, Editora Ática, 2002.
- Chauí, Marilena. INTRODUÇÃO A HISTÓRIA DA FILOSOFIA. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- Choay, Françoise. O URBANISMO. São Paulo, Editora Perspectiva S. A., 1979.
- Costa, Lúcio. Relatório do Plano Piloto.
- Eisenman, Peter. Feints. Milão, Skira Editore S. p. A., 2006.
- Eisenman, Peter. Diagram Diaries. Londres, Thames & Hudson Ltd, 1999.
- Evans, Bernd e outros. Teoria da Arquitetura. Do Renascimento até aos nossos dias. Köln, Tschen, 2006.
- Frampton, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo, Martins Fontes, 1997. 470p.
- Giacoia Júnior, Osvaldo. Pequeno Dicionário de Filosofia Contemporânea. São Paulo, Publifolha, 2006
- Gregotti, Vittorio. Território da Arquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- Hertzberger, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo, Martins Fontes, 1996. 272p.
- Hilberseimer, Ludwig. La Arquitectura de la gran ciudad. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1999. GG Reprints – título original – 1927.
- Jacobs, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- Koolhaas, Rem. Nova York delirante. Um manifesto retroativo para Manhattan. Tradução Denise Bottmann. São Paulo, Cosac Naify, 2008. (texto original de 1978: Delirious New York: a retroactive manifesto for Manhattan).
- Koolhaas, Rem. Conversa com estudantes. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002.
- Koolhaas, Rem. La ciudad genérica. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2006. (Texto original: The Generic City in Revista Domus n. 791, março de 1997).
- Kopp, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo, Nobel / Edusp, 1990. 253p. (texto original de 1985-1986)
- Lacaze, Jean- Paul. Os Métodos do Urbanismo. Campinas, SP. Papirus Editora, 1993.
- Lamas, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1992.

- Le Corbusier. Os Três Estabelecimentos Humanos. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- Le Corbusier, Por uma Arquitetura. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- Le Corbusier, Urbanismo. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- Lynch, Kevin. Imagem da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1960.
- Meyer, Regina Proserpi. Grostein, Marta Dora. Biderman, Ciro. São Paulo Metrópole. Edusp, Imprensa Oficial. São Paulo, 2005.
- Martorell, Bohigas, Mackay, Pigdomènech. Transformación de un frente marítimo. Barcelona. La villa Olímpica, 1992. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1988.
- Moneo, Rafael. Inquietud teórica y estrategia proyectual em La obra de ocho arquitectos contemporâneos. ACTAR. Barcelona, 2004.
- Montaner, Josep Maria. A Modernidade Superada. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001.
- Montaner, Josep Maria. Después del movimiento moderno – arquitectura de la Segunda mitad del siglo XX. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1993.
- Nesbitt, Kate (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura. São Paulo, Cosac Naify, 2006.
- Panerai, Philippe R.- Castex, Jean - Depaule, Jean-Charles. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona, Editorial Gustave Gili, 1980.
- Niemeyer, Oscar in Catálogo de inauguração do Memorial da América Latina. São Paulo, Empresa das Artes, 1990.
- Piñón, Helio. Teoria do Projeto. Trad. Edson Mahfuz. Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2006.
- Puls, Mauricio. Arquitetura e Filosofia. São Paulo. Annablume, 2006.
- Reis Filho, Nestor Goulart. Notas sobre dispersão. São Paulo, ... 2006.
- Rio, Vicente Del: Introdução ao Desenho Urbano no Processo de planejamento, São Paulo, PINI, 1990.
- Rogers, Richard. Gumuchdjian, Philip. Cidades Para um Pequeno Planeta. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001 (texto original em inglês de 1997).
- Rossi, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1995 (publicada originalmente em 1966).
- Serra, Geraldo Gomes. Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. EDUSP: Mandarim, 2006.
- Sitte, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo. Editora Ática, 1992.
- Solà-Morales, Ignasi de. Territorios. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002..
- Solà-Morales, Ignasi de. Inscripciones. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2003..
- Stroeter, João Rodolfo. Arquitetura & Teorias. São Paulo, Nobel, 1986
- Tafuri, Manfredo. Projeto e Utopia. Arquitetura e desenvolvimento do capitalismo. Lisboa, Editorial Presença, 1985.

- Venturi, Robert. Complexidade e Contradição em Arquitetura. São Paulo, Martins Fontes, 1995. P.90.
- Vitruvius. Da Arquitetura. Introdução de Júlio Roberto Katinsky. Tradução Marco Aurélio Lagonegro. HUCITEC e FUNDAÇÃO PARA A PESQUISA AMBIENTAL. São Paulo, 1999. Primeiro Livro. P-49-50.
- Woods, Lebbeus. Steven Holl. Architecture Spoken. _____. Random House, 2009.
- Zeidler, H. Eberhard. Arquitectura Plurifuncional en El contexto urbano (título original: Multi-use architecture). Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1985.

PERIÓDICOS, CATÁLOGOS, FOLHETOS

- Cerdà URBS I TERRITORI. Generalitat de Catalunya. Departament de Política Territorial i Obres Públiques – Institut Idelfons Cerdà, 1994. Distribuído na 3ª. Bienal Internacional DE Arquitetura – Fundação Bienal de São Paulo, 1997, na exposição respectiva.
- Cidades Jardins. A busca do equilíbrio social e ambiental 1898 – 1998. 3ª. Bienal Internacional DE Arquitetura – Fundação Bienal de São Paulo, 1997.
- INFO BOX – THE CATALOGUE. Berlim, 1996
- Internationale Bauausstellung Berlin 1987. Project Report. English Edition
- Diário do Grande ABC – 13. 04.1999
- Jornal Folha de São Paulo, 23.01.2000.
- Revista Acrópole n.222. São Paulo, 1956. p.208-213.
- Revista Arquitectura Viva n. 53. Madrid, 1997.
- Revista AU – Arquitetura e Urbanismo n. 9. São Paulo, PINI, 1986.
- Revista AU – Arquitetura e Urbanismo. Ano 14 n. 79 . São Paulo, PINI, 1998
- Revista AU – Arquitetura e Urbanismo. Ano 08 n.41 . São Paulo, PINI, 1992
- Revista El Croquis – 119. Barcelona.2004
- Revista El Croquis – 131-133 Barcelona.2006
- Revista Habitat n. 59. São Paulo, 1960. P.3-9.
- Revista Projeto n.159. São Paulo, Arco Editorial, 1992
- Revista Projeto n.191. São Paulo, Arco Editorial, 1995
- Revista Projeto Design n. 246, Arco Editorial, 2000
- Revista The Architectural Review n. 1223. Londres, janeiro de 1999.

- Revista Óculum n.9. Campinas, FAUPUCCAMP, 1997
- Revista Óculum n.10-11. Campinas, FAUPUCCAMP, 1997
- Revista URBS ano 1 n. 0 – São Paulo, Associação Viva o Centro, agosto de 1997
- Revista URBS ano 1 n. 2 – São Paulo, Associação Viva o Centro, outubro de 1997
- Revista URBS ano 2 n.12 – São Paulo, Associação Viva o Centro, junho de 1999
- Revista URBS ano 2 n.14 – São Paulo, Associação Viva o Centro, set /out de 1999
- Revista URBS ano 3 n.18 – São Paulo, Associação Viva o Centro, set/out de 2000.
- Revista Projeto n.210. São Paulo, Arco Editorial, 1997
- Revista Caramelo n.4 – São Paulo, FAUUSP, 1992.

ARTIGOS, TEXTOS CRÍTICOS, PALESTRAS, ENTREVISTAS PUBLICADAS

- Barreto, Jule. Meyer, Regina Prosperi. Muito além do mercado - Entrevista Jordi Borja. URBS ano 1 no.2 – outubro 1997 p.17-20
- Benfatti, Denio Munia. Portzamparc e o Urbanismo Contemporâneo. Em Revista Óculum n. 9. Campinas Puccamp, 1997. P. 14-33.
- Coelho, Marcelo. Não temos cidadãos, temos paulistanos. Jornal Folha de São Paulo, 23 jan. de 2000.
- Colquhoun, Alan. O conceito de regionalismo. Em Revista Projeto n. 159. São Paulo, Projeto, 1993.
- Costa, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1958
Design n. 222 – São Paulo, Arco Editorial, 1998
- Diziolli, Paulo Roberto. Da imaterialidade dos simulacros. Em Revista Óculum n. 9. Campinas PUCCAMP, 1997. P.4-13
- Gimenez, Luis Espallargas. Cidade Brasileira. Em Revista Óculum, n. 10-11.
Campinas, PUCCAMP, 1997 p.12-15
- Guerra, Abílio - Benfatti, Denio Munia - Diziolli, Paulo Roberto. Da imaterialidade dos simulacros. Em Revista Óculum n. 9. Campinas Puccamp, 1997. P. 2-3.
- Huet, Bernard. A cidade como espaço habitável. Em Revista AU- Arquitetura e Urbanismo n. 9. São Paulo, PINI, 1986. p.82-87.
- Lefèvre, José Eduardo de Assis. Porque uma operação urbana no entorno do Parque D.Pedro II e no Pari? Em Revista Caramelo n.4 – São Paulo, FAUUSP, 1992.
- Lemos, Carlos A. C.– Revalorização dos Centros das Metrôpoles. URBS ano 1 no. 5 – outubro / 97 p.32-35.
- Meyer, Regina Prosperi - Uma perspectiva traçada pelo Urbanismo. URBS ano 1 no. 2 – outubro / 97 p.32-39

- Meyer, Regina Prosperi e UNA Arquitetos – Uma Praça para a Luz. URBS ano 2 no. 12 – maio-junho / 99 p.28-32
- Meyer, Regina Prosperi – A construção da metrópole e a erosão do seu Centro. URBS ano II no. 14 – setembro / outubro / 99 p.28-36
- Moneo, José Rafael. The solitude of Buildings. Conferência na Universidade de Harvard. 1985
- Moneo, Rafael. [fragmentación y compacidad em La arquitectura reciente] Paradigmas Fin de Siglo. In El Croquis n. 98, Madrid, 2000.
- Operação Urbana - As novas regras que podem mudar o Centro. URBS ano 1 no. 0 – agosto / 97 p.26-32
- Padovano, Bruno Roberto. Lições de Hong Kong para uma arquitetura pós – desconstrutivista. Em Revista Projeto 222. Julho de 1998.
- Portas, Nuno. L'emergenza del progetto urbano. in Revista Urbanística 110, Roma , junho de 1998.
- Portzamparc, Christian. A terceira era da cidade. Em Revista Óculum n. 9. Campinas PUCCAMP, 1997.
- VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), denominado “O coração da cidade”, realizado no ano de 1958.

DISSERTAÇÕES, TESES ACADÊMICAS

- Aly, José Augusto Fernandes. DISCUSSÃO ACERCA DO PAPEL URBANO DOS EDIFÍCIOS: Estudos e propostas para áreas em renovação – Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2000.
- Fehr, Lucas – Espaços Livres Conformados por Edificações – Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 1999.
- Dal Pian, Lilian de Almeida – Revitalização de áreas portuárias o caso de Docklands. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2005.
- Martino, Arnaldo Antonio – Habitação Social Urbana - Tese de Doutorado. FAUUSP, 1990
- Pinto, Júlio César Bernardes. Arquitetura e “Lugar”. Tese de Doutorado, São Paulo, FAUUSP, 2004. Epígrafe da APRESENTAÇÃO. P. 11.
- Zapatel, Juan Antonio – Projetos Urbanos e Transformação Urbanística. Tese de Doutorado. FAUUSP, 1998
- Gitahy, Maria Lúcia Caira. Lira, José Tavares Correia (organizadores). ARQUITESES 1. Tempo, Cidade e Arquitetura. Annablume. Fupam. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. 2007.
- Gitahy, Maria Lúcia Caira. Lira, José Tavares Correia (organizadores). ARQUITESES 2. Cidade: Impasses e Perspectivas. Annablume. Fupam. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. 2007.

LEGISLAÇÃO

- Cartilha da área central – Operação Urbana Centro. São Paulo, EMURB, 1997.
- Catálogo SEMPLA – EMURB, Um Novo Instrumento na Construção da Cidade – A Parceria entre os setores público e privado. São Paulo, outubro de 1997.
- Catálogo SEMPLA – EMURB, Um Novo Plano Diretor para São Paulo. São Paulo, outubro de 1997.

- Catálogo SEMPLA – EMURB, Áreas Especiais de Intervenção. São Paulo, outubro de 1997.
- Código de OBRAS E EDIFICAÇÕES. São Paulo, SECOVI e outras empresas, 1992
- Informativo n. 41 da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, São Paulo, junho de 1999.
- Constituição da República Federativa do Brasil, Governo Federal, 1988
- Diário Oficial do Município de São Paulo , n.243. São Paulo, 24 .de dezembro de 1992.
- Lei de Zoneamento do Município de São Paulo. O guia. São Paulo, Mapograf, 1997.

TRABALHOS DE NATUREZAS DIVERSAS NÃO PUBLICADOS

- Pamplona, Rubens. Evolução da legislação urbanística da cidade de São Paulo. São Paulo, COGEP, 1978.
- Pamplona, Rubens. A Cidade de São Paulo – Planos e Realizações – 1929 / 1971. São Paulo, COGEP, 1980.

ENTREVISTAS / CONSULTAS

- BOTTI & RUBIN – Arquiteto Roberto de Castro Melo.
- METRÔ – Engenheiro Irineu Magili Filho.